

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS



CCMP
INT. PROTO

CONTRIBUIÇÃO AO ESTUDO DA POBREZA URBANA: O CASO DO RIO DE JANEIRO

JOSELITA MARIA DOS SANTOS ARAÚJO

TESE SUBMETIDA AO CORPO DOCENTE DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO COMO REQUISITO PARCIAL PARA A OBTENÇÃO
DO GRAU DE MESTRE EM CIÊNCIA.

YES
08 0022

RIO DE JANEIRO
agosto - 1979

ARAÚJO, JOSELITA MARIA DOS SANTOS

Contribuição ao Estudo da Pobreza Urbana: O Caso do Rio de Janeiro - Rio de Janeiro 1979

VII, 100p. 29,7 cm (Instituto de Geociências-UFRJ, M.Sc., Programa de Pós-Graduação em Geografia, 1979)

Tese - Univ. Fed. Rio de Janeiro. Instituto de Geociências.

1. Composição e distribuição da pobreza na cidade do Rio de Janeiro e influência do migrante rural-urbano sobre estas. I - IG/UFRJ II - Título (série).

A meus filhos, Rodrigo e Eduardo

AGRADECIMENTOS

As dificuldades de elaboração deste trabalho sã foram supera-
das porque contei com a colaboração de algumas pessoas, as quais tenho o pra-
zer de agradecer:

Professora Bertha Koiffmann Becker que, com paciência e deli-
cadeza, foi muito além do seu papel de orientadora, ajudando-me a vencer as
mais difíceis fases da inexperiência num primeiro trabalho de pesquisa;

Professor Roberto Lobato Corrêa cuja capacidade docente esti-
mulou-me para o estudo da estrutura interna de cidades, além das críticas e
sugestões a este trabalho;

Professora Maria Helena Lacorte pelas críticas e sugestões
na etapa final deste estudo;

Professor Jorge Xavier da Silva que me facilitou a utiliza-
ção de todos os métodos de computação empregados na análise dos dados;

Professora Maria Célia Nunes Coelho, minha colega e amiga, e
a geógrafa Elizabeth Pereira Quintela, pela ajuda no processamento dos dados;

Geógrafa Rosa Maria Carvalho Massena que, muito gentilmente,
forneceu-me os dados sobre renda, provenientes de tabulação especial do IBGE;

Meus professores, colegas e funcionários do Curso de Pós-Gra-
duação em Geografia, do Instituto de Geociências da Universidade Federal do
Rio de Janeiro, que de modo direto ou indireto contribuíram para a realização
do meu curso de Mestrado.

RESUMO

Este trabalho visa determinar a composição da pobreza e sua distribuição na cidade do Rio de Janeiro, buscando também a relação existente entre estas e a migração rural-urbana. Com isto, espera-se dar uma contribuição ao estudo do fenômeno no mundo não desenvolvido, que é hoje o mais interessado em diminuir o pauperismo, como forma de promover o desenvolvimento econômico e social.

Neste sentido, a composição e distribuição da pobreza, expressas pelos três fatores, revelados pela análise fatorial, derivaram da análise das matrizes de "factors loadings" e "factors scores", resultantes das correlações de 19 variáveis de caráter sócio-econômico, demográfico e geográfico, nas 23 Regiões Administrativas que compunham o Rio de Janeiro em 1970.

Os três fatores, classificados como Composição da pobreza (fator I), Falta de acesso ao bem-estar social (fator II) e Situação da mulher-chefe de família (fator III), não apresentaram uma distribuição espacial uniforme. Geralmente, os maiores índices de pobreza estão localizados nas Regiões periféricas, especialmente, Campo Grande, Santa Cruz, Bangu, Anchieta, Ilha do Governador, onde a maior distância aos centros de empregos e serviços (Centro, Zona Sul e Tijuca), associada à baixa renda da população residente e à falta de serviços básicos, mantêm os solos mais desvalorizados, permitindo a ocupação pela população pobre, que paga os mais altos custos sociais da cidade.

Em relação à participação do imigrante rural nas condições de pobreza na cidade do Rio de Janeiro, ficou patente que esta relação está associada ao baixo padrão educacional, profissional e sanitário desta mão-de-obra, de baixos preços, mantida como "exército de reserva" dentro do sistema capitalista e exercendo pressão sobre o mercado de trabalho não qualificado, sobretudo nos serviços de baixa remuneração e na indústria de construção civil. A con

centração do migrante é maior nas áreas de favelas e subúrbios próximos, devido à acessibilidade ao mercado de emprego, concentrado no "centro", onde, apesar dos altos custos sociais, demonstram possuir condições de vida melhores do que os habitantes pobres da periferia.

Além das favelas, que ocupam áreas não interessantes para as populações de alta renda, encravadas em regiões de solos muito valorizados, surgem, no Rio, outros tipos de moradias alternativas: cabeças-de-porco, vilas, moradias temporárias em construções e empregados domésticos, porteiros etc. que contribuem para baixar, teoricamente, o padrão de vida das populações da Zona Sul e Tijuca, constituindo verdadeiras distorções na análise, como ocorreu para Botafogo.

No confronto entre pobreza relativa, que foi o conceito utilizado no trabalho, e pobreza absoluta, constatou-se que ambas são muito agudas no Rio de Janeiro, exigindo soluções sociais e econômicas urgentes.

INDICE

	Página
INTRODUÇÃO	1
1. POBREZA URBANA E OCUPAÇÃO DO SOLO	7
1.1. Pobreza Urbana	9
1.2. Migração e Pobreza	20
1.3. Uso Residencial do Solo Urbano	24
2. METODOLOGIA	33
2.1. Pressupostos	34
2.2. Hipóteses de Trabalho	35
2.3. Indicadores	35
2.4. Material Empírico	37
2.5. Operacionalização dos Dados	39
2.6. Área de Estudo	42
3. ANÁLISE DOS RESULTADOS	47
3.1. Dimensões Básicas	48
3.1.1. Composição da pobreza	50
3.1.2. Falta de acesso ao bem-estar social	51
3.1.3. Situação da mulher-chefe de família	51
3.2. Distribuição Espacial da Pobreza	53
3.3. Influência do Migrante Rural	59
3.4. Pobreza Absoluta e Pobreza Relativa no Rio de Janeiro	64
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	66
BIBLIOGRAFIA	78
NOTAS	88
ANEXOS	90

ILUSTRAÇÕES

Página

QUADROS

QUADRO 1 - Matriz de Factors Loadings	49
QUADRO 2 - Matriz de Factors Scores	54
QUADRO 3 - Percentual de participação dos favelados em classes de até dois salários mínimos	58
QUADRO 4 - Modelo de Regressão Simples Relação do Migrante rural-urbano e Composição da pobreza.	60
QUADRO 5 - Resíduos - Desvios positivos e negativos	61

GRÁFICO

GRÁFICO 1 - Migração Rural-Urbana versus Composição da Pobreza ...	63
--	----

TABELAS

TABELA 1 - Lista das Variáveis	73
TABELA 2 - Distribuição percentual da renda familiar per capita - Município do Rio de Janeiro - 1970	75
TABELA 3 - Regiões Administrativas	76

ANEXOS

MAPAS

MAPA 1 - Divisão Administrativa	46
MAPA 2 - Composição da Pobreza (fator I)	91
MAPA 3 - Falta de Acesso Bem-Estar Social (fator II)	92
MAPA 4 - Situação da Mulher-Chefe de Família (fator III)	93
MAPA 5 - Classe de renda familiar per capita	94
MAPA 6 - Distribuição dos Resíduos - Migração Rural-Urbana versus Composição da Pobreza	95
MAPA 7 - Distribuição de Favelas	96

FOTOS

FOTO 1 - Importância da topografia na distribuição da população pobre	97
FOTO 2 - Favelas de áreas planas	98
FOTO 3 - Formas alternativas de moradia	99
FOTO 4 - Deficiência de serviços básicos na periferia	100

INTRODUÇÃO

{ Em níveis diversos, internacional, regional, local, individual, as diferenças econômicas e sociais existem e, ao que parece, tendem a acentuar-se. Essas diferenças têm uma dimensão espacial e autores mais otimistas crêem que, com o correr do processo de desenvolvimento, as forças econômicas, atuando livremente, conduzem o sistema a um perfeito equilíbrio, reduzindo-as e até eliminando-as, de acordo com os pressupostos da teoria neoclássica. Outros, no entanto, afirmam que essas diferenças tendem a ampliar-se, provocando uma maior separação entre países, regiões ou grupos humanos (Myrdal, 1960). }

Ao nível internacional, admite-se que o subdesenvolvimento não é original nem tradicional, uma vez que a história dos países subdesenvolvidos não se assemelha à dos desenvolvidos, pois estes podem ter sido não desenvolvidos, mas nunca foram subdesenvolvidos. O subdesenvolvimento contemporâneo é em grande parte o produto histórico das relações passadas e presentes entre os países satélites subdesenvolvidos e os países metropolitanos atualmente desenvolvidos. Além do mais, estas relações constituem uma parte essencial da estrutura e do desenvolvimento do sistema capitalista mundial em seu conjunto (Frank, 1971).

Esta estrutura "metrópole-satélite" não existe apenas no plano internacional. Considerando o exemplo do Brasil, Frank ressalta que o desenvolvimento industrial de São Paulo, iniciado após a grande depressão americana e a segunda guerra mundial, não levou mais riquezas às outras regiões brasileiras. Ao contrário, converteu-as em satélites coloniais internos, continuou a descapitalizá-las e a consolidar ou mesmo aprofundar seu subdesenvolvimento.

O crescimento industrial de São Paulo (em conjunto com o Rio de Janeiro) caracteriza-se por relações do tipo centro-periferia, em que o centro retira recursos naturais, humanos, capitais e poder de decisão da

periferia, e paralelamente, promove a remessa de capitais, tecnologia e inovações para organizar e drenar a produção das regiões dependentes. Multiplícam-se e expandem-se, pois, os centros urbanos na periferia, sem implicar em desenvolvimento efetivo (Becker, 1972).

No plano externo, diz Frank, tudo leva a crer que embora o desenvolvimento inicial da indústria paulista tenha sido relativamente autônomo, "está cada vez mais satelizado pela metrópole capitalista mundial" e que suas possibilidades de desenvolvimento, no futuro, podem ser cada vez mais restritivas.

Myrdal (1960) chama a atenção para o fato de que a desigualdade econômica internacional contrasta com o que se passa nos países ricos, onde as gerações mais novas conseguem obter melhores condições de igualdade e oportunidades econômico-sociais. Nos países pobres, no entanto, as desigualdades entre as classes tendem a tornar-se mais pronunciadas uma vez que esses países se desenvolvem mais lentamente, em virtude, principalmente, da dependência econômica e têm um crescimento médio de população mais acelerado.

Porém, mesmo nos países ricos as desigualdades sócio-econômicas permanecem. Henry W. Bullamore (1974) diz que apesar da longa campanha contra a pobreza, um grande número de americanos ainda é mal-alimentado, mal vestido e residindo mal, simplesmente à margem da afluyente sociedade americana. Segundo ele 11.9% da população do país mais rico e desenvolvido do mundo tinham renda abaixo da linha de pobreza estabelecida pelo governo, em 1972. Esta percentagem, no entanto, foi bem reduzida, se comparada com a de 1959, (22.4%), em virtude de uma política de combate planejado ao pauperismo, que diminuiu no país como um todo, mas tende a aumentar nas cidades. Nova York, por exemplo, possui mais de 15% de sua população (1.2 milhão de indivíduos), vivendo sob a assistência pública. Isto decorre do pe

riodo de intensa migração dos trabalhadores rurais para as cidades nortistas, além de um fenômeno mais recente, porém de forte atuação: a saída da classe média e dos trabalhadores industriais para os subúrbios, que diminui a renda do município, oriunda dos impostos arrecadados anteriormente dessas classes.

John Lindsay, ex-prefeito de Nova York, em entrevista publicada pela revista "Status" (1975), durante o período de quase falência que movimentou a cidade mais importante dos Estados Unidos, acrescenta que crises idênticas a esta tendem a atingir cidades de países como os Estados Unidos, na fase pós-industrial. Citando Nova York como a 13a. cidade do crime, ele diz: a maioria dos criminosos sai dos ghettos raciais, de miseráveis negros e porto-riquenhos que vieram aqui à cata de empregos e nada conseguiram, primeiro porque foram discriminados racialmente, segundo porque não têm aptidão que lhes permita manejar os complexos instrumentos de trabalho da tecnologia moderna. Deixamos que esta gente viva miseravelmente nesses ghettos e então para que não morra de fome, ou fique pedindo esmolas nas ruas, pagamos "welfare", o mínimo em auxílio social. Cria-se então toda uma subcultura da pobreza. E conclui: Nova York é um sintoma mais agudo do "malaise" das cidades americanas que numa era pós-industrial já não funcionam mais como centros econômicos. Tornaram-se, nesse sentido, obsoletas.

Diante desta visão do pauperismo nas grandes cidades do mundo desenvolvido, afigura-se uma problemática bem mais carregada de preocupação, em se tratando das cidades do mundo subdesenvolvido, onde está ocorrendo um grande crescimento da população sem que haja o correspondente desenvolvimento econômico. Aí surgem, conforme Milton Santos (1970) formas típicas de urbanismo que variam de nome, mais a realidade é a mesma. Como por exemplo, as villas misérias de Buenos Aires, as quebradas de Caracas, as barreadas de Lima. E estas denominações podem variar até mesmo dentro de

um país, como é o caso do Brasil, em que há favelas no Rio de Janeiro e Belo Horizonte, malocas em Porto Alegre, mocambos em Recife, invasões e alagados em Salvador.

O fenômeno associa-se à grande expansão da população urbana que, nos países do Terceiro Mundo, como o Brasil, Colômbia, México, Venezuela, para se limitar apenas à América Latina, vem ocorrendo desde antes da década 1960-1970.

O Brasil teve a sua população urbana acrescida de mais de 20 milhões em apenas 10 anos⁽¹⁾. E entre as 10 maiores cidades, Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba, Porto Alegre e Brasília, cinco passaram a ter mais de um milhão de habitantes, enquanto apenas duas tinham este privilégio em 1960.

Este crescimento populacional é provocado não só pelas altas taxas de crescimento natural, mas também pela migração ativa que, nos países não desenvolvidos, tem a forma de êxodo rural. Nestes países, a concentração de investimentos, de aproveitamentos de recursos, sobretudo em caráter industrial, provoca os desequilíbrios regionais no processo de crescimento econômico, forçando uma movimentação da mão-de-obra da zona rural ou de pequenas cidades para esses centros. Essas populações quase sempre estão fugindo das condições de trabalho arcaicas e da vida precária que o campo oferece, além de buscarem a possibilidade de obtenção de salários melhores e assistência social que a cidade parece oferecer.

Ao contrário dos países desenvolvidos, em que a saída da população do campo foi compensada pelas inovações de maquinaria e consequentemente de uma alta produtividade no setor da agropecuária, os países subdesenvolvidos enfrentam um duplo problema: o esvaziamento do campo, representado pela perda de mão-de-obra produtiva e incapacitada para produzir e sus

tentar a massa crescente de indivíduos e o rápido crescimento das cidades, onde os migrantes, geralmente sem qualificação, serão uma mão-de-obra mais barata e subaproveitada, contribuindo para baixar o padrão de vida das populações locais de mais baixa renda, aumentando, pois, a pobreza urbana.

O Rio de Janeiro, por exemplo, que na década de 40 começou a assistir ao surgimento de favelas, vê atônito o crescimento desta população que passou de 7% (169.305 favelados) em 1950, para 10.2% (335.063) em 1960, e 13.1% (565.229) em 1970, (Lícia do Prado Valadares, 1974). Isto, sem levar em conta as populações de baixo nível de vida que vivem fora das áreas específicas de favela, que se localizam quase sempre em morros ou terrenos pantanosos do litoral, nos interstícios da cidade ou em áreas de propriedade desconhecida ou controvertida, que favorece a ocupação ilegal ou invasão.

Esta situação parece preocupar cada vez mais a comunidade, sobretudo quando estas áreas são também apontadas como foco de marginais, pivetes e ladrões que passaram a aterrorizar a cidade no fim da década de 70.) Em editorial de 12.02.1978, o Jornal do Brasil diz que a qualidade de vida no Rio continua a baixar sistematicamente pelo aumento de paisagem da miséria e pela falta de obras de infra-estrutura. O Rio já tem 273 favelas das mais variadas dimensões e a previsão é de que realizará, num decênio e meio, a divisão equitativa do espaço: metade favela, metade cidade.

Diante do exposto, verifica-se que o fenômeno pobreza urbana é, hoje, uma preocupação geral. No entanto, dos vários estudos sobre a estrutura interna das cidades que vêm sendo desenvolvidos nas duas últimas décadas, muito poucos dão ênfase à distribuição da população pobre dentro da cidade, mesmo no mundo subdesenvolvido. Por isso, surgiu o nosso interesse em estudar o fenômeno no Brasil, especialmente na Região Sudeste, que se apresenta como a de maior crescimento econômico do país, atraindo grande

contingente migratório, principalmente mão-de-obra rural, submetida a sérios problemas de ordem econômica, social e habitacional nas grandes cidades.

Neste trabalho, tem-se, pois, como objetivos conhecer a composição da pobreza na cidade do Rio de Janeiro, o padrão de sua distribuição espacial e neles verificar a influência da migração rural-urbana. Espera-se assim poder contribuir para um maior conhecimento dos problemas urbanos no mundo não desenvolvido, ainda que a complexidade do fenômeno em estudo represente por si mesmo uma limitação à análise, devido à extensão de suas causas, à dificuldade de encontrar soluções e à diversidade de interpretações.

Para isto dividiu-se a apresentação da pesquisa em quatro capítulos. No capítulo 1, faz-se uma revisão dos trabalhos relativos à pobreza da cidade, destacando-se as opiniões dos autores e os parâmetros usados para medir a incidência do fato. Na metodologia, constante do capítulo 2, são levantadas as hipóteses, selecionados os indicadores e técnicas para a avaliação dos dados. No capítulo 3 desenvolve-se a análise crítica dos resultados sobre os componentes da pobreza, sua distribuição espacial e a influência do migrante rural, enquanto no capítulo 4 é feita uma síntese das conclusões gerais do trabalho.

1. POBREZA URBANA E OCUPAÇÃO DO SOLO

Aos crescentes problemas do sistema urbano, com reflexos sobre a vida econômica, social e política dos países, corresponde um crescente interesse pela pobreza na cidade. Questões como o que é pobreza? Por que existem pobres? Por que continua a haver pobreza em países ricos? Por que aumenta a pobreza nas cidades? São feitas continuamente e várias tentativas de respondê-las vêm sendo desenvolvidas.

Neste capítulo, em que é feita uma revisão dos trabalhos sobre pobreza urbana, vê-se que, já a partir da década de 30, o fenômeno do pauperismo foi considerado, nos Estados Unidos, um assunto digno de pesquisa séria. Este interesse foi uma decorrência da grande prosperidade nacional, aliada a uma onda de legislação social, que se refletiram na coleta e processamento de dados estatísticos mais precisos sobre a pobreza em diferentes regiões (Reckford, 1970).

Mas é, sobretudo, a partir da década de 60 que surge a maioria dos trabalhos sobre o assunto, tanto no mundo desenvolvido, como nos países subdesenvolvidos, onde a pobreza é considerada um entrave ao processo de desenvolvimento econômico pelo que exige de investimentos não rentáveis a curto prazo. Tais estudos não apresentam uniformidade quanto ao pensamento, filosofia e metodologia, como se pode inferir das discussões das duas grandes correntes do pensamento científico do mundo moderno. Os desenvolvimentistas, de um lado, vêem a possibilidade de reduzir a pobreza com o decorrer do processo de desenvolvimento capitalista. Os marxistas, de outro, consideram o fenômeno como típico do sistema capitalista, oriundo da exploração do trabalho pelo capital, acreditando que só poderá ser eliminado com o desaparecimento do sistema econômico em que se apoia.

Numa tentativa de sistematizar esses estudos, bastante dispersos, decidiu-se reuni-los segundo as diferentes abordagens, identificadas nesta análise bibliográfica. Nesta revisão serão abordados três tópicos

de acordo com os objetivos: estudos em relação à pobreza urbana; o papel do migrante rural-urbano, cuja importância no estudo do problema é amplamente discutida; e os modelos referentes à estrutura interna das cidades, especialmente no tocante à distribuição da população dentro da cidade, ou seja, o uso residencial do solo.

1.1. Pobreza Urbana

Em relação aos estudos de pobreza urbana, têm-se a destacar os pontos de vista desenvolvimentista e socialista, como já visto anteriormente.

Dentre os seguidores da teoria do desenvolvimento, Gunnar Myrdal (1960) elaborou o princípio da interdependência circular no processo de causação cumulativa para o estudo dos fenômenos sociais, exemplificando-o com o problema do negro nos Estados Unidos, num dos mais importantes estudos setoriais de pobreza. (Para ele, o negro permanece pobre, devido a dois fatores interdependentes: o preconceito do branco e o baixo padrão de vida dos negros que provocam o relativo insulamento social do grupo, com preocupações coletivas e um destino comum. O preconceito do branco causa a discriminação nos aspectos social e econômico, bloqueando os esforços dos negros para elevar o nível de vida, enquanto o seu baixo padrão de vida - a pobreza, ignorância, superstição, condições de habitação, deficiências sanitárias, sujeira, indisciplina, instabilidade das relações familiares e criminalidade - estimula e alimenta a antipatia dos brancos.)

Os dois fatores são, portanto, reciprocamente, causa e efeito. Ambos os fatores são também multi-causais. O padrão de vida do negro implica numa multiplicidade de elementos como emprego, salário, habitação, alimentação, vestuário, saúde, educação, estabilidade nas relações fa

miliares etc, que se interrelacionam num processo de causação circular. A melhoria de qualquer destes aspectos tende a ser seguida pela de todos os outros. Por sua vez, o fator preconceito do branco também é multi-causal como o são todas as "atitudes", envolvendo uma combinação de crenças, verdadeiras e falsas, os mais diversos juízos de valor, todos com caráter instável, capazes de se modificarem no tempo e no espaço. (Desta interdependência, resulta a reprodução da pobreza do negro.)

A partir desta época, nos trabalhos específicos sobre pobreza, efetuados nos Estados Unidos, a preocupação central é identificar a população pobre. Trata-se de estabelecer um critério quantitativo, fundamentado em indicadores econômicos absolutos. (O indicador renda, através de uma linha de separação entre pobres e não-pobres, geralmente proposta pelo governo, torna-se preponderante), dando-se, no entanto, enfoque especial às características que explicitam uma condição de transitoriedade da situação econômico-social em que encontram esses grupos humanos ou às possíveis causas de sua existência no mundo ocidental.

Através de um corte no "continuum" da renda abaixo de 3000 dólares anuais - os indivíduos são considerados pobres. Isto significaria viver sem segurança quanto ao futuro, transferindo, inclusive, o custo da educação mais avançada de seus filhos para pessoas de fora de sua família, diminuindo as compras de bens e serviços, mesmo médicos, e buscando realizar despesas mínimas com vestuário, alimentação e moradia. Às vezes, significa também isolamento geográfico e cultural até em relação a outras famílias, pois estas famílias pobres possuem características específicas econômicas, sociais e demográficas que as diferem das de maior renda (Reckford, 1970)².

(De acordo com este mesmo corte, Oscar O. Ornatí (1968) estabelece a linha de separação entre pobres e demais grupos de sociedade ameri

cana considerando uma família de quatro pessoas. Acrescenta que é a partir de um "cut-of-line" com base na renda (3000, 4000, 5000 dólares) ou "subsistência", "adequação" e "conforto", que se pode construir estatísticas de pobreza em termos de características sócio-econômicas e demográficas. Além disso, permite também a elaboração de estatísticas sobre a incidência do fenômeno, que é representada pela proporção de pobres dentro de cada grupo sócio-econômico e demográfico de cada cidade. Embora não revelem as causas da pobreza, afirma Ormati, os dados sobre composição e incidência, numa base de cidade por cidade, pode trazer luz sobre muitos corolários da pobreza. Ressalta que os indicadores, idade acima de 65 anos e a chefia familiar não são em si mesmos uma causa do fenômeno, mas as cidades com um número desproporcional de velhos e mulheres não casadas, provavelmente, têm um maior índice de pauperismo.

Vitor R. Fuchs (1965) desenvolveu estudos sobre o pauperismo nos Estados Unidos, procurando distinguir os conceitos de pobreza absoluta e pobreza relativa. O que levaria a resultados diferentes, conforme se utilize um ou outro conceito. O primeiro seria insatisfatório, uma vez que na prática distorce a realidade dos fatos. Cita como exemplo, a sociedade americana, cujos dados absolutos, representados por um corte no "continuum" da renda como padrão de pobreza, permitiam concluir que houve um decréscimo no total de famílias pobres no pós-guerra, havendo até perspectiva de seu desaparecimento.

Como a nação americana prospera, os padrões absolutos de definição de pobreza não podem ser considerados ideais, uma vez que o conceito de insuficiência relativa de bens e serviços tem mudado. O conforto de hoje é o luxo de ontem e a necessidade de amanhã. Portanto, uma análise a partir deste ponto de vista, revela que o número de famílias com insuficiência relativa de bens e serviços permanece o mesmo no período de pós-guer-

ra (Fuchs, 1965).

(Outros fatores demonstram a inadequação do padrão absoluto na consideração da pobreza, como a variação geográfica de preços, exigências de vida e oportunidades para gastar.) A renda monetária como indicador de bem-estar econômico não deve ser aceita sem restrições. O autor demonstra que ela pode apresentar variação para o mesmo indivíduo no decorrer do tempo, constituindo o ciclo de vida da renda, que é baixa para os jovens, aumenta gradualmente até o "peak" na idade madura e declina quando o chefe da família já está velho. Por isso, considera que a existência e o grau de pobreza são determinados por características familiares, corroborando o que hipotetizara Reckford, acima citado⁽³⁾.

Em 1974, Henry W. Bullamore publicou um trabalho sobre a pobreza em Indianópolis, no qual classifica uma família como pobre, ou não, dependendo da posição de sua renda em relação ao índice oficial, mas aprimorando esse critério com informações sobre o sexo do chefe, o número de pessoas da família e o tipo de residência, rústica, ou não. Investigou três tipos de famílias pobres de acordo com a origem de renda: os que recebem renda salarial; os que vivem de assistência pública; e os que recebem assistência social. Verificou que mais de 90% das famílias consideradas nessa categoria têm rendas provenientes destas três fontes. As características sociais, econômicas e residenciais foram correlacionadas com os três tipos de pobreza, encontrando os mais altos índices de correlação com a percentagem de força de trabalho nos serviços (0.78) e de famílias chefiadas por mulheres.

Recentemente, alguns autores têm procurado introduzir critérios qualitativos e relativos, nos estudos de caráter sócio-econômico. Afirmam que a forma mais simples e talvez mais enganadora de definir renda é considerá-la como o montante recebido na forma corrente em um determinado

ano e que é gasto comumente no consumo neste mesmo ano. Para eles, a definição mais completa seria a expressa por Titmus (in Harvey, 1973), considerando a renda como toda a receita do indivíduo no comando sobre o uso dos recursos escassos de uma sociedade, sendo ela então a soma algébrica do valor de mercado dos direitos exercidos no consumo e a mudança no valor da provisão dos direitos de propriedade entre o começo e o fim do período em questão.

Do ponto de vista do comando do indivíduo sobre os recursos, renda é a mudança no valor real da propriedade. Este controle sobre os recursos escassos da sociedade se traduziria, pois, pelo aumento líquido do poder econômico entre dois pontos do tempo, ou a renda real (Harvey, 1973).

(No sistema urbano, a renda real pode ser medida em termos de acesso às oportunidades (empregos, serviços e amenidades) e à falta de proximidade aos custos sociais da vida urbana (doenças contagiosas, poluição do ar, água e solo). Aplicando tal conceito para o estudo do Grande Rio, (Vetter, 1975) hipotetizou que o sistema urbano é regressivo: grupos com maiores rendimentos têm maior acesso às oportunidades e menor proximidade aos custos do que os grupos de menor renda monetária. Verificou que, efetivamente, no Grande Rio, as áreas com mais altas concentrações de renda monetária têm mais acesso aos serviços de educação, infra-estrutura (água, esgoto) emprego e, também, baixa proximidade às doenças infecciosas. Constatou ainda que o potencial às oportunidades de emprego aumenta com a renda média e diminui com a percentagem de população de baixa renda, porque os empregos estão bastante concentrados perto do centro e a população de baixa renda localiza-se na periferia.

(A noção de inacessibilidade aos recursos parece expressar-se também no conceito de marginalidade, considerando-se pobre e marginal como sinônimos.) A tentativa de elaboração de novos conceitos em relação à po-

breza vem, contudo, desencadeando amplas discussões.

Milton Santos (1978) considera insatisfatória a abordagem da pobreza através da tese da marginalidade pois é imprescindível relacionar o pauperismo aos efeitos da modernização a nível internacional e local, buscando suas ligações com o "exército industrial de reserva", criado por Marx.) No entanto, os que defendem o conceito da marginalidade para as economias dependentes, mostram que há a formação de um elevado contingente de população operária, excessiva para as necessidades da exploração do capital, constituindo um exército de reserva excessivo. (José Nun (1969), por exemplo, utilizou o termo "massa marginal" referindo-se ao exército de reserva em excesso, constituído pela mão-de-obra ocupada pelo capital industrial competitivo, formado pelas grandes corporações monopolísticas (in F.H.Cardoso) (4).

O conceito elaborado por Marx, no entanto, significa o setor da classe operária que não está em atividade permanente, compreendendo tanto os empregados como os desempregados no sistema capitalista.) O crescimento desse exército industrial de reserva está na razão do progresso da acumulação social (5). Isto levou, Fernando Henrique Cardoso (1977) a afirmar que, metodologicamente, exército industrial de reserva e marginalidade não têm o mesmo significado.

(A expressão marxista refere-se a uma forma de dominação e um modo de produção, enquanto marginalidade restringe-se aos efeitos de um mercado de trabalho dependente, sem revelar, historicamente, como se estabeleceram essas relações de dependência que permitem a existência de setores capitalistas ao lado de setores não produtivos e de camadas sociais que foram postas à margem pelas novas formas de produção, mas que, simultaneamente, continuam subordinadas a elas (F.H.Cardoso, 1977).)

Mas é quando se debatem causas e soluções da pobreza que

se tornam nítidas as diferenças entre as duas correntes do pensamento social moderno.

Para Richard Peet (1975) de acordo com a teoria marxista, "a desigualdade é inevitavelmente produzida durante as operações nomais das economias capitalistas e, não pode ser erradicada, sem uma alteração fundamental nos mecanismos do capitalismo. Sob o capitalismo, o trabalho humano-tempo de vida, esforço, pensamento e ansiedade - é tratado como uma mera mercadoria a ser comprada pelo empregador por um certo preço ou salário". Estes salários visam a cobrir não só a subsistência básica, para manter o corpo, mas também alguns desejos definidos socialmente, para manter o trabalhador relativamente e permitir o desenvolvimento econômico. Em acréscimo, os salários contêm o custo de restituição de outros ônus ao trabalhador, como a manutenção e educação dos filhos, isto é, o desenvolvimento da futura força de trabalho através da educação e aquisição de habilidades.

(Na mesma linha de identificação de causas da pobreza através de princípios marxistas, David Harvey (1975) afirma que se pode determinar três tipos de forças que contribuem para a diferenciação social da população: a) uma forma primária decorrente da relação de poder entre capital e trabalho; b) forças secundárias derivadas do caráter contraditório e evolucionário do capitalismo que encoraja a diferenciação social dentro dos aspectos de divisão do trabalho e especialização de função, padrões de consumo e estilo de vida, relações de autoridade, projeções manipuladas de consciências ideológica e política, e barreiras às chances de mobilidade; c) forças residuais que refletem relações sociais estabelecidas no grupo antecedente ou geograficamente separadas, mas subordinadas ao modo de produção.)

Geralmente, há uma luta perpétua entre essas forças, isto é, entre as que criam configurações de classes antagônicas à perpetuação da ordem capitalista e as que criam diferenciações sociais favoráveis à contes

tação da sociedade capitalista.

x (Tal concepção difere essencialmente daquela da linha de desenvolvimento, que enfatiza a pobreza como resultante de qualidades individuais insuficientes, limitado crescimento econômico e insuficiente produtividade, decorrentes das imperfeições do mercado que contribuem para atrasar o crescimento econômico em certas comunidades (Ornati, 1968).

Esta relação entre capacidade e pobreza é também considerado em "Theory of Slums", de Charles S. Stokes (1972) para quem, nos Estados Unidos, a pobreza tem se tornado um termo que descreve as condições de uma classe mais e mais composta de incapazes que, pelas dificuldades dos padrões de acesso às oportunidades de emprego, não têm sido integrados na participação total da vida econômica da comunidade.

Entre os estudiosos que procuraram as causas da pobreza dentro de uma realidade específica, destaca-se Hamilton Tolosa (1977) que partiu da identificação de três índices de pobreza - Índice Geral, Acesso à Infra-estrutura Social e Qualidade da Habitação - no sistema de cidades brasileiras com população igual ou superior a 50 mil habitantes em 1970, cujos índices maiores parecem centrados no Nordeste brasileiro⁽⁶⁾.

Esta distribuição decorre do fato de que não só os fatores regionais exercem influência nos padrões de pobreza observados, mas também outros, como a configuração espacial do sistema urbano, a estrutura econômica das cidades e os programas governamentais.

Para comprovar suas hipóteses, Tolosa propôs três equações de pobreza urbana, tendo como variável dependente os Índices de Pobreza e independentes a Estrutura Econômica, Estrutura Espacial, Pressão Demográfica e Programas Governamentais⁽⁷⁾. A pressão demográfica e a estrutura econômica da cidade destacaram-se como os principais fatores explicativos

da pobreza urbana, embora somente migrantes urbanos e taxa de crescimento da população tenham-se mostrado significativos em quase todas as equações (8).

Em relação ao papel dos programas governamentais, verificou-se que a infra-estrutura social não acompanha a demanda, podendo, inclusive, funcionar como fator de atração para o migrante, provocando o aumento dos índices de pobreza; enquanto a distribuição dos benefícios derivados dos programas revelou que os segmentos inferiores da população são relativamente menos afetados por esses programas.

(No que se refere às soluções, a erradicação da pobreza parece ser uma tarefa adstrita ao âmbito governamental, conforme propõem os estudiosos do fenômeno no mundo capitalista. As estratégias propostas, embora as mais diversas de acordo com os objetivos estabelecidos, têm cunho basicamente assistencial em relação aos grupos de baixo poder aquisitivo, seja em termos de construção de residências, oportunidades de emprego, provisão de transportes (Ornati, 1968) luta contra a desigualdade de oportunidades, através do suprimento de serviços sociais para as crianças, representadas por assistência à educação, saúde, recreação, orientação e serviços similares (Fuchs, 1965).) No caso brasileiro, Vetter (1975) propõe o acesso dos grupos de baixa renda à infra-estrutura social de educação, treinamento e saúde, além de melhoria do sistema de transportes como uma componente importante para qualquer tipo de estratégia de desenvolvimento metropolitano, chamando ainda a atenção para a necessidade de investimentos em recursos humanos e a localização dos empregos mais perto da força de trabalho, ou a localização da força de trabalho mais próximo do emprego.

(Por sua vez, Hamilton Tolosa (1977) salienta que é questionável a contribuição dos programas de governo no sentido de reduzir os índices de pobreza. A estratégia de transferência de renda real parece ser

o meio mais eficiente de combate, traduzindo-se em melhores padrões de nu trição, educação, aumento de produtividade da mão-de-obra e consequentemen- te maior eficiência do sistema econômico.) Isto se faria, em princípio, por meio de assistência alimentar, acesso à educação básica e à habitação popu- lar, como meios de elevar a renda real. (No entanto, deve-se evitar a sim- ples alocação de recursos à infra-estrutura social, pois é fato conhecido , nos países desenvolvidos, que a construção de residências, transportes urba- nos, saúde e outros benefícios sociais, originalmente projetados para os po- bres, são desviados para as classes de mais altas rendas.

Vetter já chamara a atenção para este aspecto, ao conside- rar que os grandes investimentos públicos em obras de transportes no Rio de Janeiro, como é o caso do metrô, beneficiarão principalmente a população de maior renda, bem como a distribuição de bens de mérito como saúde, educação e recreação apesar de as propor, conforme citação anterior, como meio de di- minuir as diferenças entre os grupos sociais. Assim, bairros de alta renda e poder político recebem serviços melhores.)

Para os marxistas, no entanto, são indispensáveis altera- ções fundamentais no sistema capitalista, a fim de acabar com as desigualda- des sociais (Peet, 1975).

77 (Numa análise desses estudos que buscaram estudar a pobre- za na cidade e sua distribuição espacial, vê-se que não se pode falar em uma linha única de conceitos, mesmo dentro de uma mesma corrente de pensa- mento. O conceito de pobreza relativa, por exemplo, contesta muitas das so- luções aceitas com otimismo para diminuição da pobreza com base em crité- rios absolutos, dentro da linha desenvolvimentista. Por outro lado, os con- ceitos de "exército industrial de reserva" criado por Marx, e "massa margi- nal", desenvolvido por Nun e seus seguidores, para significar a ampla cama- da pobre dos países capitalistas, representada pela população economicamen-

te ativa absorvida ou não pelo setor industrial, não se constituem sinônimos, como frisou Fernando Henrique Cardoso.)

Quanto ao aspecto assistencial que preconiza a transferência dos custos sociais para o governo ou entidades particulares, proposto pelos desenvolvimentistas como solução para a pobreza, é criticado pelos socialistas, que o consideram apenas um meio para manter os trabalhadores distantes das lutas de classe, favorecendo a estabilidade do capitalismo. Para Pedro Demo (1978), realmente, a política capitalista leva a uma melhoria das condições de vida do trabalhador, que tende a tornar-se conservador, como já está acontecendo na Europa Ocidental, onde se observa inclusive a integração dos atuais partidos comunistas na ideologia "democrática" ocidental.

Há, entretanto, um ponto comum entre os estudiosos de pobreza quanto aos indicadores adotados nos estudos práticos. A renda revelou-se um denominador comum, quer como linha de separação entre pobres e não pobres, quer como instrumento de domínio dos bens escassos da sociedade. No primeiro caso, considera-se a renda monetária e no segundo, a renda real (Harvey, 1973). Além disso, Vetter (1975) demonstrou que esta renda, no sistema urbano, pode ser medida em termos de acesso às oportunidades e à falta de proximidade aos custos sociais da vida urbana.

A revisão desses estudos, permitindo identificar pontos comuns e discordantes, contribuiu, sem dúvida, para dar maior clareza ao enfoque do tema abordado neste trabalho, selecionando-se como linha de conceito predominante a desenvolvida por Harvey (1973) e aplicada por Vetter (1975).

1.2. Migração e Pobreza

A relação migração-pobreza é um dos pontos mais discutíveis do fenômeno. Partindo dos conceitos de atração-repulsão, tão em voga, para justificar a movimentação de população de um país, sobretudo no terceiro mundo, muitos autores afirmam que a imigração de indivíduos não qualificados tende a exercer influência nas condições de vida, trabalho e moradia das populações mais pobres. Stokes (1972) diz que a formação das favelas depende a taxa de imigrantes, bem como de taxa à integração e absorção do migrante. Para isso, os migrantes estariam classificados entre os que possuem qualificações desejáveis pelo mercado e seriam prontamente absorvidos, fazendo inclusive diminuir ou desaparecer as favelas, ou bairros pobres, que ele denomina de "favelas da esperança"; e os não possuidores da qualificação para os tipos de trabalho existentes e, que portanto, não seriam prontamente aproveitados, constituindo uma mão-de-obra flutuante ou sub-empregada, que mora nas "favelas da desesperança".

Além disso, a própria cidade constituiria um entrave à absorção destes indivíduos devido ao seu nível de desenvolvimento econômico e à divisão das oportunidades de emprego em dois tipos: empregos que permitem aos seus detentores ascenderem na escala social e empregos de retenção, que não facilitam esta melhoria na vida dos seus ocupantes.

Peet (1975), citando Marx, afirma que as economias capitalistas necessitam de um "exército industrial de reserva", cuja movimentação seria o aspecto principal. No caso da migração rural, a liberação da mão-de-obra rural pela mecanização, nos países em que o capitalismo já entrou no campo, produz um excesso de população desempregada, forma latente do exército industrial de reserva, que se tornará o proletariado industrial urbano.

Para Peet, desemprego e pobreza são, inevitavelmente, pro

duzidos pela mecanização, automação e desigual forma de desenvolvimento econômico.

No mundo não desenvolvido, os autores são unânimes em considerar a migração resultante de fatores de repulsão, muitas vezes associados de modo mais ou menos forte aos de atração. No estudo da realidade brasileira, Paul Singer (1977) também considera esses dois fatores básicos na movimentação da população dentro do país.

Os fatores de repulsão, vistos por Singer, são classificados como de mudança e estagnação. Os elementos de mudança, decorrentes da introdução de relações de produção capitalista nessas áreas, provocam a expulsão de camponeses, agregados, parceiros e outros agricultores não proprietários; os de estagnação manifestam-se sob a forma de uma crescente pressão populacional sobre a disponibilidade de áreas cultiváveis, tanto pela insuficiência física de terra aproveitável, como pela monopolização de grande parte delas pelos proprietários, como ocorre no Nordeste, especialmente no Agreste do Brasil. A migração decorre, contudo, principalmente, dos fatores de atração que determinam a orientação dos fluxos e as áreas de destino. Entre os fatores de atração, o mais importante é a demanda por força de trabalho, que gera oportunidades econômicas, oferecendo remunerações mais elevadas do que o migrante poderia receber na área de procedência.

No Brasil, a partir da década de 50, esses fatores conjugaram-se internamente, permitindo o desencadear do processo de migração rural-urbana, sobretudo em direção ao Sudeste.)

Isto seria decorrência tanto do crescimento industrial dos últimos 25 anos, exigindo técnicos e trabalhadores qualificados, como a proliferação de pequenas oficinas, negócios e serviços criados pela economia urbana em crescimento, caracterizando a presença de um setor não-capitalis-

ta de autônomos e trabalhadores familiares não remunerados (J. R. B. Lopes, 1975).

A presença do setor não-capitalista é também enfatizado por Singer (1977) que o considera como um traço da economia de subsistência inserido na economia urbana capitalista, sob a forma de vendedores ambulantes, carregadores, serviços de reparação etc. Ao lado disso, os migrantes provenientes das áreas estagnadas têm um efeito depressivo sobre a demanda pelo produto da economia urbana, devido ao seu consumo limitado, quer por necessidade de enviar parte do que ganha aos familiares na região de origem, quer pela formação de pecúlio visando a volta à área de procedência. Há ainda a formação do falso emprego, na cidade, constituído pelo serviço doméstico, cujo significado é nulo do ponto de vista da produção social.

Os ganhos quantitativos e qualitativos das regiões de destino não se fazem sem ônus. Além da inadequação da população migrante às necessidades destas áreas, através da falta de qualificação para os trabalhos urbanos, o que obriga o seu aproveitamento nos baixos níveis do setor terciário, há o desajustamento entre a quantidade de migrantes e o ritmo de crescimento urbano, que é deficiente para absorver essa população. Esses desajustamentos se manifestam em crise nos setores básicos como alimentação, abastecimento de água, energia, sistema de transportes, habitação, influenciando sobre a pobreza urbana.

Apesar de passar a residir na cidade, a população migrante continua a manter, pelo menos por algum tempo, hábitos e atitudes típicos da zona rural, como o que diz respeito ao controle demográfico. Muitos trabalhos dão conta de que, ao invés de apresentar uma queda na taxa de natalidade, a população migrada mantém as taxas de natalidade elevadas, características de suas regiões de origem. Como exemplo tem-se a Guanabara em 1964, cuja proporção de crianças de menos de 5 anos elevava-se a 12.5%, en-

quanto nas favelas atingia 16.5% (U.S.Survey, in Becker, 1968).

Embora possa haver prejuízos para a população e para as áreas de destino e origem, os autores concordam que as migrações, decorrentes de um processo de desenvolvimento econômico desequilibrado do país, trazem também contribuições para esse desenvolvimento, através da urbanização, do crescimento industrial do Sudeste e das frentes pioneiras, promovendo a integração econômica de vastas porções do território.

Do ponto de vista sociológico, a migração interna é uma dimensão do processo de mobilidade social. É considerada como "mobilidade horizontal" e pré-requisito para a mobilidade vertical. A melhoria das condições de vida do migrante, incluindo a intensificação do uso dos recursos materiais e educacionais, conduz à concretização das aspirações individuais, aumentando a mobilidade social vertical, levando a uma participação moderada nas atividades sindicais e políticas (M.A.Costa et alii, 1971).

A principal contribuição dos migrantes para as deseconomias externas dos centros urbanos pareceria ser sua influência indireta em estimular mais lucros e produção nos centros urbanos industriais concentrados, mediante oferecimento de uma oferta elástica de trabalho barato para exploração, e não por sua influência ou contribuição direta em criar condições mais desagradáveis na vida urbana (Costa et alii, 1971).

No entanto, o crescimento acelerado das cidades do Sudeste, o aparecimento e expansão das favelas, ao lado da pressão sobre o mercado de trabalho e assistência social, não parecem justificar as afirmativas otimistas dos autores quanto ao papel do migrante rural-urbano no processo de desenvolvimento das cidades brasileiras.

1.3. Uso Residencial do Solo Urbano

A distribuição das diferentes atividades na cidade é um outro tópico importante para a compreensão da dimensão espacial da pobreza. Dentre essas atividades, a residencial merece destaque tendo-se em vista que é a mais ampla, com tendência a formar agrupamentos relativamente homogêneos, internamente, e bem diferenciados externamente, em razão de vários fatores, entre os quais Harvey (1975) destaca o acesso diferencial aos recursos necessários para se atingir a capacidade de mercado. Esta capacidade de mercado é vista como a habilidade para se desempenhar certas funções dentro da divisão do trabalho, compreendendo um conjunto de atitudes, valores, expectativas e capacidade próprias. Estes agrupamentos residenciais que reproduzem o poder do trabalho, expressando a sua divisão dentro da sociedade, também podem ser formados a partir do ponto de vista do consumo de seus moradores.

O reconhecimento que na cidade as atividades são separadas umas das outras revela a existência de várias áreas especializadas e pressupõe aí uma organização, ou melhor, uma estrutura que pode ser expressa em termos de diferenças no caráter e na intensidade de usos do solo. A descrição da natureza dessas áreas, sua disposição e interdependências sociais constituem a análise da estrutura interna das cidades. A maioria dos estudos de estrutura interna enfocam a descrição dos padrões de uso do solo através de esquemas teórico-práticos.

Os modelos de estrutura urbana são basicamente de dois tipos: globais ou gerais, quando tratam da localização do conjunto de atividades dentro da zona urbana, ou parciais, quando se refere a localização de um setor específico desse conjunto de atividades de uma área urbana, como a distribuição de residências na cidade. Em ambos é destacada a importância do transporte como variável muito importante nas estruturas de uso do solo,

explicitamente, por meio da substituição de renda pelo custo de transporte, ou implicitamente através das relações valor do solo-acessibilidade, proposto por Hoyt (1971).

As estruturas de uso do solo resultam de múltiplas divisões individuais de localização. Estas divisões parecem ser reguladas por processos econômicos mais do que sociais e individuais. Ratcliff (1971) afirma, com base em Hurd, que as estruturas locacionais do uso do solo nas zonas urbanas são o resultado de forças econômicas básicas e a organização de atividades nos pontos estratégicos dos nós de transportes é um mais entre os mecanismos econômicos da sociedade.

Os aspectos mais importantes destes mecanismos em relação à sua capacidade de determinação das estruturas de uso do solo são de que cada atividade possui uma certa capacidade de gerar utilidade para cada terreno dentro da cidade e esta utilidade é medida pela renda que a atividade está disposta a pagar pelo uso do terreno. Quanto maior for a utilidade que possa derivar, maior será a renda que a atividade está disposta a pagar pelo uso do terreno. Este valor do solo é então afetado por vários fatores como localização do terreno em relação a outros usos, cujo pressuposto é de que a competição leva a uma minimização da fricção total, produzida pelas distâncias dentro da área urbana, uma vez que a acessibilidade aumenta com a diminuição da distância.

A economia no custo de transporte é possível de ser substituída pelo aumento da renda que se está disposto a pagar pelo uso do solo. Então as atividades que se beneficiam mais dos terrenos de melhor acessibilidade são as que estão dispostas a pagar uma renda maior por eles. Deste modo, os valores de solo altos estão associados a localizações de grande acessibilidade e vice-versa.

(A distribuição específica dos valores do solo varia de uma cidade para outra, conforme as circunstâncias locais, no entanto, pelo menos três fatores se mantêm constantes entre elas: os valores do solo são máximos no centro da cidade e decrescem de forma mais ou menos constante para a periferia; os valores do solo são mais altos ao longo dos principais eixos do tráfego; sobre as interseções das artérias principais produzem-se vértices nos quais se concentram os valores máximos locais.) Deste modo, o ponto de maior acessibilidade é exatamente o centro da cidade, foco principal do sistema viário, onde a competição pelo uso do solo atinge também o máximo. E as áreas menos valorizadas são geralmente a periferia, onde essa competição não é tão forte e a acessibilidade é mais difícil.

Ao lado dos economistas, os cientistas sociais vêm desenvolvendo estudos sobre o valor do solo urbano e pela sua preocupação sociológica dão grande destaque a localização residencial.

Dentre os modelos já desenvolvidos, destacam-se aqueles que fazem a abordagem ecológica clássica, buscando a diferenciação de áreas dentro da cidade, tendo em vista o crescimento urbano e sua expressão espacial; e aqueles que procuram a diferenciação residencial propriamente dita, através da análise de áreas sociais.

Em relação à abordagem ecológica clássica, merecem destaque o modelo concêntrico de Burgess (1974) e o setorial de Hoyt (1971) pela ênfase que dispensam ao uso residencial urbano.

O modelo de círculos concêntricos proposto por Burgess (1974) baseia-se no pressuposto de que os valores do solo, e portanto a acessibilidade, diminuem uniformemente em todas as direções a partir de um ponto central. Este modelo, apesar de ter recebido inúmeras críticas, tem influenciado o surgimento de modelos mais realistas sobre a ocupação do so-

lo urbano.

Lamentando a inexistência de estudos sobre os processos que determinam a expansão da ocupação urbana, Burgess afirmou que talvez o processo típico de expansão da cidade pudesse ser preferentemente ilustrado por uma série de círculos concêntricos numerados, que designariam tanto as zonas sucessivas de expansão urbana como os tipos de áreas diferenciadas em processo de expansão. E imaginou uma figura circular, de "construção ideal" das tendências de toda cidade expandir-se radialmente, partindo de seu distrito comercial central. Nesta zona central interna estaria o "coração" da vida comercial, cultural, social, industrial e foco do transporte urbano ; circundando-a, há uma zona de transição, invadida pelo terciário e indústrias leves; após esta, vem a área ocupada pelos operários industriais que fogem da área de deterioração existente na zona II, mas que desejam permanecer próximo ao local de trabalho; a zona seguinte é tipicamente residencial, com apartamentos de classe alta ou residenciais familiares independentes ; além desta zona, fora dos limites da cidade, viriam as zonas suburbanas ou cidades satélites que se encontram a uma distância tempo de 30 min. a 60 min. do distrito comercial central (CBD).

Após aplicar a sua concepção a Chicago, Burgess afirma: "apenas é necessário lembrar que nem Chicago nem qualquer outra cidade se ajusta perfeitamente a este esquema ideal. Uma série de complicações no esquema derivam da ribeira do lago, das linhas férreas, de fatores históricos na instalação da atividade, do grau relativo de resistência das comunidades à invasão etc".

Este modelo, bastante discutido hoje, apresenta aspectos interessantes, como a anomalia de que a gente pobre viva próximo ao centro da cidade, sobre solo caro, enquanto os mais ricos vivem na periferia, onde os preços são mais baixos. Isto foi parcialmente explicado por Alonso (1960)

e Wingo (1961) (in Garner, 1971), de acordo com os modelos de transporte e uso do solo. Segundo eles, as famílias pobres vivem no centro para economizar o dinheiro do transporte, enquanto as famílias ricas estabeleceram-se em lugares mais amplos, na periferia, de preços mais baixos, tendo de pagar mais pelo transporte.)

(Os modelos setoriais baseiam-se no pressuposto de que a estrutura urbana está condicionada pela disposição das rotas que se irradiam a partir do centro.) Devido à diversidade da acessibilidade oferecida pelas rotas radiais, há variações setoriais na superfície de valores do solo e uma conseqüente organização setorial dos usos do solo. O modelo proposto por Hoyt (1971) considera que os usos similares da terra concentram-se sobre determinados setores. Assim, as classes sociais mais altas deslocam-se do centro para a periferia da cidade dentro de um mesmo setor, através do acréscimo de novas construções ao arco externo, o mesmo ocorrendo com os distritos sociais de renda mais baixa. Havendo, no entanto, uma tendência de as classes sociais mais altas deslocarem-se para áreas de amenidades, representadas por vizinhança à praia, lagos, espaços livres e topografia mais alta. Este modelo veio melhorar a concepção de Burgess, pois aproxima-se mais da realidade de várias cidades estudadas.

(Dentro da ecologia clássica, há também os modelos nucleados que se baseiam no pressuposto de que o uso do solo se desenvolve em torno de vários centros separados dentro da cidade, conforme exposto por Harris e Ullman (1947), no modelo de núcleos múltiplos.) O número e a localidade destes núcleos dependem do tamanho da cidade, sua organização interna e desenvolvimento histórico.

Uma das implicações deste modelo é de que as zonas residenciais que rodeiam os núcleos de negócios apresentam diferenças na sua tipologia.

Os vários estudos já realizados demonstram que a distribuição de valor do solo residencial não apresenta adequação do conceito de núcleos múltiplos a esta atividade (Garner, 1971).

Estes modelos apresentados não se excluem mutuamente, encontrando-se elementos comuns dos três tipos na estrutura interna das cidades. Marble, (1959), segundo citação de Garner, (1971), propôs um modelo combinado, no qual o crescimento se faz em forma radial a partir do centro e de outros núcleos, mas que é interceptada por um crescimento do tipo axial, desde o centro até a periferia, dando à cidade uma forma estrelada, na qual se desenvolvem os distritos sociais, econômicos e técnicos.

(Estes modelos, no entanto, foram calcados na realidade dos países desenvolvidos, especialmente nos Estados Unidos, onde o fenômeno de descentralização da atividade residencial já se faz sentir há muito tempo. Surge então o padrão de distribuição típico dos países em que o fator econômico-financeiro, aliado às forças de expulsão das populações, como os ruídos, congestionamento do tráfego e de pessoas, poluição etc, levam as populações de mais alta renda para a periferia, enquanto suas habitações são ocupadas por outras atividades ou populações de mais baixa renda. Tais modelos, portanto, não podem atender à realidade dos países não-desenvolvidos, principalmente da América Latina, onde a falta de desenvolvimento urbano, representado por melhor sistema viário e infra-estrutura na periferia, junta-se à herança histórica para espelhar um padrão de distribuição em que as classes mais altas permanecem mais próximas ao centro ou a subcentros, mantendo as classes de menor poder aquisitivo nos subúrbios ou cidades satélites.)

Poucos são os trabalhos de estrutura interna nos países subdesenvolvidos, representando muito deles uma tentativa da aplicação dos modelos ecológicos. (Tem-se a destacar o trabalho de Hansen (1934) sobre Me-

rida, demonstrando a existência de um padrão tradicional, retratando a presença ainda neste século de um padrão colonial, que concentrava os espanhóis na área central, onde existia sempre o comércio, a igreja, os órgãos de administração, enquanto os indígenas viviam nos bairros mais distantes. (Este padrão, hoje presente, mantém as populações de mais altos status nas áreas de melhor acessibilidade, relegando as populações de status mais baixo para as zonas e bairros mais distantes.)

Ao lado desse modelo tradicional, Hansen aponta o surgimento de um novo padrão para as cidades latino-americanas, marcado pelo crescimento de bairros de classe alta, com o deslocamento dessas famílias para fora do centro da cidade, onde se dá uma crescente concentração de atividades comerciais e, em menor grau, industriais, além do desenvolvimento de subcomunidades, de acordo com os preços do solo e tipos de empregos comuns, e não mais conforme os limites tradicionais (in T. Caplow, 1974). Isto é confirmado por Hayner (1945) para a cidade do México que, com o processo de desenvolvimento industrial e comercial, evoluiu do modelo tradicional, em que a população de mais alta renda situava-se no centro da cidade, para outro em que este grupo ocupa bairros mais modernos, fora da área central. No entanto, as classes mais pobres continuam na periferia, onde residem há séculos. (in T. Caplow, 1974.)

Na Guatemala moderna, Caplow (1974) registra uma relativa debilidade da concentração comercial, espalhada por várias ruas, sem se constituir num ponto central claramente definido; presença de áreas periféricas desorganizadas, onde também se localizam as populações pobres; a persistência de áreas residenciais de classe alta próximo à área central, que continua a concentrar as atividades literárias, sociais, de entretenimento; não havendo a presença marcante de regiões deterioradas, nem de fenômenos de invasão-sucessão tão bem delineados em cidades americanas e européias.

(No Rio de Janeiro, Rosa Maria Massena (1976), com base nos valores do solo e níveis de renda, encontrou um padrão idêntico aos já registrados na América Latina, com uma população de classes alta e média residindo a pequena distância do centro da cidade (cerca de 17 km) e os subúrbios periféricos ocupados pela classe pobre, que é obrigada a arcar com os custos de longos deslocamentos cotidianos.) Além disso, detectou uma área de obsolescência no centro da cidade e Zona Portuária, decorrente da descentralização das classes de maior poder aquisitivo, com uma supervalorização do setor Copacabana-Ipanema-Leblon, decorrência das amenidades física (presença do mar) e social (vizinhança de status elevado), concordante com o modelo proposto por Hoyt.

Outro aspecto interessante, constatado pela autora, como uma anomalia ao modelo de Burgess, foi a presença de áreas desvalorizadas bem próximo ao centro, como Estácio e Catumbi que, embora situadas em região de obsolescência social, deveriam ter alto valor do solo em função da acessibilidade.

Em relação à distribuição de população, os vários modelos de estrutura interna, nos quais foi considerada basicamente a ocupação do solo residencial, expressam, pois, dois padrões bem distintos, de acordo com a acessibilidade-renda e o grau de crescimento industrial e comercial das cidades ocidentais: o de países desenvolvidos, em que a população de alta renda ocupa os subúrbios periféricos, cedendo as áreas mais próximas ao centro às populações de baixa renda, que geralmente se instalam nos locais deteriorados socialmente, em moradias coletivas; e o modelo típico de pequena ou grande cidades do mundo não desenvolvido em que há a presença de uma classe de renda mais alta próximo ao centro, a qual dispõe não só de facilidades de locomoção, como infra-estrutura de água, esgoto, energia, áreas de lazer e divertimentos.) Neste caso, as classes de renda baixa ten-

dem a localizar-se na periferia, mesmo se forem considerados os estudos de Johnston (1972) em relação ao desenvolvimento da classe média e seu comportamento na escolha de residência. Pois, como ressalta o estudioso, é a classe média baixa que se instala na periferia, onde pode vir a adquirir a casa própria, muitas vezes ocupando "ilegalmente" as terras. Passa a residir no subúrbio, onde as terras são mais baratas, em franjas recém-incorporadas à área urbana ou cidades suburbanas construídas para ela, apesar da falta de serviços infra-estruturais, afirma Johnston, comentando a distribuição de população de classe média na Nova Zelândia e América Latina.

(Além da acessibilidade, considerada por todos os autores como um fator fundamental na valorização do solo urbano, vê-se que a presença de amenidades ambientais e sociais (status) também contribuem para elevar o preço do solo urbano, reservando estas áreas para as classes mais a bastadas que podem pagar os altos preços.)

11
(2. METODOLOGIA

2.1. Pressupostos

Partindo-se da importância dispensada à renda na discussão da pobreza urbana pelos diversos autores estudados no capítulo anterior, adotar-se-á, neste trabalho, o conceito de renda real apresentado por Harvey (1973), por ser considerado o mais abrangente e capaz de estabelecer uma linha chave para novas pesquisas. De acordo com este ponto de vista e dentro de uma linha desenvolvimentista, define-se pobreza, em termos relativos, como uma situação de proximidade aos custos sociais da vida urbana a que estão submetidos determinados grupos sociais. Estes custos expressam-se, de modo geral, pelo baixo nível educacional, falta de segurança no futuro, exposição às doenças, sobretudo parasitárias e nutricionais, e falta de assistência médico-hospitalar. A falta de controle desses grupos sociais sobre os recursos escassos da sociedade, que se traduz por uma renda real muito baixa, relaciona-se pois à dificuldade de obtenção de boas condições de moradia, alimentação adequada, aperfeiçoamento profissional, bons empregos e lazer, comuns às outras classes sociais que dispõem de altas rendas reais.

Como o indivíduo pobre não possui outros recursos que lhe permitam esse controle sobre os bens escassos da sociedade, sobre os diferentes aspectos do bem-estar, inclusive os bens de produção, decisões econômicas, políticas, domínio do uso do solo, o salário passa a ser a única fonte de renda. Este indicador, como já foi visto, é considerado por todos como um elemento básico na determinação da pobreza absoluta. Neste trabalho, o salário será utilizado para estabelecer a relação entre pobreza absoluta e pobreza relativa.)

(Ao lado da renda, a migração rural-urbana é considerada um fator muito importante no estudo da pobreza. Neste caso, será analisada a relação do migrante rural com a pobreza e sua distribuição espacial, que são fatos sobejamente discutidos, como visto no capítulo anterior.)

2.2. Hipóteses de Trabalho

De acordo com os objetivos visados e os conceitos adotados, podemos considerar que:

- 1) A composição da pobreza é expressão da proximidade aos custos sociais, gerados pelo sistema econômico em que a cidade está inserida, e impostos a certos grupos humanos com reflexos nas características sócio-econômicas e demográficas desses grupos.
- 2) A maior proximidade aos custos sociais e inacessibilidade aos recursos escassos expressam-se também espacialmente, refletindo no valor do solo urbano, de modo que a população pobre concentra-se, basicamente, nas áreas menos valorizadas.
- 3) A distribuição da renda monetária (salário médio familiar per capita) espelha o sistema sócio-econômico vigente e ao mesmo tempo influe na composição da pobreza, por isso quanto mais baixa for a renda, maior a exposição aos custos sociais.
- 4) A migração rural, reflexo das desigualdades sócio-econômicas do país, está fortemente relacionada à pobreza urbana, quer em termos de sua composição quer de sua distribuição espacial.

2.3. Indicadores

A elaboração das hipóteses serviu de orientação para a escolha dos indicadores que serão usados, compreendendo variáveis de caráter social, econômico e demográfico (tabela 1). Ao lado destes, foi utilizada a variável distância ao centro da cidade, expressa em valor médio das passagens de ônibus comuns, em 1977, com o objetivo de expressar os contrastes existentes em relação à localização da população pobre, muitas vezes em áreas menos aces-

síveis, distantes do centro de trabalho, com preço de transporte mais caro e maior proximidade aos custos sociais urbanos.

Os indicadores que exprimem a proximidade aos custos sociais utilizados neste trabalho são:

- Qualidade*
- Níveis de escolaridade alcançados pela população em estudo:
 - . sem instrução
 - . com o curso primário incompleto
 - . com o curso elementar
 - Qualidade dos domicílios
 - . sem água
 - . sem instalações sanitárias
 - . sem energia elétrica
 - . prédios rústicos
 - . densidade de dormitórios
 - . prédios alugados (Cr\$ 0 a 30,00, 31,00 a 120,00)
 - Acesso à saúde
 - . mortalidade infantil
 - . óbitos provocados por enterite, doenças diarreicas, tuberculose do aparelho respiratório e avitaminoses
 - Indicadores demográficos
 - . famílias sob a chefia feminina
 - . famílias com mais de 6 membros
 - Acesso às oportunidades de emprego
 - . população economicamente ativa nos Serviços (Transportes e Comunicações, Prestação de Serviços, Atividades Sociais, Administração Pública)
 - . população economicamente ativa no comércio
 - . população economicamente ativa na indústria
 - . população de 10 anos e mais desempregada >

Na seleção dessas variáveis, considerou-se que elas refletem as condições de vida das populações pobres, que embora façam parte do processo de produção de bens e serviços, não se beneficiam desse processo na mesma medida. Os indicadores demográficos são compostos de dados sobre família cujo chefe é a mulher e família com mais de 6 membros. Esta escolha prende-se ao fato de reconhecer-se que o trabalho feminino é muito pouco valorizado no Brasil e que uma família chefiada por mulher tende a ser pobre. Acrescenta-se a isso, as famílias numerosas, mesmo quando chefiadas por homens, uma vez que a divisão intra-familiar da renda torna-se mais deficiente com um grande número de membros, especialmente crianças. Este fato foi constatado também na maioria dos trabalhos sobre pobreza no mundo desenvolvido (ver notas).

O migrante rural, como já visto, reflexo dos desequilíbrios econômicos e sociais nos países subdesenvolvidos deve manter uma estreita associação com o pauperismo. A falta de preparo profissional do migrante rural, geralmente mantido como "exército de reserva" na cidade, torna-o mais vulnerável do que qualquer outro trabalhador aos custos sociais urbanos, daí a sua inclusão neste estudo.

Além disso, será considerada a renda monetária das populações mais pobres, medida em percentagem de renda familiar per capita, inclusive favelas, em classes de até 1/2 salário mínimo; de 1/2 a 1 salário mínimo; de 1 a 2 salários mínimos, buscando-se, assim, ter uma visão mais clara da situação salarial da população estudada. A seleção desses níveis resultou de uma análise da proporção de indivíduos que compõem cada nível, uma vez que a partir de 2 salários torna-se insignificante para o estudo (tabela 2).

2.4. Material Empírico

Os dados referentes às variáveis em estudo foram coletados,

diretamente, do Censo Demográfico do Rio de Janeiro em 1970 e do Anuário Estatístico do Estado da Guanabara para 1973 (tabela 1). Ao lado disso, os dados sobre renda foram obtidos através de tabulação especial do IBGE, pois não estão disponíveis nos informes publicados por este órgão.)

Todos os dados são relativos, transformados em percentagens por meio da relação entre a população em estudo e a população total. Exceção se a variável distância que é representada pelo valor médio das passagens de ônibus que partem do centro para cada Região Administrativa, menos Paquetá, em que se utilizou o valor da passagem de barca. Esta variável resultou de uma pesquisa de campo.

As variáveis que exprimem falta de energia, de instalações sanitárias e água foram calculadas através da diferença entre o total de prédios e os que dispunham de tais serviços de infra-estrutura local, uma vez que não constam do Censo. A taxa de mortalidade infantil representa relação entre as crianças vivas e o total de crianças nascidas vivas. Assim também foi obtido o total de desempregados, que se originou da diferença entre o total de população de 10 a 59 anos, considerada ativa, e o total de empregados.

Um outro aspecto, que é importante destacar neste item, é a utilização da população economicamente ativa nos Serviços, pois o Censo não faz uma separação entre o terciário e o terciário inferior, que seria básico para este estudo, prejudicando um conhecimento mais preciso das atividades da população pobre, com distorções sérias na análise dos resultados.

Devido à falta de dados específicos sobre as populações residentes nas sedes municipais, uma vez que o Censo só os fornece juntamente com a zona rural, este trabalho enfocará somente a cidade do Rio de Janeiro, deixando de lado as cidades fluminenses dos municípios vizinhos de Caxias, São João de Meriti, Nilópolis e Niterói, que formam com ela um "continuum" dentro do

Grande Rio. (Considerando-se apenas o município do Rio de Janeiro, a unidade de observação adotada é a Região Administrativa, cujas dimensões territoriais e ocupação populacional não são uniformes (tabela 3). Tal fato representa uma limitação à comparação dos resultados, entretanto essa escolha prendeu-se à maior facilidade de obtenção e operacionalização dos dados.)

2.5. Operacionalização dos Dados

Técnicas Adotadas

Com o objetivo de identificar os componentes básicos da pobreza escolheu-se a análise fatorial para a operacionalização dos dados, devido à sua capacidade de reduzir as 19 variáveis selecionadas a dimensões mais simples, que dão uma visão mais simplificada da realidade. Essas dimensões reduzidas, ou fatores, devem identificar a composição da pobreza no Rio de Janeiro, revelando também os padrões de localização da população pobre, conforme sugeridos pelas hipóteses 1 e 2.)

Embora seja um processo puramente descritivo, ela tem demonstrado ser uma das técnicas mais úteis para os estudos de ciências sociais.

Esta técnica é usada como forma de descrição e caracterização de fenômenos, meio de exploração que leve a hipóteses mais sólidas ou teste de hipótese e "input" para análises posteriores, como será utilizada neste estudo. Apesar de não conter em si uma explicação, a análise fatorial facilita a ordenação dos dados, sua organização em padrões específicos, determinados pelas correlações entre os indicadores.

Neste trabalho, a matriz de dados (N X M) contém 23 lugares (as Regiões Administrativas) nas linhas e 19 variáveis nas colunas. Após as operações de computação (que se deixou de considerar por não ser objetivo espe

ráfico) foi obtida a matriz de correlação entre as variáveis ($M \times M$), com variáveis nas linhas e nas colunas. Ela mostra os coeficientes de correlação (Produto Momento de Pearson) simples entre cada variável e todas as outras da análise, explicitando a covariância, isto é, como a mudança na distribuição de uma delas é acompanhada pela mudança na outra, na mesma direção (correlação positiva) ou em direção contrária (correlação negativa) e a proporção em que esta mudança ocorre.

A terceira matriz, de "factors loadings" ($M \times P$), é também uma matriz de correlação, só que não mais entre variáveis, mas das variáveis consideradas com os fatores revelados pela análise (quadro 1). Nesta matriz, considera-se o quanto da variância de cada variável é explicada por cada fator, isto é, quanto maior for a comunalidade (peso da variável), maior é a sua interligação com as demais variáveis dentro do fator. E ao mesmo tempo, cada fator possui o seu peso, "eigenvalue", que dá a validade de sua utilização no trabalho. Os fatores de eigenvalue menor do que 1.0 são inexpressivos, uma vez que o seu poder de explicação é inferior ao de uma variável. Através do processo de "varimax rotation", que se caracteriza pela rotação ortogonal, a qual coloca os fatores numa única posição (ângulo de 90°), estes fatores tomam-se independentes entre si.

A última das matrizes é a de "factors scores" ou matriz de informação espacial reduzida ($N \times P$), que representa uma análise dimensional com posicionamento dos 23 lugares, que foram usados na matriz de dados iniciais (quadro 2). Através da análise dos três fatores, relacionados aos lugares, tem-se o conhecimento dos padrões existentes nas áreas em estudo. Esses padrões foram mapeados, facilitando a interpretação das dimensões das variações, indispensáveis aos estudos geográficos da pobreza no Rio de Janeiro.

Como a análise fatorial não permite a inferência do tipo e da intensidade das relações entre as variáveis (Yeates, 1968) foi necessário

utilizar também a análise de regressão, em caráter complementar, porque esta técnica torna possível conhecer a relação entre variáveis dependentes e independentes.

De acordo com os pressupostos da hipótese 4 sobre a relação do migrante com a pobreza do Rio de Janeiro, foram consideradas como variáveis dependentes os fatores que representam os componentes da pobreza e condições habitacionais, derivados da análise fatorial. Essas dimensões básicas constituem o "input" para a análise de regressão, ao lado do migrante procedente da zona rural que é a variável explicativa ou independente. A interpretação dos resultados desta análise permitiu o conhecimento da percentagem de relação do migrante com o pauperismo e a distribuição deste em cada Região Administrativa.

A regressão, por ser um modelo linear, no qual o valor assumido por uma variável se altera de modo diretamente proporcional ao valor assumido por outra, pode ter esses valores plotados num gráfico de dispersão e teoricamente unidos por uma linha reta (gráfico 1). Isto é expresso na forma mais simples pela equação $Y = a + bx$, em que a é intersecção da reta com o eixo vertical e b , o ângulo de intersecção da reta. Y é a variável dependente e X a variável independente, correspondendo à pobreza urbana e migrante rural-urbano respectivamente. Através do coeficiente de determinação R^2 (quadro 4) pôde conhecer-se os níveis de variação das variáveis dependentes explicados estatisticamente pela variação da variável independente, por meio das regressões simples de cada fator com migrante rural. Este coeficiente pode ser expresso como percentagem ($100 \times R^2$) da variação da variável dependente que pode ser atribuída à variação da variável independente.

Um outro aspecto importante que se tem a considerar na aplicação do modelo de regressão a este trabalho é a análise dos resíduos. Geralmente, devido a complexidade dos padrões espaciais, nem todas as variáveis que interferem nas suas características externas podem ser detectadas, permanecen-

do uma parte da variância inexplicada. A análise dos valores residuais, considerados como diferenças entre os valores observados e os previstos para cada variável dependente, pode refletir em parte os efeitos de outras variáveis subjacentes (quadro 5). O padrão de distribuição dos resíduos (mapa 5) pode conduzir à formulação de hipóteses sobre novas características econômicas, sociais, políticas etc que, se introduzidas no modelo, aumentariam o nível de explicação da pobreza.

Quanto à relação da renda com as dimensões básicas, por não se buscar conhecer a conexão entre fatores dependentes e independentes, utilizar-se-á somente a correlação simples.

2.6. Área de Estudo

A área do presente estudo é a cidade do Rio de Janeiro, que correspondia ao Estado da Guanabara em 1970. Com 23 Regiões Administrativas en globalmente uma área de 1.356 km (tabela 3). Foi capital do Brasil desde 1763 até 1960, quando representava uma verdadeira cidade-Estado.)

Seu crescimento foi influenciado pelas funções administrativa e comercial, evoluindo para o primeiro centro industrial do país, que a transformou numa área de atração para população e atividades econômicas dentro do Centro-Sul. Embora, nas últimas décadas, tenha perdido a posição industrial para São Paulo, ainda se conservou como importante centro político e financeiro do Brasil, além de ser o segundo porto nacional, tanto em relação ao valor das importações quanto das exportações.

Mas é nos serviços que o Rio de Janeiro apresenta maior representatividade. Ao lado das funções portuária e político-administrativa que a caracterizaram desde a Colônia, o comércio varejista e atacadista permitiram

o desenvolvimento de um mercado variado e rendoso com influências muito além dos limites administrativos.

As demais funções: cultural, educacional, hospitalar, financeira, dotaram a cidade de um equipamento terciário, capaz de atrair populações de outras áreas para a utilização desses serviços ou em busca de emprego nesse setor. Além disso, em função do seu quadro natural, deve-se destacar o seu papel de centro turístico, forçando o crescimento de uma infra-estrutura especial de hotéis, motéis, casas de diversão, que vão ter sérios reflexos no mercado imobiliário e de trabalho.

A atração da cidade sobre o contingente migratório rural ocorre desde o período colonial, intensificando-se com a República, cujas funções exigiram mais mão-de-obra. As correntes tomaram-se, no entanto, mais sensíveis a partir de 1930, quando a situação rural foi um forte elemento de repulsão, devido às baixas cotações do café e outros produtos agrícolas do Estado do Rio de Janeiro e se iniciou a implantação industrial na cidade. Essa migração vai intensificando-se até a década de 50, com a ampliação do mercado urbano, que sofre modificações profundas, com a expansão da indústria manufatureira e dos serviços.

Paralelamente, as condições de habitabilidade das populações trabalhadoras também se modificaram. Até 1920, há uma concentração dessa população nos distritos centrais. A partir dessa época, verificou-se uma mudança, provocada não só pela nova direção dos fluxos migratórios, mas também pelo deslocamento das populações centrais, ocorrido com a abertura da Avenida Rio Branco, encaminhando as populações para a periferia. Com isso, houve uma disseminação do povoamento, facilitado sobretudo pelo sistema de transporte ferroviário que ligava os subúrbios ao centro, dotado de boas condições e preços acessíveis.

O desenvolvimento da grande indústria também provocou deslocamentos da população operária de uma área para outra como ocorreu com São Cristóvão, Gávea e outros bairros, onde se instalou, sem poder oferecer moradia a seus trabalhadores. O mesmo ocorrendo com a indústria de construção civil, prejudicada pelo seu caráter flutuante e temporário, que não permite a fixação do trabalhador nas suas proximidades.

A escassez de habitações, mais acentuada nas áreas centrais, não encontrou, como no início do século, a contrapartida nos meios de transporte para os que eram obrigados a residir na periferia, pois em virtude do aumento da população o sistema ferroviário e rodoviário tornou-se cada vez mais congestionado e caro.

Em razão disso, parte das populações que se deslocaram do centro e os novos migrantes pobres buscaram instalações em áreas mais próximas, estimulados pela topografia, que contribuiu para diferenciar as tendências de valorização dos terrenos no perímetro central. Essa característica peculiar do Rio de Janeiro, que possui nas planícies e montanhas os elementos marcantes, com influências destacadas na expansão do espaço urbanizado, na instalação da infra-estrutura dos serviços de água, esgoto e na distribuição da área residencial, favoreceu o enquistamento das favelas nas áreas de "morros" (mapa 7). Os elevados gastos para construções de residências de classe alta ou média não justificavam a utilização desses terrenos elevados, permitindo a formação das favelas que, já em 1948, possuíam 34.064 domicílios.

Mesmo com a perda de hegemonia para São Paulo, que passou a atrair a maior percentagem de migrantes rurais de todo o país, após o grande surto industrial que o atingiu após a década de 50, o Rio de Janeiro continuou a ser o principal centro de atração para as populações rurais das áreas circunvizinhas de Minas Gerais e especialmente do próprio Estado, como confirmam os Censos de 60 e 70.

Nestas últimas décadas, no entanto, intensificou-se no Rio de Janeiro, especialmente com a criação do Banco Nacional de Habitação e o estímulo às empresas privadas, um verdadeiro "boom" na construção civil, que resultou na especulação imobiliária e no encarecimento do solo urbano, localização sobretudo na Zona Sul da cidade.

Essa crescente valorização do espaço induziu a novas transferências de populações pobres, principalmente favelados, para áreas menos valorizadas da periferia, como Cordovil, Santa Cruz, Bangu etc. Desta maneira, os custos sociais já pagos por essas populações ficam mais altos, uma vez que se tornam maiores os gastos com transportes e alimentação, com prejuízo para os setores de educação e saúde.

22
(3. ANÁLISE DOS RESULTADOS

3.1. Dimensões Básicas

A matriz rotacionada forneceu três conjuntos de fatores que são considerados como descrições básicas da composição da pobreza no Rio de Janeiro em termos de suas condições econômico-sociais e localização, de acordo com as hipóteses 1 e 2, propostas na metodologia. Surpreendentemente, outra dimensão revelou-se, pois não se hipotetizou diretamente sobre ela, e foi classificada como a situação da mulher - chefe de família.

Estes três fatores explicam 86.8% da variância total contida na matriz de dados original. O primeiro fator tem o poder de explicação mais alto, com um "eigenvalue" de 48.5 e, pelas variáveis que o compõem, pode ser considerado representativo da composição da pobreza de determinados grupos humanos no Rio de Janeiro. As variáveis que definem este fator são características do baixo nível educacional, más condições de saúde, de emprego, sobretudo na indústria e no comércio, famílias numerosas, más condições de moradia caracterizadas por altas densidades de dormitórios, e desconforto (expressa pelos baixos aluguéis pagos), que se correlacionam alta e positivamente (quadro 1).

O fator II reflete claramente a falta de acesso ao bem-estar social dos indivíduos que moram mais distante do "centro", com reflexo na falta de empregos, deterioração da saúde e moradia. O poder de explicação deste fator é de 30.7% e as variáveis que o compõem são características de moradia deteriorada - falta de água, rede de esgoto, iluminação elétrica (quadro 1) que se associam alta e positivamente com distância ao centro da cidade, desempregados e mortalidade por doenças nutricionais e parasitárias, além de densidade de dormitórios.

Por outro lado, o fator III tem um peso de explicação de apenas 7.6% da variância total e apresenta um comportamento inverso ao esperado, uma vez que se acreditava que fosse parte da composição da pobreza. Entretanto,

QUADRO 1

MATRIZ DE FACTORS LOADINGS

VARIÁVEIS	FACTORES			COMUNALI DADE
	I	II	III	
01. PEA Serviços	0.45	-	-0.82	0.94
02. PEA Comércio	0.78	-	-0.52	0.96
03. PEA Indústria	0.94	-	-	0.93
04. Desempregados	-	0.62	-	0.41
05. População sem instrução	0.91	-	-	0.95
06. População com primário incompleto	0.95	-	-	0.97
07. População com curso primário	0.95	-	-	0.97
08. Mortalidade por doenças nutricio nais e parasitárias	-	0.83	-	0.79
09. Mortalidade Infantil	0.93	-	-	0.98
10. Família com chefia feminina	0.52	-	-0.74	0.92
11. Família com mais de 6 membros	0.89	-	-	0.96
12. Prédios alugados (\$0-30)	0.92	-	-	0.87
13. Prédios alugados (\$31-120)	0.94	-	-	0.89
14. Prédios rústicos	-	-	0.49	0.27
15. Prédios sem água	-	0.97	-	0.96
16. Prédios sem instalações sanitá- rias	-	0.90	-	0.89
17. Prédios sem iluminação	-	0.96	-	0.94
18. Densidade de dormitório	0.48	0.67	0.49	0.92
19. Distância ao centro da cidade	-	0.93	-	0.87

aparece como um fator independente cujas variáveis representativas mostram que a mulher-chefe de família trabalha, principalmente nos serviços e comércio, mas não reside em prédios rústicos, característicos das favelas, e com alta densidade de dormitório.

3.1.1. Composição da pobreza

No caso do Rio de Janeiro, o fator I representa a composição da pobreza, tendo-se em vista os indicadores que o definem, englobando a baixa qualidade de vida e a falta de acesso a alguns recursos escassos da sociedade. Esse fator parece exprimir de modo relativamente claro a proximidade aos custos sociais das populações pobres que têm acesso mais fácil ao mercado de emprego, mas sem a correspondente assistência médico-sanitária e educacional, muito bem identificadas nas favelas centrais (mapa 7). A má formação profissional e o baixo nível de instrução são elementos que se relacionam aos empregos de baixa remuneração, em que os serviços, provavelmente devido aos dados do Censo, não apresentaram maior expressão.

Nessa estrutura econômica, tem-se a destacar que há evidência de o setor industrial, que absorvia essa mão-de-obra em 1970, ser muito tradicional. Basicamente voltado para bens de consumo, têxtil, alimentar, calçados, confecções etc, mantinha uma mão-de-obra mal remunerada, sem melhores qualificações profissionais, assistência educacional, moradia, saúde e alimentação, refletindo diretamente sobre a qualidade de vida da população engajada no setor. O comércio, relacionado a este segmento industrial, não apresentava maior dinamismo, não favorecendo a melhoria do padrão de vida dos trabalhadores de baixos salários.

Pop. e. S. C.
out. C.

3.1.2. Falta de acesso ao bem-estar social

O fator II, que pode ser considerado uma contrapartida do primeiro, representa basicamente as más condições de saúde e moradia das populações pobres do Rio de Janeiro nas áreas mais distantes do "centro". O comportamento dos indicadores no fator expressa as condições de vida dessas populações, mais difíceis à medida em que a acessibilidade física e social são mais prejudicadas, em razão do afastamento dos locais de oportunidades de emprego, atendimento médico, educacional e sanitário. Isto se relaciona à concentração de bens e serviços nas áreas mais privilegiadas da cidade, como Centro, Zona Sul, Tijuca, Vila Isabel, dificultando o acesso para as populações de baixo poder aquisitivo, que têm, inclusive, de pagar transporte mais caro para atingir os locais de trabalho, obter serviços médicos e até escolar, como ocorre com algumas áreas de ocupação na periferia.

A expansão residencial nos subúrbios e a construção dos conjuntos populares, promovida pelo governo para abrigar habitantes de favelas eradicadas nas áreas centrais da cidade, não se fizeram acompanhar de uma infraestrutura de serviços urbanos, como extensão da rede de esgotos, água e iluminação elétrica, nem pela construção de prédios educacionais para todos os níveis, ambulatórios e hospitais. Diante disso, a falta de acesso a esses recursos sociais escassos e as dificuldades de locomoção, tornam os custos sociais maiores para os grupos que residem mais distante dos centros principais.

3.1.3. Situação da mulher - chefe de família

Pela composição do fator III, observa-se que a participação da mulher chefe de família, especialmente as que trabalham no Comércio e nos Serviços, não é relevante para o estudo da pobreza no Rio de Janeiro. Tal fato contraria a conceituação sobre o assunto, como se pode ver no capítulo 1, onde

se verifica que as áreas com maior percentagem de mulheres na chefia da família apresentam índices de pobreza mais elevados, especialmente nos Estados Unidos.

Também em relação ao mundo subdesenvolvido, a família encabeçada por mulheres sem marido possui nível de vida muito baixo, principalmente em virtude da participação dessas no mercado de trabalho, restrito, com tendência a valorizar mais o trabalho masculino.

Neste caso, porém, parece ocorrer uma distorção da realidade em razão dos dados utilizados, levando a supor-se que há, no Rio de Janeiro, uma alta percentagem de mulheres solteiras, sem filhos ou com poucos filhos que, além de trabalharem, recebem ajuda de familiares, organizações públicas ou privadas para a criação desses.

Dentro do setor de serviços, a maior percentagem de mulheres pobres está engajada no trabalho doméstico, levando-as a residir em casas de famílias de melhores condições econômicas principalmente na Zona Sul, onde geralmente são recenseadas como parte da família.

Além disso, existe outra percentagem de mães solteiras trabalhando em serviços melhor remunerados ou de melhor nível educacional e com responsabilidade familiar. Geralmente têm poucos filhos, um ou dois, e vivem em apartamentos pequenos, dotados de todos os requisitos de infra-estrutura social urbana, ou com os seus familiares.

Tem-se a destacar ainda as mulheres desquitadas que, por força da legislação, continuam a ser assistidas financeiramente pelos maridos, mantendo, na maioria das vezes, o mesmo status que desfrutavam quando ainda casadas.

Deste modo, tais mulheres, normalmente, não são recenseadas como chefes de família e têm melhores condições de saúde e moradia, não reve

lando características indicativas da pobreza.

3.2. Distribuição Espacial da Pobreza

A localização da pobreza no Rio de Janeiro, através do mapeamento das notas obtidas pelos três fatores nas 23 unidades de observação, confirma as pressuposições levantadas neste trabalho, estando também de acordo com considerações dos autores analisados no capítulo 1. Pôde-se constatar, através da análise dos mapas, uma maior concentração de população pobre em áreas mais distantes daquelas de maior valorização do solo urbano, como a faixa litorânea e sudeste do município, incluindo basicamente o Centro, Zona Sul e Tijuca em que aparecem valores negativos para todos os três fatores. Especialmente, considera-se como representativo da distribuição o fator II, referente às condições de moradia, uma vez que o pauperismo está mais associado, em termos espaciais, às condições de habitações precárias ou rústicas, que oferecem moradias a preços baixos.

Em relação ao fator I, a Zona Sul destaca-se como a que possui índices mais baixos de pobreza (mapa 2), demonstrando um maior afastamento aos custos sociais urbanos, ao lado de outras áreas do Centro (Zona Portuária, Santa Tereza, Centro) e Zona Norte (Rio Comprido, São Cristóvão, Tijuca, Vila Isabel, Santa Cruz, Ilha do Governador, Paquetá), que apresentaram scores mais baixos. Madureira, Bangu, Méier e Penha possuem scores mais altos, revelando uma maior aproximação a esses custos e conseqüentemente níveis de pobreza mais acentuados dentro do Rio de Janeiro. Neste fator deve-se destacar a posição desfavorável da Região Administrativa de Botafogo, com um padrão de vida mais baixo do que as demais áreas da Zona Sul. Isto decorre não só do fato de ser uma região em que houve um relativo crescimento da população favelada (Santa Marta, Pasmado, Morro Azul, Cerro Corã, Nova Cintra), mas pela presença de

QUADRO 2
MATRIZ DE FACTORS SCORES

REGIÕES ADMINISTRATIVAS	F A T O R E S		
	I	II	III
1. Portuária	-0.7232	-0.1557	1.1910
2. Centro	-1.0398	-0.9264	0.3280
3. Rio Comprido	-0.6869	-0.4483	0.3654
4. Botafogo	-0.1707	-0.7782	-2.0274
5. Copacabana	-0.7473	-0.7391	-2.5428
6. Lagoa	-0.7252	-0.0385	-1.0569
7. São Cristóvão	-0.5418	-0.4961	0.8249
8. Tijuca	-0.4538	-0.3818	-0.8869
9. Vila Isabel	-0.5239	-0.5992	-0.3441
10. Ramos	0.9185	-0.5567	0.8723
11. Penha	1.2030	-0.1500	0.1720
12. Meier	1.9895	-0.3464	-0.2036
13. Engenho Novo	0.0341	-0.4272	-0.1876
14. Irajá	0.7081	-0.2125	0.2532
15. Madureira	1.1458	-0.4537	0.2252
16. Jacarepaguá	0.5324	0.8437	0.1430
17. Bangu	2.1612	0.1746	0.1954
18. Campo Grande	0.1720	2.6125	-0.8245
19. Santa Cruz	-0.9670	3.1101	0.1798
20. Ilha do Governador	-0.8373	0.5462	0.2371
21. Ilha de Paqueta	-1.2585	-0.5427	2.2024
22. Anchieta	0.8409	0.3653	0.5174
23. Santa Teresa	-1.0304	-0.3999	0.3665
Eigenvalues	48.5%	30.7%	7.6%

"casas de cômodo", que representam um papel semelhante à favela (Parisse, 1970). Isto a levaria a ter um posicionamento de região mais pobre em relação à composição da pobreza, apresentando índices melhores quanto às condições de habitação e situação da mulher.)

Os índices mais elevados de inacessibilidade aos recursos (fator II) são encontrados nas áreas mais distantes do "centro" (Centro, Zona Sul, Tijuca), representadas por uma grande faixa que se estende do extremo Norte até o Oeste do município do Rio de Janeiro, constituída por Anchieta, Bangu, Jacarepaguá, Campo Grande e Santa Cruz. Também faz parte deste grupo, a Ilha do Governador (mapa 3) que apresenta uma relativa porcentagem de moradias sem água (8%), iluminação elétrica (7%) e esgoto (mais de 30%).

A Zona Suburbana é, sem dúvida, a que se ressentir da maior proximidade aos custos sociais no Rio de Janeiro. Ela tem os mais baixos índices de infra-estrutura do município, em relação à utilização dos serviços básicos de água, energia elétrica e instalações sanitárias. No entanto, as maiores deficiências são encontradas na área suburbana ocidental, a mais de 30 km do "centro", em que Campo Grande e Santa Cruz têm as mais elevadas porcentagens de moradias sem água, 28%; iluminação elétrica, 16 a 18%; e esgoto, 39 a 49%, respectivamente. Soma-se a isto, a precariedade dos serviços médicos e educacionais e a falta de empregos, uma vez que mais de 16% da população ativa de Campo Grande estava desempregada em 1970, índice só superado por Ramos que atingia 33%.

A Zona Sul destaca-se como a que mais se distancia dos custos sociais urbanos, revelando uma maior assistência dos poderes públicos em termos de serviços básicos pois, com exceção da Lagoa, em que a presença das favelas contribui para valores mais baixos (mais de 4% de casas sem água, 10% sem esgoto e 6% sem iluminação elétrica) todas as demais apresentam excelente posicionamento em razão desses serviços. Tal fato representa uma ampliação da

renda real para essa população de classe alta (mapa 6) cuja média está acima de cinco salários mínimos, com maior controle sobre os bens escassos da sociedade, bem como influência econômica e política, na maioria das vezes provocando o desvio de verbas vitais para outras regiões.

A mulher chefe de família, com baixo padrão de vida, também demonstra uma menor participação na Zona Sul, seguida de Tijuca, Vila Isabel, Méier, Engenho Novo e Campo Grande (mapa 4). Esta distribuição leva a inferir-se uma contribuição mais efetiva da mulher no comércio e nos serviços, com salários mais significativos e provável assistência social. Os índices mais altos estão dispersos dentro da cidade, destacando-se Paquetá, Zona Portuária, Anchieta, Ramos, São Cristóvão, como as regiões com maior concentração de mulheres chefes de família pobres. Provavelmente, em razão da baixa valorização do trabalho feminino, falta de acessibilidade ao mercado de trabalho em virtude da distância física (Anchieta, Paquetá) e outros fatores não muito claros (Ramos que tem mais de 33% de sua população ativa sem trabalho). Estas áreas estão no conjunto das que possuem a maior percentagem de seus habitantes com renda baixa e muito baixa, em torno de até um salário mínimo (mapa 5), revelando uma certa coerência com os pressupostos sobre a participação da mulher chefe de família na pobreza urbana.

Analisando-se, a estrutura espacial dos índices de pobreza no Rio de Janeiro, vê-se que os níveis mais baixos estão localizados nas regiões mais próximas aos centros de melhor status, onde o acesso às oportunidades permite aos indivíduos disporem de melhores condições de emprego, assistência social, afastando-se dos custos sociais urbanos. No entanto, têm-se a considerar alguns aspectos que levaram à diferenciação de posicionamento de algumas regiões administrativas nas três dimensões estudadas. Por exemplo, a presença da favela é um fator muito importante no peso das condições de vida da população. Num estudo comparativo da renda média familiar (quadro 3) dos assa-

lariados favelados e não favelados, constatou-se uma considerável significância dos primeiros em quase todas as Regiões Administrativas (exceto Centro, Jacarepaguá, Campo Grande, Santa Cruz e Ilha de Paquetá) influenciando, pois, para baixar o padrão de vida em Regiões de alta renda como Lagoa e Botafogo.

Por outro lado, é necessário levar-se em conta, também as outras opções de moradia de baixo custo, tais como avenidas, cabeças-de-porco e cortiços que se encontram espalhados pelas áreas mais antigas da Zona Sul (Catete, Laranjeiras etc), Centro e Zona Norte. O grande contingente de empregadas domésticas, porteiros, moradores temporários de construções, também desempenham importante papel na diferenciação de distribuição dos três fatores, porque, embora recebam baixos salários, habitam locais dotados de infra-estrutura urbana, como a Zona Sul e Tijuca.

Santa Cruz, Ilha do Governador, Bangu, são áreas de concentração de atividades militares, além de importante setor industrial moderno. Estes fatores parecem ser muito importantes na aparente melhoria do nível de vida das populações dessas regiões, expressas pelo melhor posicionamento dessas áreas na composição da pobreza, embora não disponham da paralela assistência governamental em termos de serviços básicos, tornando-as menos favorecidas em relação às condições de moradia e assistência médica. Isto provavelmente decorre do baixo poder aquisitivo dos habitantes, em que grande parcela recebe até 1/2 salário mínimo - Santa Cruz (54.06%), Bangu (41.92%), Ilha do Governador (28.06%) - e da fraca densidade de construções, existente sobretudo em Santa Cruz, que não estimulam os investimentos governamentais em redes de água, esgotos e até iluminação elétrica.

Tais fatos aliados à distância ao "centro" contribuem para que essas regiões tenham a mais baixa valorização do solo urbano no Rio de Janeiro, compreendendo a extensa faixa que se inicia ao Norte e estende-se para o Oeste (Massena, 1970), favorecendo a instalação da população mais pobre da

QUADRO 3

PERCENTUAL DE PARTICIPAÇÃO DOS FAVELADOS EM CLASSES
DE ATÉ 2 SALÁRIOS MÍNIMOS

REGIÕES ADMINISTRATIVAS	até 1/2 %	1/2 a 1 %	1 a 2 %
1. Portuária	9.24	2.47	-6.15
2. Centro	não há influência de favela		
3. Rio Comprido	7.46	0.58	-3.72
4. Botafogo	1.94	0.92	-0.83
5. Copacabana	2.11	1.40	-0.32
6. Lagoa	8.91	4.58	-1.47
7. São Cristóvão	12.45	0.98	-7.71
8. Tijuca	7.81	2.10	-2.82
9. Vila Isabel	3.67	0.52	-1.69
10. Ramos	13.02	-1.07	-7.80
11. Penha	6.70	-1.98	-3.57
12. Méier	6.95	-0.94	-3.80
13. Engenho Novo	5.06	-0.04	-2.75
14. Irajá	3.45	-0.97	-1.51
15. Madureira	2.05	-0.42	-1.27
16. Jacarepaguã	0.47	-0.08	-0.22
17. Bangu	1.30	-0.36	-0.69
18. Campo Grande	0.35	-0.16	-0.12
19. Santa Cruz	0.21	-0.27	-0.10
20. Ilha do Governador	6.14	0.48	-3.44
21. Ilha de Paqueta	-0.01	0	-0.01
22. Anchieta	2.82	-0.73	-1.48
23. Santa Teresa	6.08	1.20	-2.91

cidade.

Por isso, considerando-se a distribuição de população pobre no Rio de Janeiro, em relação aos modelos discutidos no capítulo 1, pode-se afirmar que a proposição de Hansen sobre modelos para regiões não desenvolvidas é o mais apropriado. Apresenta o Rio o modelo mais evoluído de distribuição de população, analisado por Hansen, (in T. Caplow, 1974) característico de países em desenvolvimento mais acelerado, em que a população de alta renda, embora permaneça ainda próximo ao centro, já ocupa setores mais específicos, relacionados a amenidades ambientais e sociais, como o caso da Zona Sul e Tijuca. Quanto à população pobre, apesar das alternativas do submercado de habitação (casas de cômodo, favelas etc.) que contribuem para diminuir a sua concentração na periferia da cidade, este tipo de distribuição revelou-se claro neste estudo, bem de acordo com o esquema de Hansen. A localização de moradias deterioradas, expressas pelo fator II, através dos maiores scores, concentra-se como já foi visto, nas regiões Oeste e Suburbana, constituídas por Santa Cruz, Campo Grande, Jacarepaguá e Anchieta, que formam a periferia mais distante do "centro".

3.3. Influência do Migrante Rural

A relação entre a pobreza, na cidade do Rio de Janeiro, e o imigrante rural foi testada através de uma regressão simples, em que este elemento revelou-se muito significativo. Para representar a pobreza foram considerados os três fatores, revelados pela análise fatorial, os quais constituem as variáveis dependentes. Os scores desses fatores foram correlacionados com a porcentagem de migrante rural em cada Região Administrativa, obtendo-se a correlação mais significativa (0.88) com composição da pobreza (fator I). Para os demais fatores, as correlações foram irrelevantes (0.16 com o fator II e -0.25 com o fator III), não justificando a realização de outras operações de regres-

são (quadro 4).

Diante da importância do imigrante na composição da pobreza revelada na operação de regressão, decidiu-se avaliar a influência do imigrante na variação espacial do pauperismo no Rio, através de uma análise de resíduos. Esta análise baseia-se na interpretação cartográfica desses resíduos, que são as diferenças entre os valores observados nas Regiões Administrativas e os esperados, derivados da operação de regressão (quadro 5).

De acordo com o modelo de regressão, a migração rural explica 78% da variação dos índices de pobreza ($R^2 = 0.78$), com um nível de significância de 95% ($F = 56.56$ para um valor crítico de 5.57 na tabela modelo). Ainda para este modelo, a equação foi do tipo C.P. = $-1.73 + 1.28$ (M.R.U.), demonstrando uma tendência de a população pobre aumentar diretamente em relação à percentagem de migrantes rurais em cada Região Administrativa. Na análise da distribuição, através dos resíduos, vê-se que esta tendência se faz em todo o município (quadro 5).

QUADRO 4

MODELO DE REGRESSÃO SIMPLES

RELAÇÃO DO MIGRANTE RURAL-URBANO E COMPOSIÇÃO DA POBREZA

Y _i	VARIÁVEIS DEPENDENTES (FATORES)	COEFICIENTES			
		Correlação r	Determinação r ²	Linear a	Angular b
Y ₁	Composição da pobreza	0.88	0.78	-1.73	1.28
Y ₂	Falta de acesso ao bem-estar	0.16	-	-	-
Y ₃	Situação da mulher chefe-família	-0.25	-	-	-
X	Variável independente - Migrante rural urbano				

Levando-se em consideração os pressupostos da hipótese 4,

QUADRO 5

RESÍDUOS (DIFERENÇAS ENTRE VALORES OBSERVADOS E PREVISTOS)

REGIÕES ADMINISTRATIVAS	DESVIOS	
	Positivos - Favoráveis	Negativos - Desfavoráveis
1. Portuária	0.29	-
2. Centro	0.84	-
3. Rio Comprido	0.02	-
4. Botafogo	-	-0.50
5. Copacabana	-	-0.49
6. Lagoa	-	-0.82
7. São Cristóvão	0.12	-
8. Tijuca	-	-0.27
9. Vila Isabel	-	-0.07
10. Ramos	-	-0.01
11. Penha	0.27	-
12. Méier	0.22	-
13. Engenho Novo	0.20	-
14. Irajá	0.51	-
15. Madureira	0.81	-
16. Jacarepaguá	-	-0.32
17. Bangu	0.24	-
18. Campo Grande	-	-0.63
19. Santa Cruz	-	-0.48
20. Ilha do Governador	-	-0.42
21. Ilha de Paqueta	0.12	-
22. Anchieta	0.48	-
23. Santa Tereza	-	-0.14

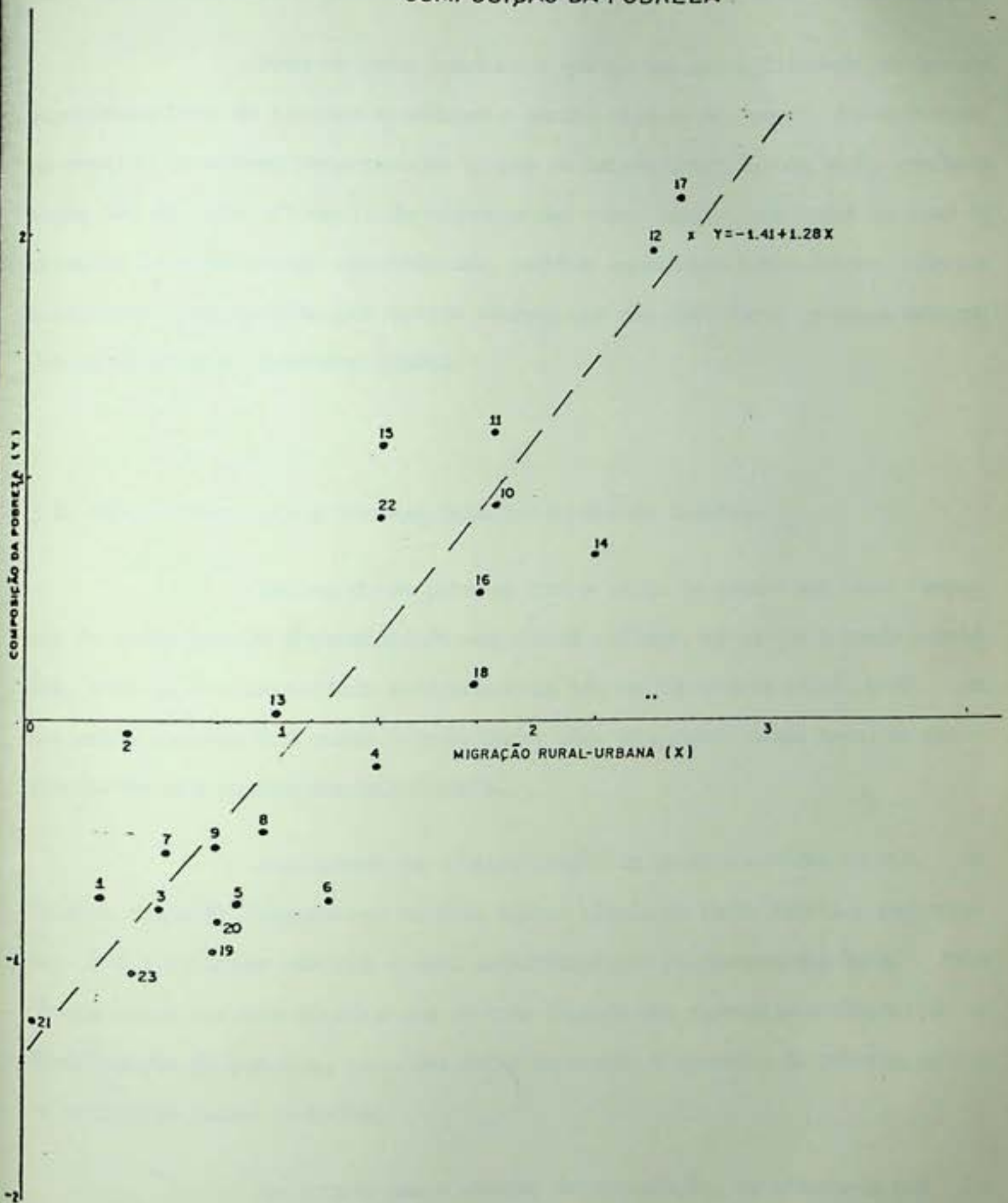
viu-se que há maior relação com a composição da pobreza, pois há maior impacto sobre as condições econômico-sociais, uma vez que o migrante é mantido como "exército de reserva", gerado e alimentado pelas contradições do sistema capitalista brasileiro, representando uma pressão sobre o submercado de trabalho, devido à sua falta de qualificação profissional e baixo nível educacional. Isto naturalmente influencia sobre a média dos salários pagos, uma vez que são obrigados a trabalhar em serviços de baixa remuneração, que não exigem preparação específica e nem dão estabilidade, como construção civil, empregos domésticos, transportes etc. Esta influência não se fez notar, no entanto, em relação ao mercado de habitação na periferia ou na porcentagem de mulheres na chefia da família. Supõe-se que isto ocorre em razão da afluência de população ativa, basicamente masculina, ou mulheres sem filhos, como ficou demonstrado pelas correlações irrelevantes com os fatores II e III.

Quanto à variação espacial, a influência do migrante rural faz-se sentir em quase todas as Regiões Administrativas, como fator de forte associação com a pobreza, uma vez que as Regiões que fogem ao padrão médio apresentam desvios positivos (Centro, Irajá, Madureira, Anchieta) e negativos (Botafogo, Copacabana, Lagoa, Campo Grande, Santa Cruz e Ilha do Governador) muito pouco significativos, uma vez que são menores do que 1.00 (gráfico 1).

Esta influência é mais sensível na Zona Suburbana mais próxima (Irajá, Madureira, Anchieta) e o Centro (mapa 6) que espelham custos sociais mais acentuados em razão da participação do migrante, de acordo com os valores estimados pela regressão.

Isto indica que os migrantes buscam instalar-se nas áreas mais próximas ao "centro", onde se localiza o mercado de emprego. Para a Zona Sul (Botafogo, Copacabana, Lagoa) e Oeste (Santa Cruz e Campo Grande) outros fatores parecem interferir de modo bastante forte, pois apresentam desvios negativos (mapa 6), considerados favoráveis às melhores condições de vida. A fal

GRÁFICO 1 - MIGRAÇÃO RURAL-URBANA VERSUS
COMPOSIÇÃO DA POBREZA



ta de infra-estrutura, no Oeste e as favelas, na Zona Sul, são os fatores que mais contribuem para o peso na distribuição de população pobre dessas Regiões.

Pode-se pois considerar que há uma multiplicidade de fatores, representativos do sistema econômico e social vigente no Brasil, interferindo no sentido de manter determinados grupos em baixas condições de vida, representados não só pela afluência do migrante das zonas rurais, com todas as suas limitações profissionais, educacionais, padrões sanitários e higiênicos, hábitos e atitudes, mas também, por outros fatores que não são fáceis de serem detectados ou medidos no contexto global.

3.4. Pobreza Absoluta e Pobreza Relativa no Rio de Janeiro

Definindo-se pobreza como a falta de acesso aos bens escassos da sociedade ou a proximidade aos custos sociais, vê-se que a renda monetária, como já foi ressaltado anteriormente, tem um importante papel, como um dos meios através dos quais o trabalhador pode conquistar esses bens, ou distanciar-se dos custos sociais urbanos.

Analisando-se a distribuição da renda monetária no Rio de Janeiro (mapa 5), assumiu-se os mais baixos níveis de renda familiar per capita - 0 a 2 salários mínimos - como característicos da pobreza absoluta. Tais níveis foram correlacionados com os três fatores que expressam a composição e distribuição da pobreza, como uma forma de testar o conceito de pobreza relativa utilizado neste trabalho.

De acordo com a análise de correlação, verificou-se que o nível de renda de 0 a 1/2 salário mínimo associa-se mais significativamente com o fator II (0.80), que reflete as más condições de saúde, moradia e desemprego na periferia mais distante da cidade (Zona Suburbana e Oeste). O segundo nível,

1/2 a 1 salário apresenta o maior índice de correlação com o fator III, que representa a situação da mulher chefe de família nos índices de pobreza no Rio de Janeiro (0.79) e somente 0.47 com condições gerais de pobreza, reveladas pelo fator I. O nível de 1 a 2 salários mínimos correlaciona-se significativamente (-0.76) somente com o fator II, que expressa, como visto acima, o baixo padrão de vida das populações pobres dos subúrbios.

A capacidade de acesso das populações pobres aos bens escassos é claramente entravada pela baixa renda monetária, proveniente dos salários, que lhes impede a aquisição de renda real mínima indispensável, no Rio de Janeiro, onde tanto a pobreza absoluta quanto a relativa são muito agudas. Isto é evidente pelas altas correlações das faixas mais baixas de salários não só com a proximidade aos custos sociais quanto à falta de oportunidades dos setores da pobreza que estão mais distantes do "centro" da cidade.

Quanto à situação da mulher, tal correlação parece confirmar os pressupostos de sua participação na pobreza através do aspecto absoluto, associado apenas ao salário, enquanto o seu posicionamento na pobreza relativa está possivelmente distorcido.

Pode-se dizer, então que há uma relação estreita entre os dois tipos de renda, uma vez que à medida que aumenta a renda monetária e, portanto, a possibilidade de melhoria da renda real, diminuem as condições de pobreza. Isto é bem demonstrado pela correlação negativa da faixa de 1 a 2 salários com as mais significativas condições de pobreza na periferia da cidade, expressando tal renda a expectativa de melhor padrão de vida para as populações que recebem essa remuneração.

2*

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A complexidade do fenômeno pobreza urbana tem sido uma das limitações ao seu estudo, especialmente no tocante às soluções. No sistema capitalista, a erradicação é considerada impossível, conforme se pôde vislumbrar no capítulo 1, em razão das contradições inerentes ao próprio sistema que, ao mesmo tempo em que gera e alimenta a pobreza como meio de promover o crescimento econômico, necessita de ampliar o mercado de consumo dos bens, contido pela baixa renda dessa parcela maior da população. Por isso, mesmo nos países desenvolvidos, onde as forças econômicas e políticas consideram o combate ao pauperismo uma das metas prioritárias, a pobreza tende a crescer em termos relativos, embora já tenha diminuído em termos absolutos.

No caso do estudo da pobreza na cidade do Rio de Janeiro, dois aspectos foram analisados, confirmando de modo significativo as hipóteses propostas no capítulo 3:

1) A composição e distribuição da pobreza, expressas através dos fatores, revelados pela análise fatorial, em que ficou claro que o pauperismo se caracteriza pela maior exposição aos custos sociais que essa população está sujeita na cidade, em razão da falta de acesso aos recursos escassos da sociedade como instrução, preparação profissional, saúde, bons empregos e moradias adequadas.

Esses custos, expressos espacialmente, favorecem a distribuição da população pobre nas áreas mais sujeitas a eles, como as favelas e os subúrbios, onde os solos são menos valorizados devido à falta de infra-estrutura, distância aos centros de empregos e serviços e o baixo poder aquisitivo dos residentes nestas áreas.

Neste caso, verificou-se que os favelados, ocupando as regiões mais centrais, embora sujeitos também aos custos sociais, apresentam um padrão de vida melhor do que os habitantes das periferias mais distantes, por-

que têm maior acessibilidade ao mercado de trabalho, localizado basicamente no Centro, Zona Sul e Tijuca. Os pobres que habitam os locais mais distantes do "centro", como parte da Zona Suburbana e Oeste, apresentam um índice de pobreza mais acentuado em virtude da deterioração da renda, em si muito baixa, com gastos em transportes, falta de assistência em termos de saúde, educação, condições sanitárias e alta percentagem de desempregados.)

A maior concentração de pauperismo nas regiões mais distantes do "centro" (Anchieta, Bangu, Jacarepaguá, Campo Grande, Santa Cruz e Ilha do Governador) confirma, sem dúvida, os modelos de distribuição de população nos países não desenvolvidos (Hansen, in T. Caplow, 1974). No Rio de Janeiro, as populações de alta renda ocupam os setores mais valorizados, em função da acessibilidade e das amenidades ambientais e sociais, ainda próximos ao centro, como a faixa litorânea e sudeste, representadas pela Zona Sul e Tijuca, deixando aos pobres as áreas de obsolescência próximas ao CBD (Portuária, Catumbi, Centro), e as menos valorizadas da periferia. Como peculiaridade, destaca-se o papel da topografia que favoreceu o enquistamento das favelas em locais valorizados, com o aparecimento das grandes concentrações de populações pobres, com graves problemas sociais.

2) A composição da pobreza está intimamente associada ao contingente imigratório, procedente da zona rural, em razão do baixo padrão educacional, profissional, sanitário que leva o migrante a engrossar as fileiras do exército de reserva mantido pelo sistema capitalista. Esta mão-de-obra, de preços muito baixos, provoca pressão sobre o mercado de empregos não qualificados, gerando uma alta rotatividade, especialmente na indústria de construção civil, tanto no setor privado como público, como está ocorrendo na construção do metropolitano.

A concentração do migrante, ao contrário da população pobre em geral, é mais sensível nas áreas centrais, onde realmente ocorre o "boom" da

construção civil, provocando a expansão dos bolsões de ocupação ilegal do solo urbano, através do crescimento ou aparecimento de favelas.) Pode-se acrescentar a isso a ocupação de outras formas alternativas de moradia, cabeças-de-porco, vilas, galpões de construções, que lhes facilitam o acesso aos locais de trabalho, embora expostos aos custos sociais.

A mulher chefe de família não apresentou uma participação significativa na pobreza relativa do Rio de Janeiro, especialmente as que estão engajadas no comércio e nos serviços, não tendo inclusive relação direta com a migração rural. Tal fato deve ser atribuído à deficiência dos dados que não espelham a realidade, uma vez que é notório que a mulher no Brasil geralmente não exerce funções bem remuneradas que lhe permitissem ter a qualidade de vida apontada na metodologia.

(Sendo o crescimento econômico da cidade feito às custas da população pobre, que constitui a maior parcela, a sua existência e expansão é hoje um dos maiores problemas enfrentados pelo Rio de Janeiro. Pagando um elevado ônus social, essa população não só exerce pressão sobre o mercado de trabalho, o congestionamento das habitações de má qualidade e os transportes de massa, mas também reage com atos de agressão social que se estão tomando rotineiros na vida do carioca, os quais tornam as populações de maior poder aquisitivo verdadeiramente aterrorizadas. Estas, por sua vez, procuram pressionar os poderes constituídos no sentido de minorar a pobreza que cada vez mais se avoluma. Os mais pessimistas já vêem maiores problemas futuros com a onda de desemprego e a conseqüente pressão social que deverá surgir na próxima década com o fim das obras do metrô, liberando mão-de-obra não especializada e necessitada de empregos, com urgência, porque não dispõe de recursos mínimos para a sua sobrevivência por um curto espaço de tempo.

(Diante de tal quadro, a situação social no Rio de Janeiro depende de soluções precisas e a curto prazo. E embora não seja objetivo deste

trabalho apontar tais soluções, considerou-se indispensável fazer algumas considerações.

Em primeiro lugar, qualquer tentativa de solução só merece crédito se levar em conta o quadro global do país, tendo em vista o sistema econômico vigente e a influência do migrante sobre as condições de pauperismo nas cidades brasileiras, particularmente no Rio de Janeiro.

Com relação ao migrante, dois aspectos têm de ser considerados: as regiões de origem e de destino, no caso a cidade grande. Olhando-se as áreas de procedência, o objetivo seria reter o migrante potencial, através da determinação de igualdade dos salários mínimos regionais, eliminando a médio prazo as diferenças salariais urbano-rurais; ao lado de melhor assistência médico-educacional, uma vez que a população rural tem menor mobilidade e dificuldade, portanto, de buscar esses serviços em centros urbanos mais distantes; tudo isso aliado a uma política conjunta dos governos federal-estadual e municipal no sentido de levar maior dinamismo econômico às zonas rurais e cidades pequenas e médias.

Internamente, a cidade como expressão das desigualdades sociais, necessita de um planejamento urbano realístico, em que os mecanismos de redistribuição da renda sejam postos em ação, seja com aumentos reais de salários, redistribuição dos empregos, serviços educacionais e de saúde, visando aumentar a renda real desses segmentos da população brasileira e minimizar os custos sociais a que são submetidos.

Considerando pois que o planejamento urbano tem implicações sobre a distribuição da renda no espaço e entre pessoas (Vetter, 1975), o controle do uso do solo e dos grandes investimentos em infra-estrutura urbana podem influir diretamente neste aspecto. A concentração de benefícios em áreas povoadas por população de alta renda, ao lado da escassez dos serviços básicos na periferia e subúrbios, gera as más condições de vida com falta de higiene e

saúde, educação, refletindo também nas elevadas taxas de desemprego, como se constatou para o Rio de Janeiro.

Em termos sociais, a maior preocupação tem sido diminuir a pobreza absoluta, através de programas assistenciais que minimizam, teoricamente, a participação desses grupos em amplas faixas de baixíssima renda real. Essa transferência da renda, por meio da ajuda em alimentação escolar, assistência médica, educacional, habitação popular, ainda é a posição mais defendida pelos autores desenvolvimentistas preocupados em minorar a pobreza dentro da estrutura capitalista. Por isso, propõem como alternativas localizar a força de trabalho mais perto do emprego, ou melhorar o sistema de transporte, facilitando o acesso das populações de baixa renda aos locais de trabalho.

No entanto, na realidade, não se pode dar muito crédito à eficiência dos programas governamentais, uma vez que os investimentos tendem para obras de impacto político, ou de pequena importância social, localizadas em áreas que atendem sempre aos grupos de mais alta renda. Ao lado disso, os programas sociais muitas vezes estão relacionados a objetivos pouco claros como o já discutido planejamento familiar nas áreas urbanas, voltados para o controle de natalidade nas camadas mais pobres da população, ou o provimento da casa própria, prometido por vários governantes, sem que se torne jamais uma realidade. O que se vê é uma política do Banco Nacional de Habitação voltada para a captação de recursos financeiros favorável às grandes empresas imobiliárias, que os investem para a construção de moradias para as classes mais abastadas, apegando-se a justificativa de que é o setor que gera mais empregos, forçando a redistribuição da renda, como no Rio de Janeiro. Apesar da nova orientação do governo atual, empossado em 1979, no sentido de urbanização das áreas faveladas, com construção de residência para os indivíduos mais pobres, os responsáveis pelo BNH já informaram da total impossibilidade de construir para indivíduos que ganhem menos de dois salários mínimos, como é o caso da popula-

ção considerada neste estudo.

A própria diminuição da pobreza, no Rio de Janeiro, ou no Brasil como um todo, afigura-se de solução muito difícil, pois depende diretamente do grau de desenvolvimento do país e da conjugação de várias forças interessadas em mantê-la, ou não, conforme o grau em que essa pobreza represente um entrave ao processo de crescimento econômico. Isto ficou claro na atitude do governo paulista, que tentou diminuir a pobreza na Grande São Paulo, forçando a volta dos migrantes recentes a suas regiões de origem, numa demonstração de que o sistema, que cresceu às custas dessa mão-de-obra, não mais necessita dela no momento atual.

Parece pois que tentar imputar ao poder público, como representante dessas forças econômicas, sociais e políticas, a tarefa de minimizar a pobreza por meio de um trabalho puramente assistencial não seria uma política ideal. A ajuda pública, associada à luta dos grupos para afastar-se dos custos sociais urbanos, quer pela melhoria dos níveis de educação, preparação profissional, consciência de classe e pressões coletivas, pode revelar-se uma forma mais adequada para diminuir a concentração de renda, que se vem processando no Brasil nas décadas de 60 e 70, com perda acentuada do poder aquisitivo dos assalariados.

Estas conclusões, entretanto, têm caráter parcial, devido à falta de maior número de estudos sobre o pauperismo urbano no Brasil e na América Latina, dificultadas ainda pela imprecisão dos dados utilizados e defasados em relação à realidade atual. Por isso, este trabalho é uma contribuição para as pesquisas futuras sobre pobreza urbana que, talvez, devido à sua complexidade, tem sido pouco estudada no mundo subdesenvolvido, onde medidas concretas, segundo a realidade histórica de cada país, são cada vez mais precárias.

TABELA 1

LISTA DAS VARIÁVEIS

RA / Estado

- 01 - % de população economicamente ativa nos Serviços no total de empregados nos três setores - Censo Demográfico de 1970 - IBGE
- 02 - % de população economicamente ativa no Comércio no total de empregados nos três setores - Censo de 1970 - IBGE
- 03 - % de população economicamente ativa na Indústria no total de empregados nos três setores - Censo de 1970 - IBGE
- 04 - % de desempregados (População de 10 a 59 anos, considerada ativa, menos total de empregados no total de empregados nos três setores) Censo de 1970 - IBGE
- 05 - % de população sem instrução no total da população - Censo de 1970 - IBGE
- 06 - % de população com o curso primário incompleto no total da população - Censo de 1970 - IBGE
- 07 - % de população com o primário completo no total da população - Censo de 1970 - IBGE
- 08 - % de mortalidade por doenças nutricionais e parasitárias (enterite, doenças diarréicas, tuberculose do aparelho respiratório e avitaminoses no total de óbitos em 1970) - Anuário Estatístico do Estado da Guabajara - 1973
- 09 - % de mortalidade infantil (% de crianças vivas no total de crianças nascidas vivas) - Censo de 1970 - IBGE
- 10 - % de famílias com chefia feminina no total de famílias - Censo 1970 - IBGE
- 11 - % de famílias com mais de 6 membros no total de famílias - Censo de 1970 - IBGE
- 12 - % de migrante rural urbano no total de migrantes - Censo de 1970 - IBGE

- 13 - % de prédios alugados (Cr\$ 0 - 30,00) no total de prédios - Censo de 1970
IBGE
- 14 - % de prédios alugados (Cr\$ 31 - 120,00) no total de prédios - Censo de
1970 - IBGE
- 15 - % de prédios rústicos no total de prédios - Censo de 1970 - IBGE
- 16 - % de prédios sem água no total de prédios - Censo de 1970 - IBGE
- 17 - % de prédios sem instalações sanitárias no total de prédios - Censo de
1970 - IBGE
- 18 - % de prédios sem iluminação no total de prédios - Censo de 1970 - IBGE
- 19 - Densidade de dormitórios (número de moradores/total de dormitórios) - Cen
so de 1970 - IBGE
- 20 - Distância ao Centro da cidade (distância pelo preço médio da passagem de
de ônibus comum e barca) - informação de campo - 1977
- 21 - % de renda familiar per capita (inclusive favelas) em classes de até 1/2
salário mínimo - Tabulação Especial do Centro de Informática do IBGE -
1970
- 22 - % de renda familiar per capita (inclusive favelas) em classes de 1/2 a 1
salário mínimo - Tabulação Especial do Centro de Informática do IBGE -
1970
- 23 - % de renda familiar per capita (inclusive favelas) em classes de 1 a 2 sa
lários mínimos - Tabulação Especial do Centro de Informática do IBGE -
1970

TABELA 2

DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DA RENDA FAMILIAR PER CAPITA

MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO - 1970

REGIÕES ADMINISTRATIVAS INCLUSIVE FAVELAS	até 1/2	mais de 1/2 a 1	mais de 1 a 2
1. Portuária	31,72	30,91	23,15
2. Centro	9,82	21,27	28,54
3. Rio Comprido	21,54	25,62	25,61
4. Botafogo	9,13	14,31	23,36
5. Copacabana	6,53	8,32	17,9
6. Lagoa	15,9	15,86	16,75
7. São Cristóvão	26,97	28,76	23,95
8. Tijuca	15,21	15,22	22,87
9. Vila Isabel	13,09	19,71	28,98
10. Ramos	32,46	28,36	22,42
11. Penha	33,08	30,77	21,61
12. Meier	27,08	29,15	25,24
13. Engenho Novo	20,44	24,07	27,99
14. Irajá	29,75	32,27	22,78
15. Madureira	26,80	30,64	25,69
16. Jacarepaguá	37,05	27,67	18,42
17. Bangu	41,92	29,75	16,46
18. Campo Grande	49,60	26,87	12,61
19. Santa Cruz	54,06	23,64	10,84
20. Ilha do Governador	28,06	24,36	24,01
21. Ilha de Paqueta	26,82	29,63	20,78
22. Anchieta	38,09	31,79	18,22
23. Santa Tereza	19,97	23,98	24,98

Fonte: Tabulação Especial do Centro de Informática da Fundação IBGE.

TABELA 3

REGIÕES ADMINISTRATIVAS

1. Portuária - Cais do Porto, Caju, Gamboa, Saúde e Santo Cristo
2. Centro - Centro, Lapa, Cidade Nova, Castelo, Fátima e Aeroporto
3. Rio Comprido - Rio Comprido, Catumbi, Praça da Bandeira, Estácio e Cidade Nova
4. Botafogo - Botafogo, Laranjeiras, Cosme Velho, Catete, Flamengo e Glória
5. Copacabana - Copacabana, Leme, Urca e Praia Vermelha
6. Lagoa - Lagoa, Ipanema, Leblon, Jardim Botânico, Gávea, São Conrado e Joã
7. São Cristóvão - São Cristóvão, Benfica, Mangueira e Triagem
8. Tijuca - Tijuca, Praça da Bandeira, Maracanã e Alto da Boa Vista
9. Vila Isabel - Vila Isabel, Andaraí, Grajaú, Macaranã e Aldeia Campista
10. Ramos - Ramos, Bonsucesso, Olaria, Higienópolis e Mangueiros
11. Penha - Penha, Cordovil, Vigário Geral, Brás de Pina, Olaria, Lucas, Circular da Penha, Jardim América e Vila Esperança
12. Méier - Méier, Jacaré, Cachambi, Abolição, Cavalcanti, Del Castilho, Tomás Coelho, Pilares, São Francisco Xavier, Inhaúma, Encantado, Rocha, Engenho da Rainha, Piedade, Riachuelo, Sampaio, Maria da Graça, Engenho de Dentro, Engenho Novo e Todos os Santos
13. Engenho Novo - Engenho Novo, Méier, Lins, Consolação, Encantado, Água Santa, Rocha, Riachuelo, Piedade, São Francisco Xavier, Sampaio, Engenho de Dentro e Todos os Santos
14. Irajá - Irajá, Vila da Penha, Vicente de Carvalho, Rocha Miranda, Colégio, Turiaçu, Honório Gurgel, Vaz Lobo e Vila Cosmos
15. Madureira - Madureira, Quintino Bocaiúva, Cascadura, Osvaldo Cruz, Bento Ribeiro, Marechal Hermes, Engenheiro Leal, Turiaçu, Campinho e Piedade

16. Jacarepaguá - Jacarepaguá, Praça Seca, Valqueire, Taquara, Fre_guesia, Mizema, Camorim, Vargem Pequena, Vargem Grande, Piabas, Recreio dos Bandeirantes, Marapen_di, Barra da Tijuca e Guaratiba
17. Bangu - Bangu, Deodoro, Vila Militar, Coronel Magalhães Bastos, Realengo, Padre Miguel, Senador Camará , Jardim Sulacap, Vila Aliança, Vila Kennedy, Santíssimo e Marechal Hermes
18. Campo Grande - Campo Grande, Santíssimo, Vasconcelos, Inhoíba , Cosmos, Mendanha, Rio da Prata, Monteiro, Guarati_ba, Barra de Guaratiba e Pedra de Guaratiba
19. Santa Cruz - Santa Cruz, Paciência e Sepetiba
20. Ilha do Governador - Ilha do Fundão
21. Ilha de Paquetá
22. Anchieta - Anchieta, Acari, Barros Filho, Coelho Neto, Costa Barros, Pavuna, Ricardo de Albuquerque, Guadalupe, Parque Anchieta, Marechal Hermes, Honório Gurgel e Irajá
23. Santa Teresa - Santa Teresa, Catumbi e Glória

BIBLIOGRAFIA

- ALONSO, WILLIAM (1974) - Location and Land Use: Toward a General Theory of Land Rent, Cambridge, Mass, Harvard University Press.
- _____ (1978) - O Fator População e as Teorias de Transição no Desenvolvimento, Seminário Nacional sobre "Pobreza Urbana e Desenvolvimento", dezembro, Recife, Pernambuco. Mimeografado.
- ALMEIDA, WANDERLY J.M. (1974) - Serviços e Desenvolvimento Econômico no Brasil - aspectos setoriais e suas implicações, IPEA, Rio de Janeiro.
- ARMSTRONG, W.R. (1968) - "Revolutionary Change and the Third World City: A
MOGEE, T.G. Theory of Urban Involution", Civilizations, 18(3) , 353-378.
- AYDALOT, PHILLIPE (1978) - Crescimento Urbano, Justiça Social e Pobreza, Seminário Nacional sobre "Pobreza Urbana e Desenvolvimento", dezembro, Recife, Pernambuco. Mimeografado.
- BECKER, BERTHA K. (1968) - "As Migrações Internas no Brasil, Reflexos de Uma Organização do Espaço Desequilibrada", Revista Brasileira de Geografia, 30(2), Rio de Janeiro.
- _____ (1972) - "Crescimento Econômico e Estrutura Espacial do Brasil", Revista Brasileira de Geografia, 34(4), Rio de Janeiro.
- BECKER, OLGA M.S. (1975) - "Proposição Metodológica para Análise dos Diferenciais entre Migrantes Nativos nas Áreas Metropolitanas do Sudeste", Revista Brasileira de Geografia, 37(2) , Rio de Janeiro.
- CAVALCANTI, ZULEIKA L.

- BERNARDES, LYSIA M.C. (1961) - "Expansão do Espaço Urbano no Rio de Janeiro", Separata da Revista Brasileira de Geografia, XXIII(3), Rio de Janeiro.
- BERRY, BRIAN J.L. (1965) - "Areas of Economic Stress in Canada, Identification of Declining Regions: An Empirical Study of the Dimensions of Rural Poverty", in Wood, W.D. and R. S. Thoman (Ed.), Queens University, 22-49.
- _____ (1973) - The Human Consequences of Urbanization - Divergent Paths in the Urban Experience of the Twentieth Century, St. Martin's Press, New York.
- BEYER, GLENN H. (1969) - Explosão Urbana na América Latina, Victor Publicações, Rio de Janeiro.
- BRONSTEIN, O. (1977) - Rio de Janeiro Urbanização e Metaurbanização, Reunião sobre o Uso do Solo Urbano (dados incompletos). Mimeografado.
- BULLAMORE, HENRY W. (1974) - "Three Types of Poverty in Metropolitan Indianapolis", Geographical Review, LXIV (4), 536-556.
- BURGESS, ERNEST W. (1974) - "El Crecimiento de la Ciudad: Introducción a un Proyecto de Investigación", Estudios de Ecología Humana, 1, org. G.A. Theodorson, Biblioteca Universitária Labor, Barcelona, España, 69-81.
- CAPLOW, T. (1974) - "La Ecología Social de la Ciudad de Guatemala", Estudios de Ecología Humana, 2, org. G.A. Theodorson, Biblioteca Universitaria Labor, Barcelona, España, 21-50.

- CARDOSO, F.H. (1977) - O Modelo Político Brasileiro e Outros Ensaio, ed. DIFEL, Rio de Janeiro e São Paulo.
- CAMPOS, CÂNDIDO M. (1978) - A Experiência de Planejamento da Pobreza Paulista face à de Recife, Seminário Nacional sobre "Pobreza Urbana e Desenvolvimento", dezembro, Recife, Pernambuco. Mimeografado.
- CARTER, HAROLD (1972) - The Study of Urban Geography, Ed. by Edward Arnold Ltd., London.
- CASTELLS, MANUEL (1978) - Pobreza Urbana e Organização Social: Análise Comparativa de Movimentos Sociais em Assentamentos Espontâneos na América Latina, Seminário Nacional sobre "Pobreza Urbana e Desenvolvimento", dezembro, Recife, Pernambuco. Mimeografado.
- CHACON, MARIO C. (1978) - Padrão de Nível de Vida e Urbanização na Costa Rica, Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Geografia, UFRJ.
- CHAMECKI, SAMUEL (1976) - "Um Terço da Humanidade Vive em Favelas", O Correio, UNESCO, 4(8), agosto, Brasil.
- COSTA, MANOEL A. (1971) - Migrações Internas no Brasil, IPEA/INPES, Rio de Janeiro.
ET ALII
- DAVIS, KINGSLEY (1972) - "A Urbanização da Humanidade", Cidades, Zahar Editores, Rio de Janeiro, 13-35.
- DAVIES, ROSS L. (1969) - "Effects of Consumer Income Differences on Shopping Movement Behavior", Social Geographie, 60 (2), 111-121.

- DEMO, PEDRO (1978) - Desenvolvimento e Política Social no Brasil, Seminário Nacional sobre "Pobreza Urbana e Desenvolvimento", dezembro, Recife, Pernambuco. Mimeografado.
- ELKINS, T.H. (1973) - The Urban Explosion, Studies in Contemporary Europe, Ed. by The Macmillan Press Ltd., London.
- FAISSOL, SPERIDIÃO (1972) - Problemas Geográficos Brasileiros, Separata da Revista Brasileira de Geografia, 34 (1/4), Rio de Janeiro.
- FRANK, ANDRÉ GUNDER (1971) - O desenvolvimento do subdesenvolvimento, Texto extraído da revista Critiques de l'Economie Politique 3, Ed. Maspero, Paris.
- FUCHS, VÍTOR R. (1965) - "Toward a Theory of Power, First Report of the Task Force on Economic Growth and Opportunity", Study Paper, Washington D.C., United States Chamber of Commerce.
- GARNER, J.B. (1971) - "Modelos de Geografia Urbana y de Localización de Asentamientos", La Geografía y los Modelos Socio-económicos, Ed. R. Chorley and P. Hagget, Madrid, col. Nuevo Urbanismo, 499-510.
- GEIGER, PEDRO P. (1978) - Fluxos de Capital e Pobreza, Seminário Nacional sobre "Pobreza Urbana e Desenvolvimento", dezembro, Recife, Pernambuco. Mimeografado.
- GOULART, JOSÉ A. (1957) - Favelas do Distrito Federal, Estudos Brasileiros. 7, Ministério da Agricultura, Rio de Janeiro.
- HANSEN, A.T. (1934) - The Ecology of Latin American City, Ed. Renter E.B., Race and Culture Contacts, MacGraw-Hill, New York.

- HARRIS, C. D. (1947) - "The Nature of Cities", *Annals of the American Academy of Political and Social Science*, 242, 7-17.
- ULLMANN, E.L.
- HARVEY, DAVID (1973) - *Social Justice and the City*, Ed. by Edward Arnold Ltd., London.
- _____ (1975) - "Class Structure in a Capitalist Society and the Theory of Residential Differentiation", *Processes in Physical and Human Geography, Bristol Essays*, Ed. by Ronald Peel et Alii, London, 354-369.
- _____ (1978) - O Processo Urbano no Capitalismo: Referencial para Análise, reproduzido da Revista "International Journal of Urban and Regional Research, 2(1), Seminário Nacional sobre "Pobreza Urbana e Desenvolvimento", dezembro, Recife, Pernambuco. Mimeografado.
- HAUSER, P. M. (1960) - *The Pre-Industrial City*, The Free Press.
- SCHNORE, L.F.
- HOYT, HOMER (1971) - "The Pattern of Movement of Residential Rental Neighborhoods", *Readings in Urban Geography*, Ed. H. Mayer and C. Kohn, The University of Chicago Press, Chicago, 499-510.
- _____ (1971) - "Recent Distortions of the Classical Models of Urban Structure", *Internal Structure of the City*, Ed. Larry S. Bourne, Oxford University Press, New York, 84-96.
- JOHNSON, JAMES H. (1974) - *Geografia Urbana*, Ed. Oikos-tau. S.A., Barcelona, España.

- JOHNSTON, R.J. (1972) - "Towards a General Model of Intra-urban Residential Patterns: Some Cross-cultural Observation", *Progress in Geography*, 4, Ed. Christopher Board et Alii, 84-124.
- KAYSER, BERNARD (1978) - *Pobreza Urbana e Pobreza Rural: Novas Tendências - A Divisão de Migalhas*, Seminário Nacional sobre "Pobreza Urbana e Desenvolvimento", dezembro, Recife, Pernambuco. Mimeografado.
- KING, L.J. (1969) - *Statistical Analysis in Geography*, Prentice-Hall, Inc. Englewood Cliffs, New Jersey, U.S.A.
- LEIRA, EDUARDO (1978) - *Planejamento Urbano num Contexto de Pobreza*, Seminário Nacional sobre "Pobreza Urbana e Desenvolvimento", dezembro, Recife, Pernambuco. Mimeografado.
- LOPES, JUAREZ R.B. (1975) - *Desenvolvimento e Migrações: uma Abordagem Histórico-estrutural*, Estudos CEBRAP, 6, Ed. Brasileira de Ciências Ltda.
- MASSENA, ROSA M.C. (1976) - *O Valor da Terra Urbana no Município do Rio de Janeiro*, Tese de Mestrado em Ciências, COPPE, UFRJ.
- MATA, MILTON DA (1973) - *Migrações Internas no Brasil - Aspectos Econômicos e Demográficos*, IPEA, Rio de Janeiro.
- ET ALII
- MORRIS, F. B. (1973) - "A Geografia Social no Rio de Janeiro: 1960", *Revista Brasileira de Geografia*, 35(1), Rio de Janeiro.
- MYRDAL, GUNNAR (1960) - *Teoria Econômica e Regiões Subdesenvolvidas*, Instituto Superior de Estudos Brasileiros, Rio de Janeiro.

- ONIBOKUN, ADEPOJU (1973) - "Forces Shaping the Physical Environment of the Cities in the Developing Countries: The Ibadan Case", *Land Economics*, 49 (4), 424-431.
- ORNATI, OSCAR A. (1968) - "Poverty in the Cities", *Issues in Urban Economics*, Ed. H.S. Perloff and L. Wingo, J.H. University Press, Baltimore, U.S.A.
- PARISSE, LUCIEN (1970) - *Favelas de L'agglomeration de Rio de Janeiro. Leur Place dans le Processus d'Urbanisation*, Thèse, Université de Strasbourg, Centre de Géographie Appliquée.
- PEET, RICHARD (1975) - "Inequality and Poverty: A Marxist-Geographic Theory", *Annals of the Association of American Geographers*, 65 (4), Ed. John Fraser Hart, 564-571.
- PEDROSA, ARMINDO A. (1973) - "O Uso da Análise Fatorial na Caracterização Geral da Área de Influência de Presidente Prudente", *Revista Brasileira de Geografia*, 35(4), Rio de Janeiro.
- PORCARO, ROSA M.
- RACINE, J.B. (1973) - *L'Analyse Quantitative en Géographie*, Press Universitaires de France.
- REYMOND H.
- RATCLIFF, R.U. (1971) - "Internal Arrangement of Land Uses", *Readings in Urban Geography*, Ed. by H.M. Mayer and C.F. Kohn, University of Chicago Press, 410-417.
- RECKFORD, GORDON E. (1970) - "A Geografia do Pauperismo nos Estados Unidos", *Geografia Humana nos Estados Unidos*, Forum Editora, Rio de Janeiro.

- SANTOS, MILTON (1970) - "Quelques Problèmes des Grandes Villes des Pays Sous Développés", Dix Essais Sur la Ville dans les Pays Sous Développés, Paris, Ophrys.
- _____ (1973) - Geografia y Economía Urbanas en los Países Subdesarrollados, Colección Ciencias Geográficas, Ed. Oikos-tau S.A., Barcelona, España.
- _____ (1978) - Pobreza Urbana, Ed. Hucitec (Mestrado em Desenvolvimento Urbano, UFPe., Comissão Nacional de Regiões Metropolitanas e Política Urbana, São Paulo, Recife).
- SCHILDERINK, J.H. (1970) - Factor Analysis Applied to Developed and Developing Countries, Rotterdam University Press.
- SILVA, HILDA (1976) - "A Natureza da Política Habitacional para Grupos de Baixa e Média Renda no Rio de Janeiro e seus Efeitos no Modelo Residencial da Referida Cidade", Boletim Carioca de Geografia, ano XXVI, AGB, Rio de Janeiro.
- SILVA, L.A.M. (1967) - A Política na Favela, Cadernos Brasileiros, 3(41), Rio de Janeiro, 35-47.
- SINGER, PAUL (1977) - Economia Política e Urbanização, Ed. Brasiliense, S. Paulo
- SOARES, THEREZINHA, S. (1965) - "Fisionomia e Estrutura do Rio de Janeiro," Separata da Rev. Brasileira de Geografia, XXVII (3), Rio de Janeiro.
- STOKES, CHARLES J. (1972) - "A Theory of Slums", Land Economics, XXXVIII (3), 187-197.
- TALLEY, WAYNE K. (1974) - "Residential Movements of Low-Income Families: The Case of Bogotá", Colômbia, Land Economics, 50(4), 421-428.
- TAYLOR, HARRY W. (1975) - "Fatores Socio-econômicos na Fecundidade - Estado de São Paulo", Revista Brasileira de Geografia 37(2), Rio de Janeiro.

- TOLOSA, HAMILTON (1977) - "Dimensão e Causas da Pobreza Urbana", Estudos Econômicos, IPE-USP, 7(1), 131-176.
- TOYNE, PETER (1972) - Techniques in Human Geography, Ed. by Macmillan Education Ltd., London.
- NEWBY, PETER T.
- VALADARES, LÍCIA P. (1974) - Operation de Relogement et Reponse Sociale - Le Cas des Residents des Favelas a Rio de Janeiro, Thèse pour le Doctorat de Troisième Cycle en Sociologie, Université de Toulouse.
- VELHO, GILBERTO C.A. (1975) - A Utopia Urbana - Um Estudo de Antropologia Social, Zahar Editores, Rio de Janeiro.
- VEIER, DAVID M. (1975) - The Impact of the Metropolitan System on the Interpersonal and Spatial Distribution of Real and Monetary Income: the Case of Grande Rio, Seminário Teuto-Brasileiro sobre Planejamento Urbano e Regional, PUR/COPPE, UFRJ. Mimeografado.
- YEATES, MAURICE (1968) - An Introduction to Quantitative Analysis in Human Geography, MacGraw-Hill Book Company.
- YUNOVSKY, OSCAR (1971) - La Estructura Interna de la Ciudad - El Caso Latinoamericano, Editora SIAP.
- IBGE (1953) - As Favelas do Distrito Federal e o Recenseamento de 1950, Separata da Revista Brasileira de Estatística, 55.
- _____ (1966) - As Favelas do Estado da Guanabara, Segundo o Censo de 1960 - Características Demográficas e Sociais do Estado da Guanabara, Estatística Demográfica, 29.
- STATUS (1975) - "Nova York, São Paulo Rio... Todas as Grandes Cidades São Iguais", Ed. Três, novembro, 11-19.

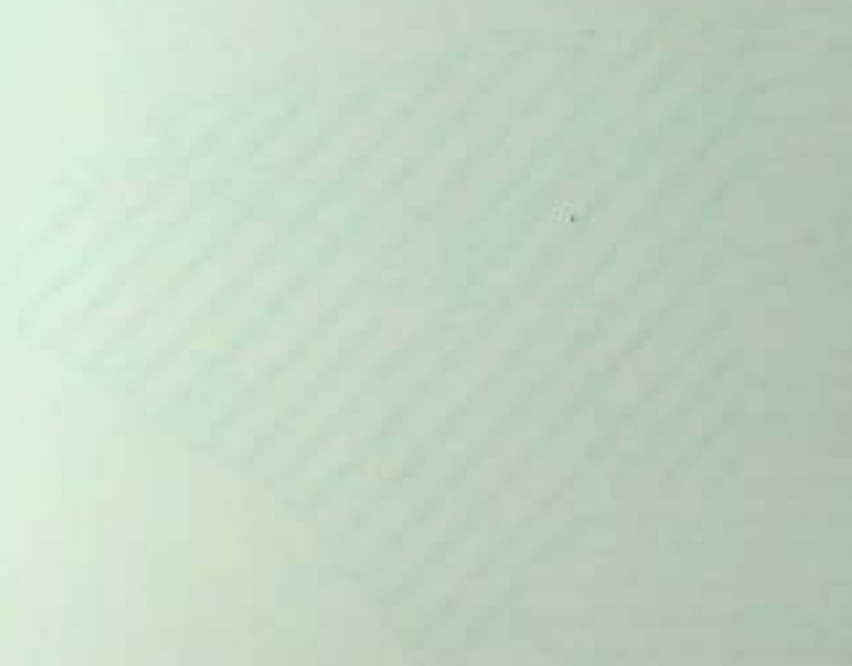
NOTAS

1. A população urbana do Brasil passou de 32.004.817, num total de 70.992.343, em 1960, para 52.084.984, num total de 93.131.037, em 1970. (Sinopse Estatística do IBGE, 1973).
2. As características diferenciadoras utilizadas por Reckford dizem respeito a: % de famílias chefiadas por brancos; % de famílias chefiadas por mulheres, % de famílias que não contavam com salários regulares e trabalhavam sob o regime de tempo parcial. A maior % dos indivíduos desses grupos estava engajada em prestação de serviços e 75% dos pais de família tinham frequentado até a 8a.série escolar e somente 5% tinham curso superior.
3. No caso em estudo, mais de 31% das famílias pobres são encabeçadas por velhos acima de 65 anos; 17% chefiadas por mulheres; 28.3% por homens abaixo de 60 anos, mas com renda inferior a 2.830 dólares.
4. A massa marginal do mercado monopolístico proposta por José Nun é constituída de uma parte da mão-de-obra ocupada pelo capital industrial competitivo; a maioria dos trabalhadores que atua em atividades terciárias de baixos ingressos; a maioria dos desocupados; e a totalidade da força de trabalho mediata ou imediatamente "fixada" pelo capital comercial.
5. O exército industrial de reserva está dividido em três grupos: a forma flutuante, decorrente da expansão industrial moderna, que absorve os operários de acordo com a sua necessidade, dispensando os que atingem a idade madura em função dos mais jovens; a forma latente, originária da entrada do capitalismo no campo que provoca a migração rural, devido à lei de repulsão, sem que haja maior efeito de atração por parte da agro-indústria; e a forma intermitente, que é parte do exército operário em atividade, mas com trabalho muito irregular, baixo nível de vida, salários mínimos e jornadas máximas

de trabalho.

6. Os maiores índices de pobreza registrados por Tolosa estão centrados no Nordeste. As cidades de Juazeiro do Norte, Parnaíba e Mossoró apresentaram os maiores índices, enquanto "no extremo oposto surgem as cidades médias de São Paulo e as áreas metropolitanas da Região Sul".
7. A Estrutura Econômica compreende a Estrutura Produtiva (grau de industrialização, tamanho médio dos estabelecimentos industriais, indicador da especialização industrial); a Estrutura Ocupacional, (participação dos autônomos, participação dos proprietários, administradores e ocupações técnicas); a Estrutura Espacial, (tamanho urbano, distância à área metropolitana mais próxima e área de influência que compreende densidade da área de influência e grau de polarização) Pressão Demográfica, (participação dos migrantes recentes, migrantes urbanos, taxa de crescimento da população urbana); e Programas governamentais em que Tolosa utilizou dados sobre emprego nas atividades sociais e serviços de utilidade pública como "proxy" para aplicações governamentais em estrutura urbana.
8. Neste caso, migrante urbano apresentou uma correlação negativa, o que levou o autor a considerar que houve uma capacidade de adaptação dos migrantes, em especial dos antigos, ao novo ambiente sócio-econômico da cidade de destino.

AREA 2
CONFINAMENTO DA FONTE 7A

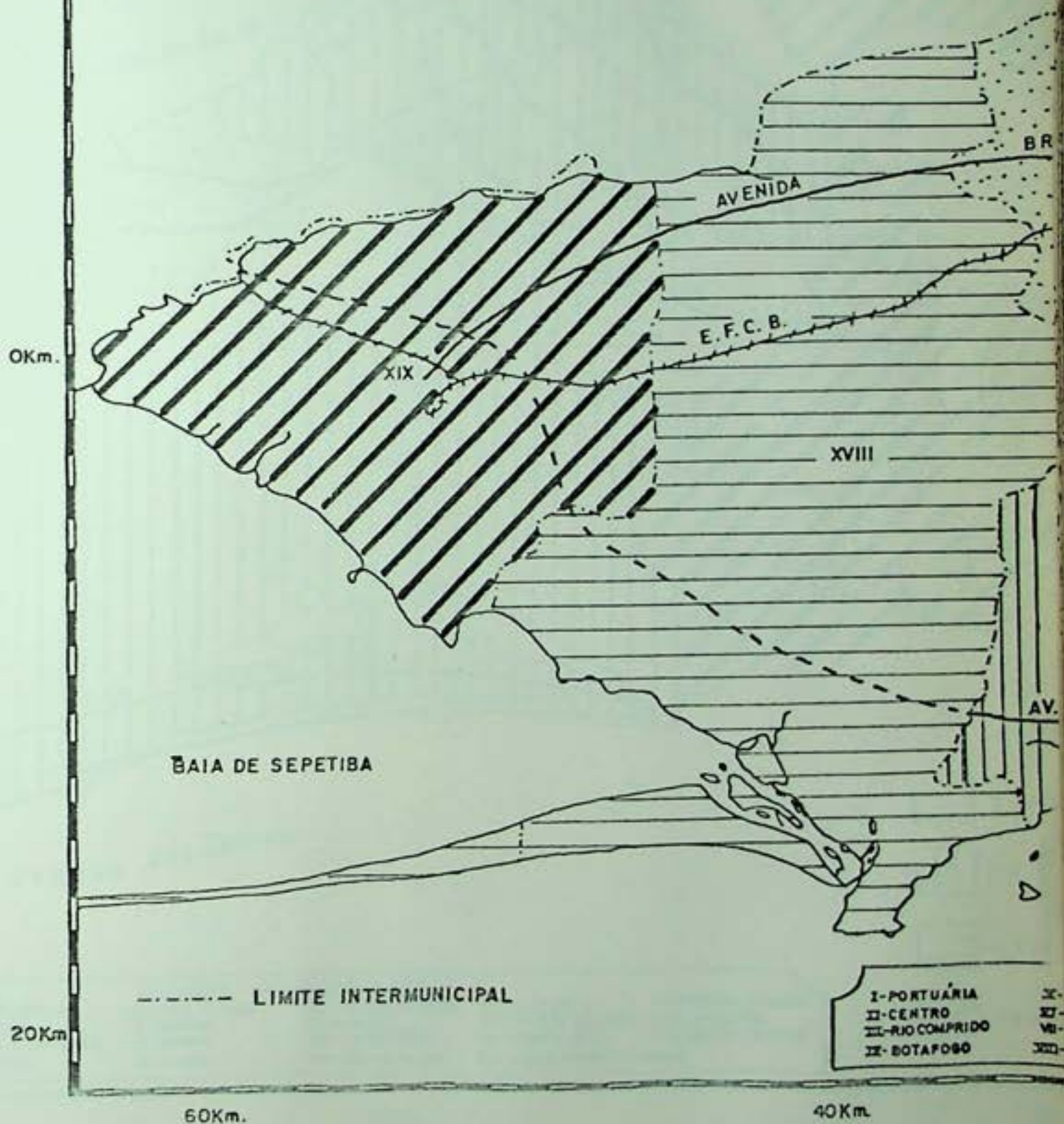


ANEXOS

20 Km.

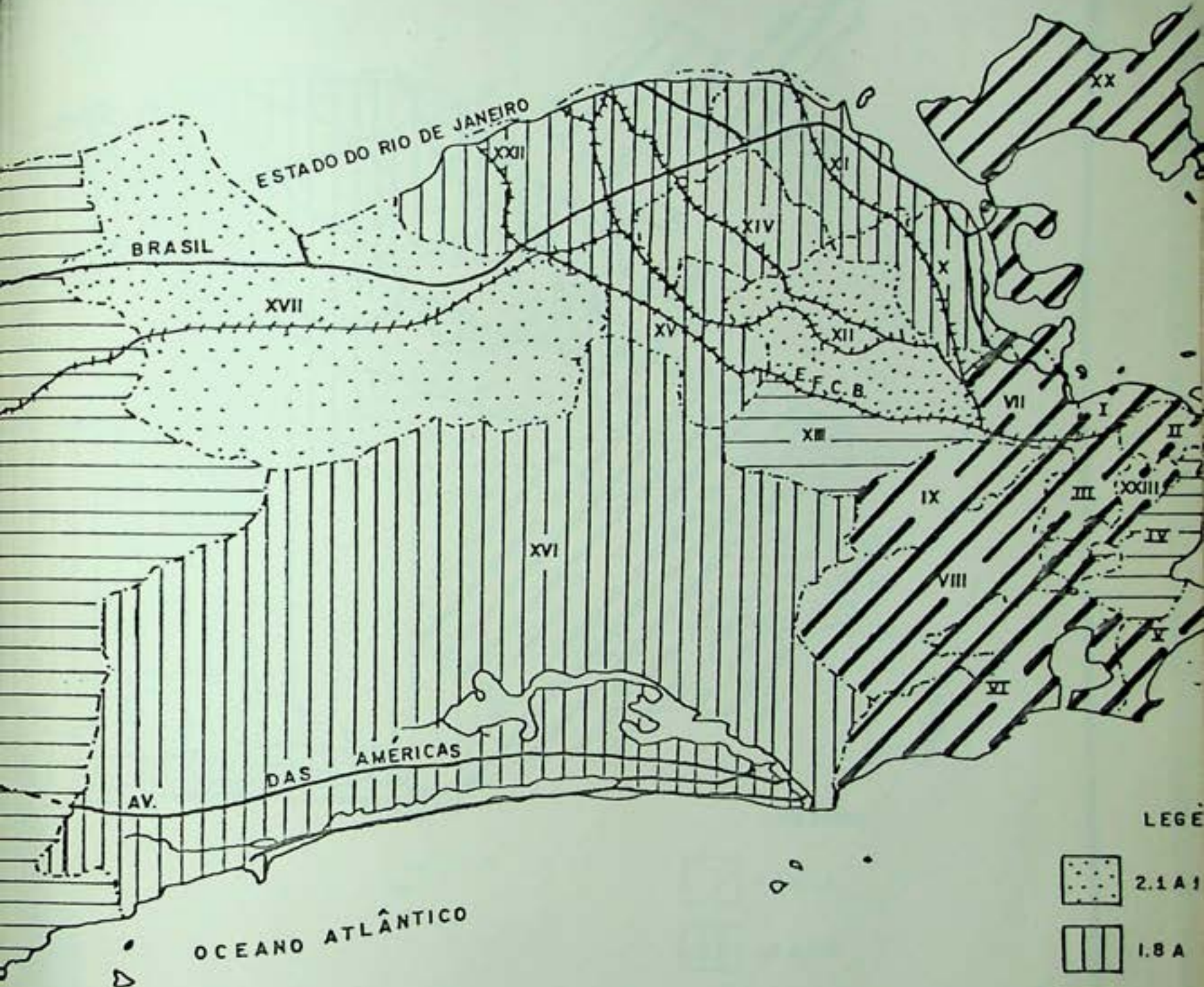
MAPA 2

COMPOSIÇÃO DA POBREZA

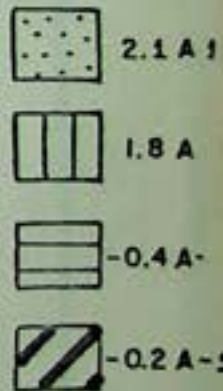


RIO DE JANEIRO
1970

FATOR I



LEGENDA



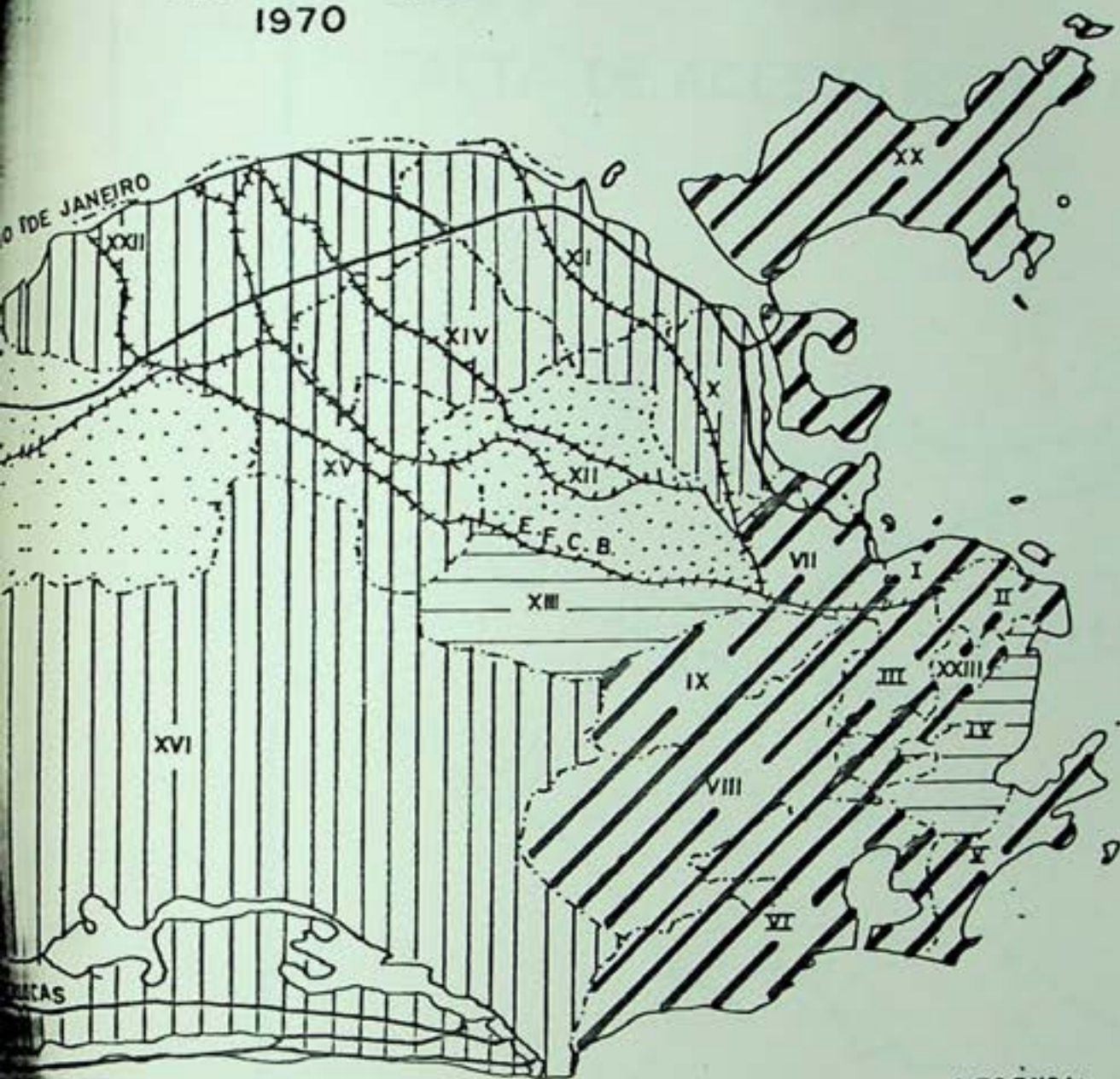
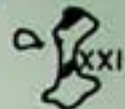
REGIÕES ADMINISTRATIVAS				
III - COPACABANA	IX - VILA ISABEL	XII - ENGENHO NOVO	XVII - SANGU	XXI - ILHA DE PAQUETA
XII - LAGOA	X - RAMOS	XIV - IRAJÁ	XVIII - CAMPO GRANDE	XXII - ANCHIETA
VI - SÃO CRISTÓVÃO	XI - PENHA	XV - MADUREIRA	XIX - SANTA CRUZ	XXIII - SANTA TERESA
XXII - TIJUCA	XII - MEIER	XVI - JACAREPAGUÁ	XX - ILHA DO GOVERNADOR	

20Km.

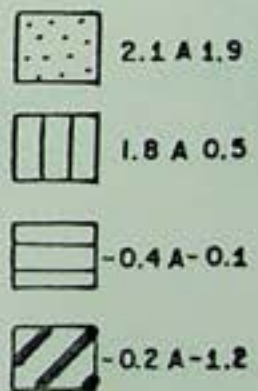
OK

RIO DE JANEIRO
1970

FATOR I



LEGENDA:



ADMINISTRATIVAS	XVII - BANGU	XXI - ILHA DE PAQUETA
ENGENHO NOVO	XVIII - CAMPO GRANDE	XXII - ANCHIETA
IRAJÁ	XIX - SANTA CRUZ	XXIII - SANTA TERESA
MADUREIRA	XX - ILHA DO GOVERNADOR	
JACAREPAGUA		

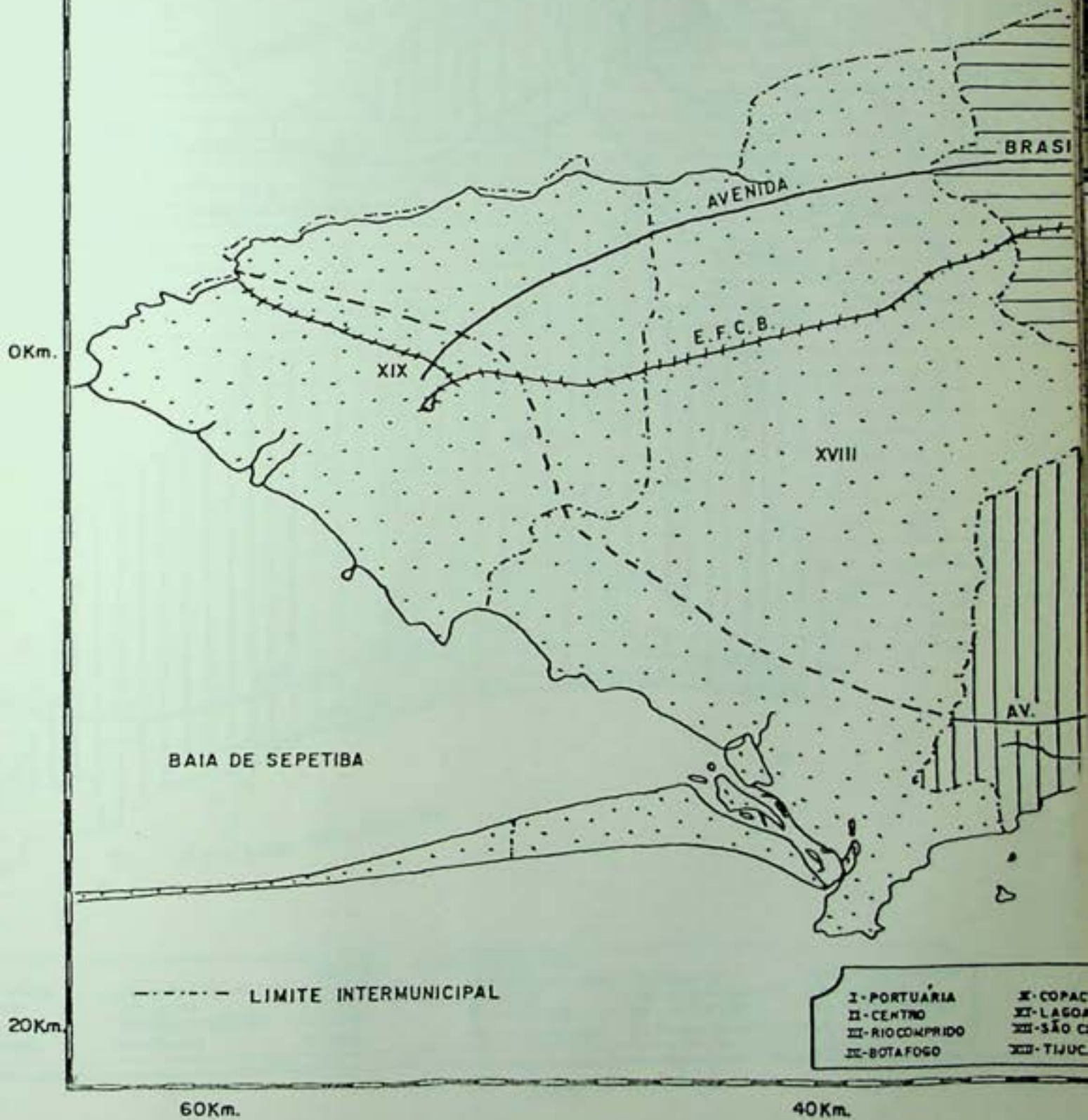
20 Km.

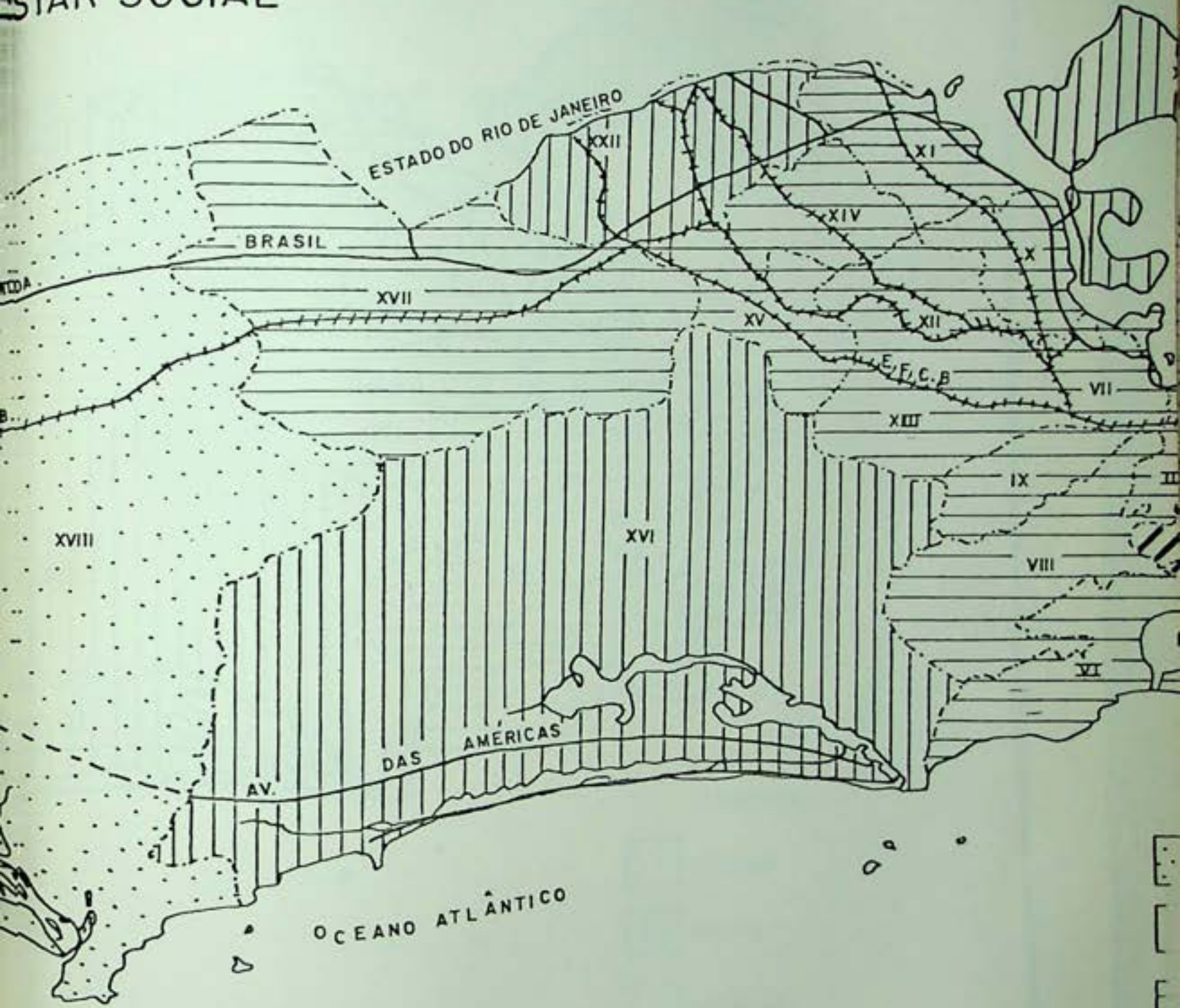
0 Km.

20Km.

MAPA 3

FALTA DE ACESSO AO BEM-ESTAR SOCIAL





REGIOES ADMINISTRATIVAS			
I - PORTUÁRIA	IX - COPACABANA	IX - VILA IZABEL	XVII - BANGU
II - CENTRO	XII - LAGOA	X - RAMOS	XVIII - CAMPO GRANDE
III - RIO COMPRIDO	XIII - SÃO CRISTÓVÃO	XI - PENHA	XIX - SANTA CRUZ
IV - BOTAFOGO	XIV - TIJUCA	XII - MEIER	XX - ILHA DO GOVERNADOR
			XXI - ILHA DE PAQUETA
			XXII - ANCHIETA
			XXIII - SANTA TERESA

40Km.

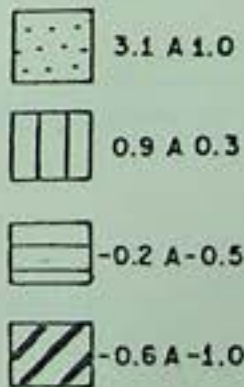
20Km.

RIO DE JANEIRO
1970

FATOR II



LEGENDA:



ADMINISTRATIVAS

XXI - ENGENHO HOVO	XVII - BANGU	XXI - ILHA DE PAQUETA
XIV - IRAJA	XVIII - CAMPO GRANDE	XXII - ANCHIETA
XV - MADUREIRA	XIX - SANTA CRUZ	XXIII - SANTA TERESA
XVI - JACAREPAGUA	XX - ILHA DO GOVERNADOR	

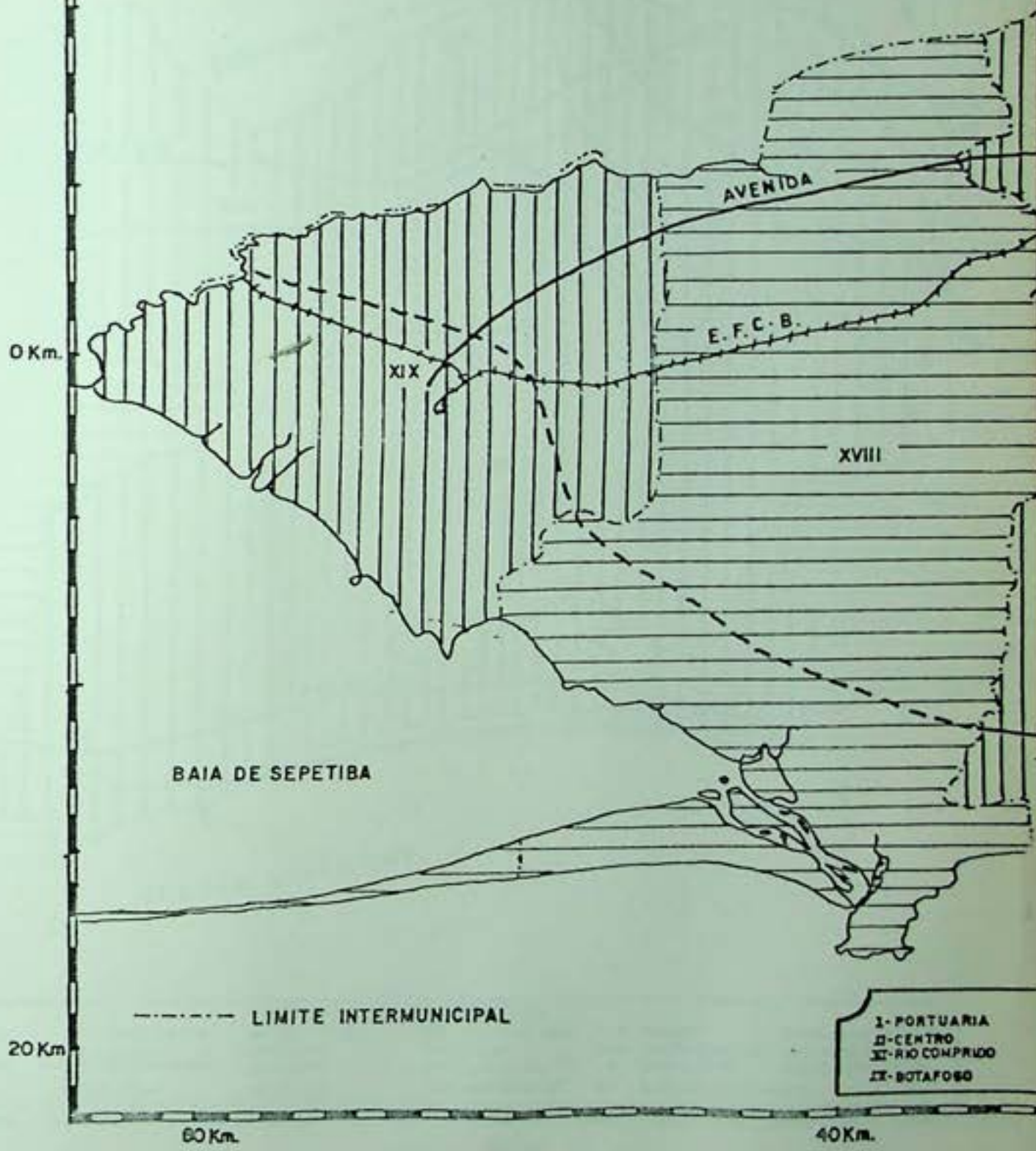
20 Km.

0 Km.

20 Km

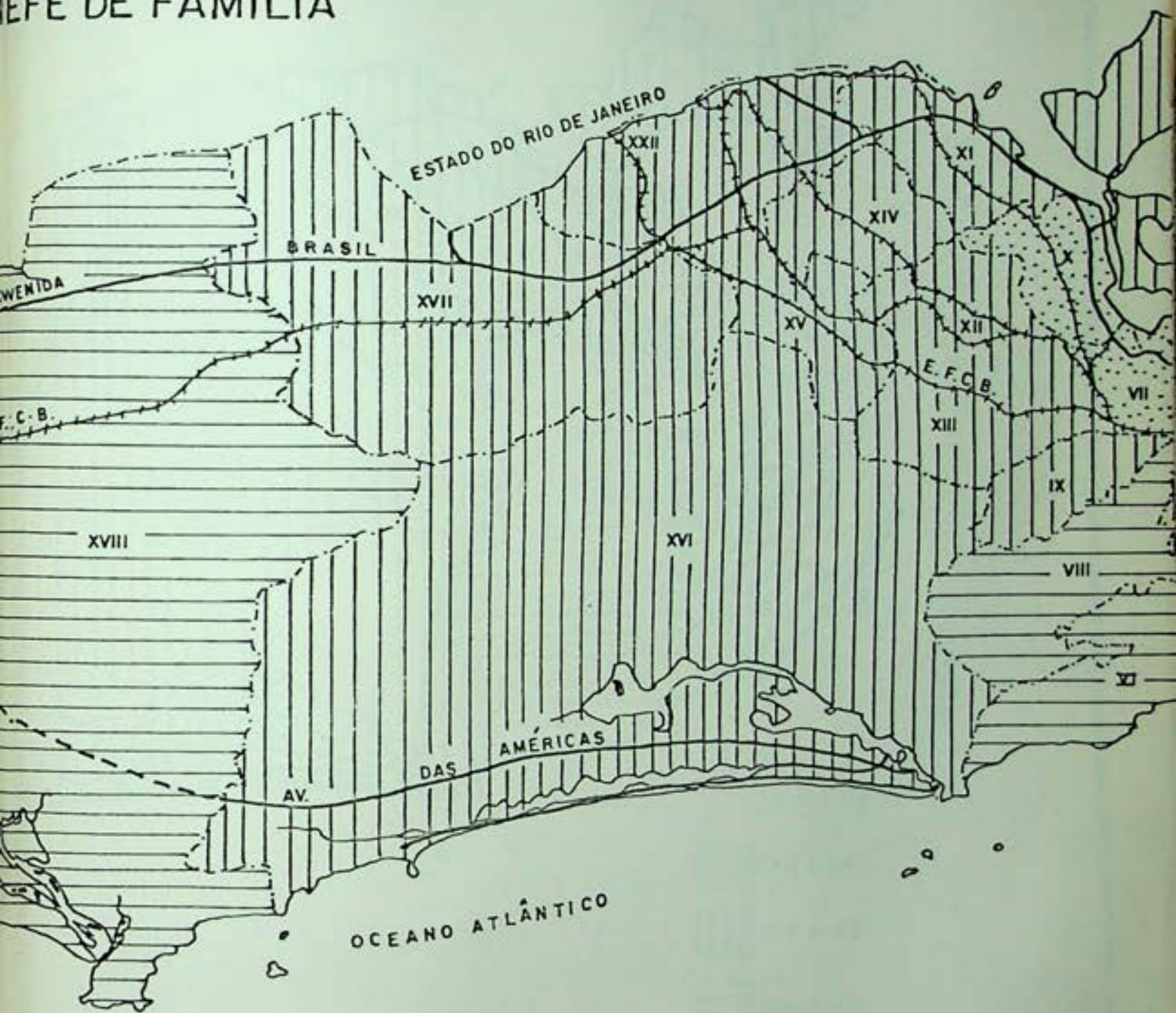
MAPA 4

SITUAÇÃO DA MULHER CHEFE DE FAMÍLIA



EFEE DE FAMÍLIA

RIO DE JANEIRO
1970



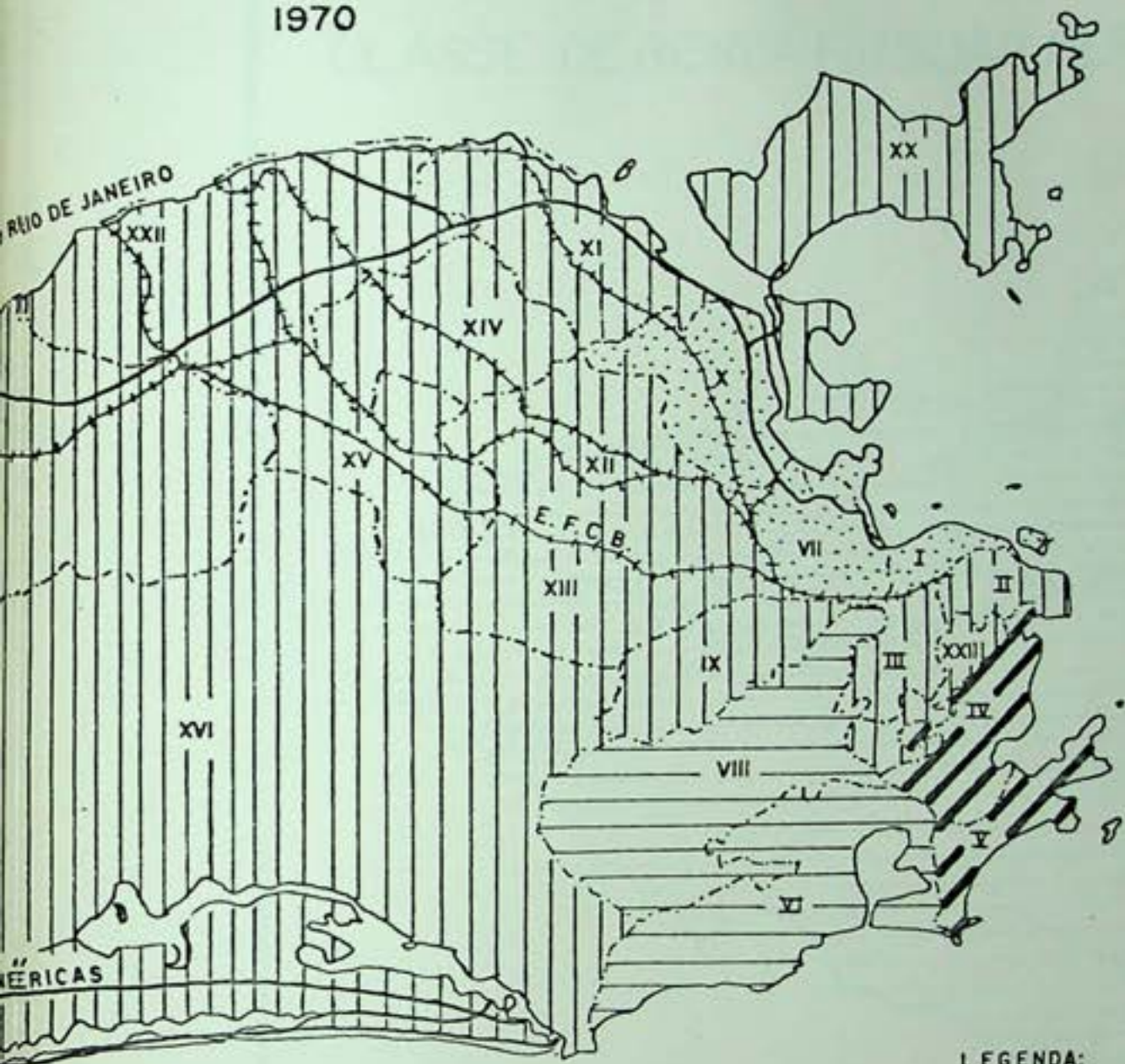
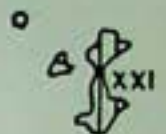
REGIOES ADMINISTRATIVAS					
I - PORTUARIA	II - COPACABANA	IX - VILA IZABEL	XXI - ENGENHO NOVO	XVII - BANBU	XXI - ILHA DE PAQUETA
II - CENTRO	III - LAGOA	X - RAMOS	XXIV - IRAJA	XVIII - CAMPO GRANDE	XXII - ANCHIETA
III - RIO COMPRIDO	IV - SÃO CRISTOVÃO	XI - PENHA	XV - MADUREIRA	XIX - SANTA CRUZ	XXIII - SANTA TERESA
IV - BOTAFOGO	V - TIJUCA	XX - MEIER	XVI - JACAREPAGUA	XX - ILHA DO GOVERNADOR	

40Km.

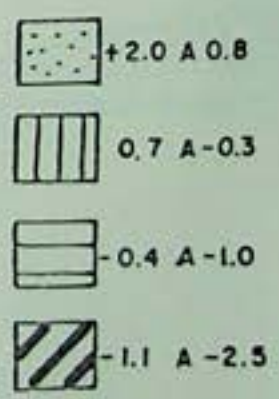
20Km.

RIO DE JANEIRO
1970

FATOR III



LEGENDA:



DISTRITOS ADMINISTRATIVOS		
XXI - ENGENHO NOVO	XVII - BANGU	XXI - ILHA DE PAQUETA
XXII - IRAJÁ	XVIII - CAMPO GRANDE	XXII - ANCHIETA
XV - MADUREIRA	XIX - SANTA CRUZ	XXIII - SANTA TERESA
XVI - JACAREPNGUÁ	XX - ILHA DO GOVERNADOR	

20 Km.

0 Km.

20Km

MAPA 5

CLASSE DE RENDA FAMILIAR PER CAPITA

0 Km.

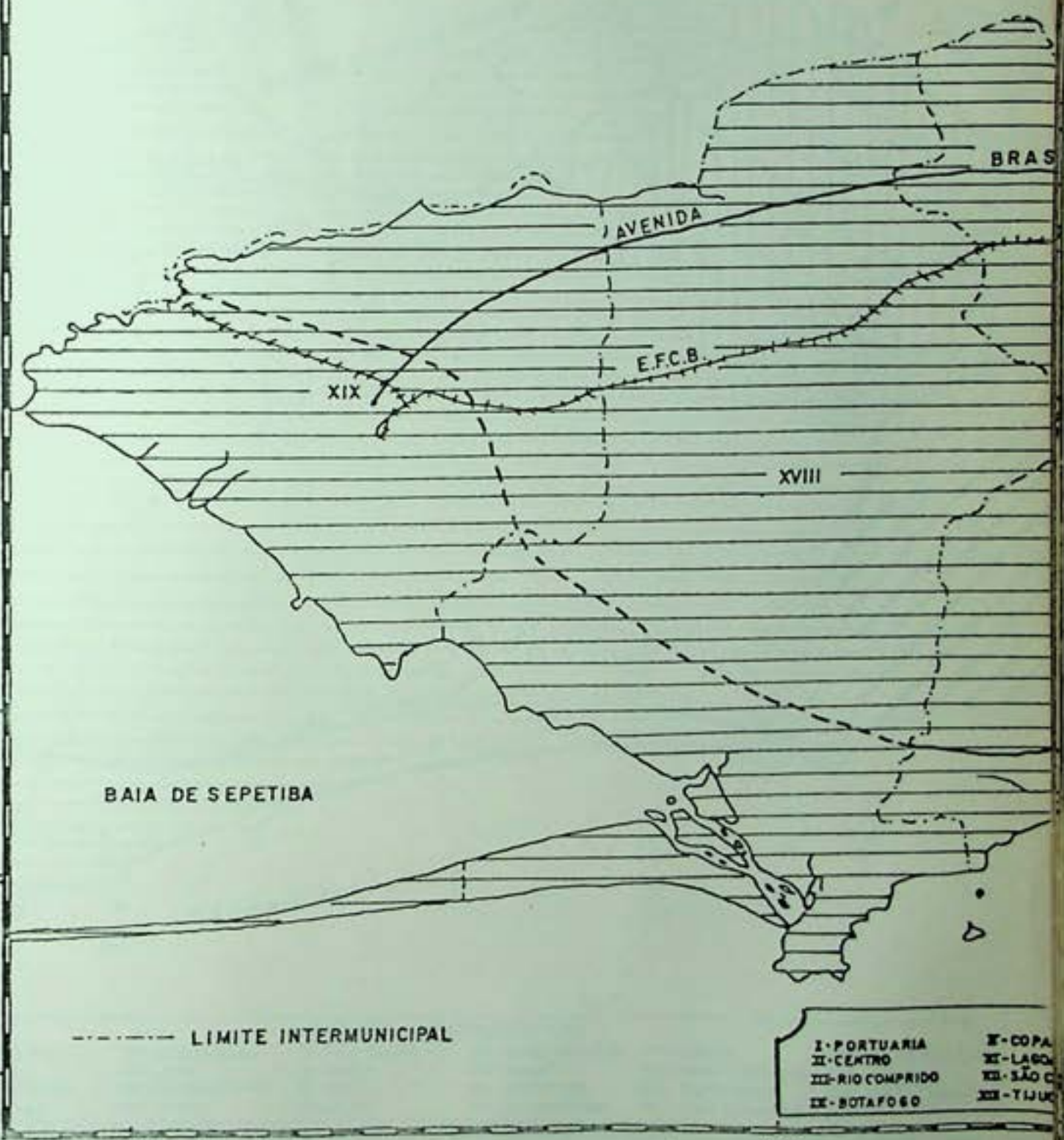
20Km

BAIA DE SEPETIBA

--- LIMITE INTERMUNICIPAL

60Km.

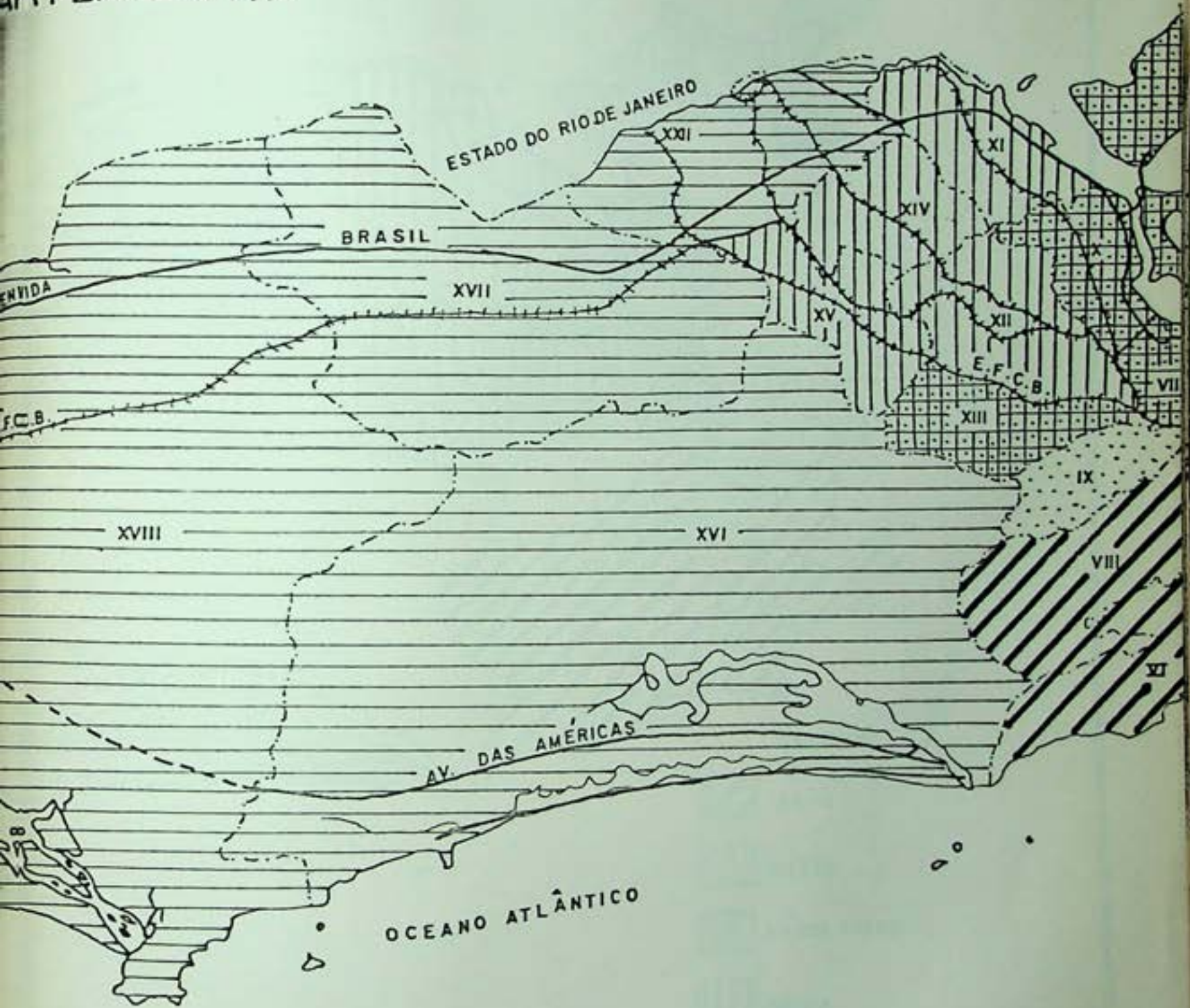
40Km



- | | |
|--------------------|--------------|
| I - PORTUARIA | V - COPA |
| II - CENTRO | VI - LAGO |
| III - RIO COMPRIDO | VII - SÃO C |
| IV - BOTAFOGO | VIII - TIJUC |

AR PER CAPITA

RIO DE JANEIRO
1970

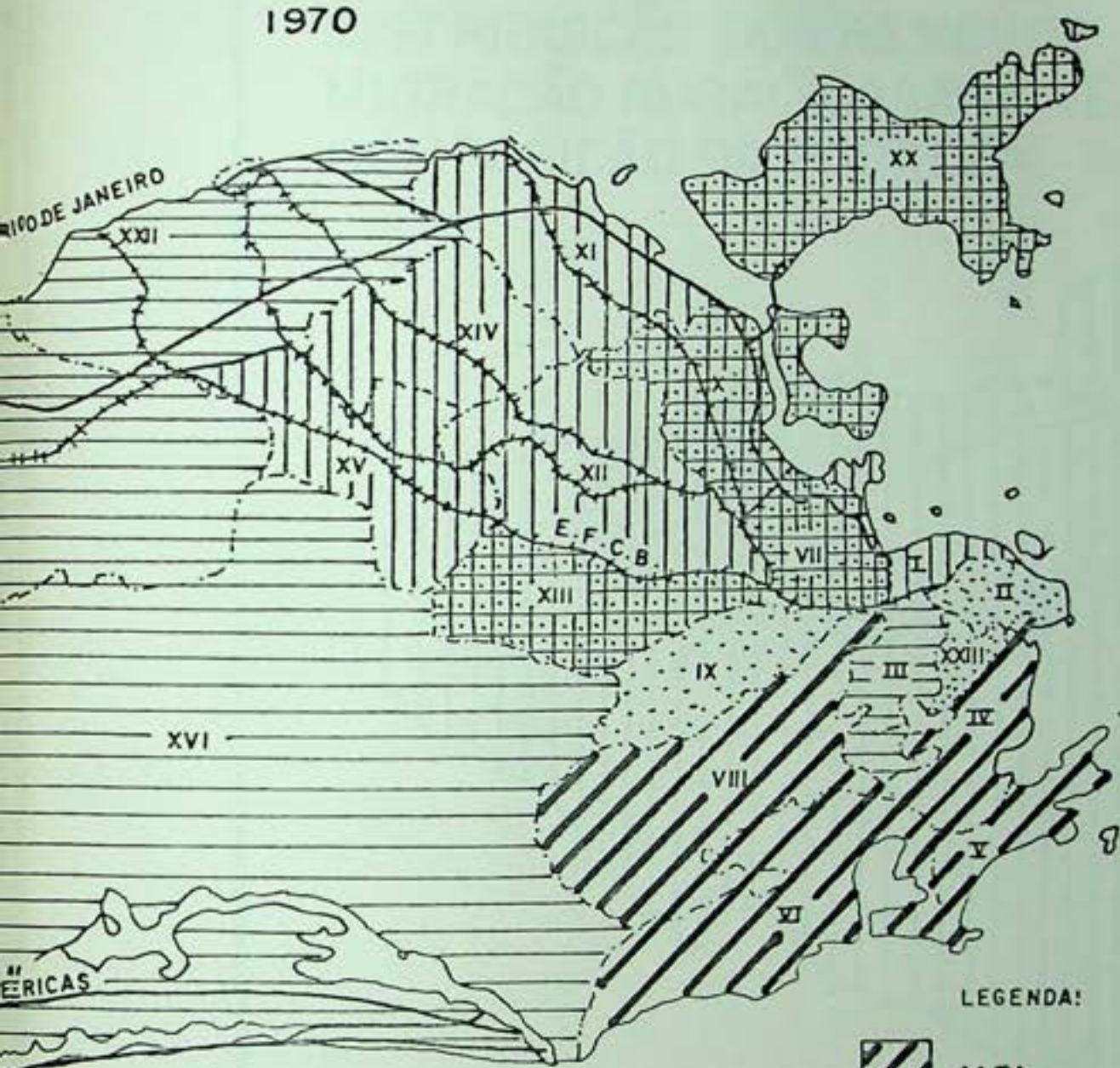
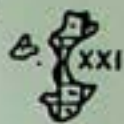


REGIOES ADMINISTRATIVAS					
I - PORTUARIA	II - COPACABANA	IX - VILA IZABEL	XII - ENGENHO NOVO	XVII - BANGU	XXI - ILHA DE PAQUETA
II - CENTRO	III - LAGOA	X - RAMOS	XIII - IRAJÁ	XVIII - CAMPO GRANDE	XXII - ANCHIETA
III - RIO COMPRIDO	IV - SÃO CRISTÓVÃO	XI - PENHA	XV - MADUREIRA	XIX - SANTA CRUZ	XXIII - SANTA TERESA
IV - BOTAFOGO	V - TIJUCA	XII - MEIER	XVI - JACAREPAGUÁ	XX - ILHA DO GOVERNADOR	

40Km

20Km

RIO DE JANEIRO 1970



LEGENDA:

-  ALTA
-  MÉDIA
-  MÉDIA BAIXA
-  BAIXA
-  MUITO BAIXA

DISTRITOS ADMINISTRATIVOS		
XXI - ENGENHO NOVO	XVII - BANGU	XX - ILHA DO GOVERNADOR
XXII - IRAJÁ	XVIII - CAMPO GRANDE	XXI - ANCHIETA
XV - MADUREIRA	XIX - SANTA CRUZ	XXII - SANTA TERESA
XVI - JACAREPAGUÁ	XX - ILHA DO GOVERNADOR	

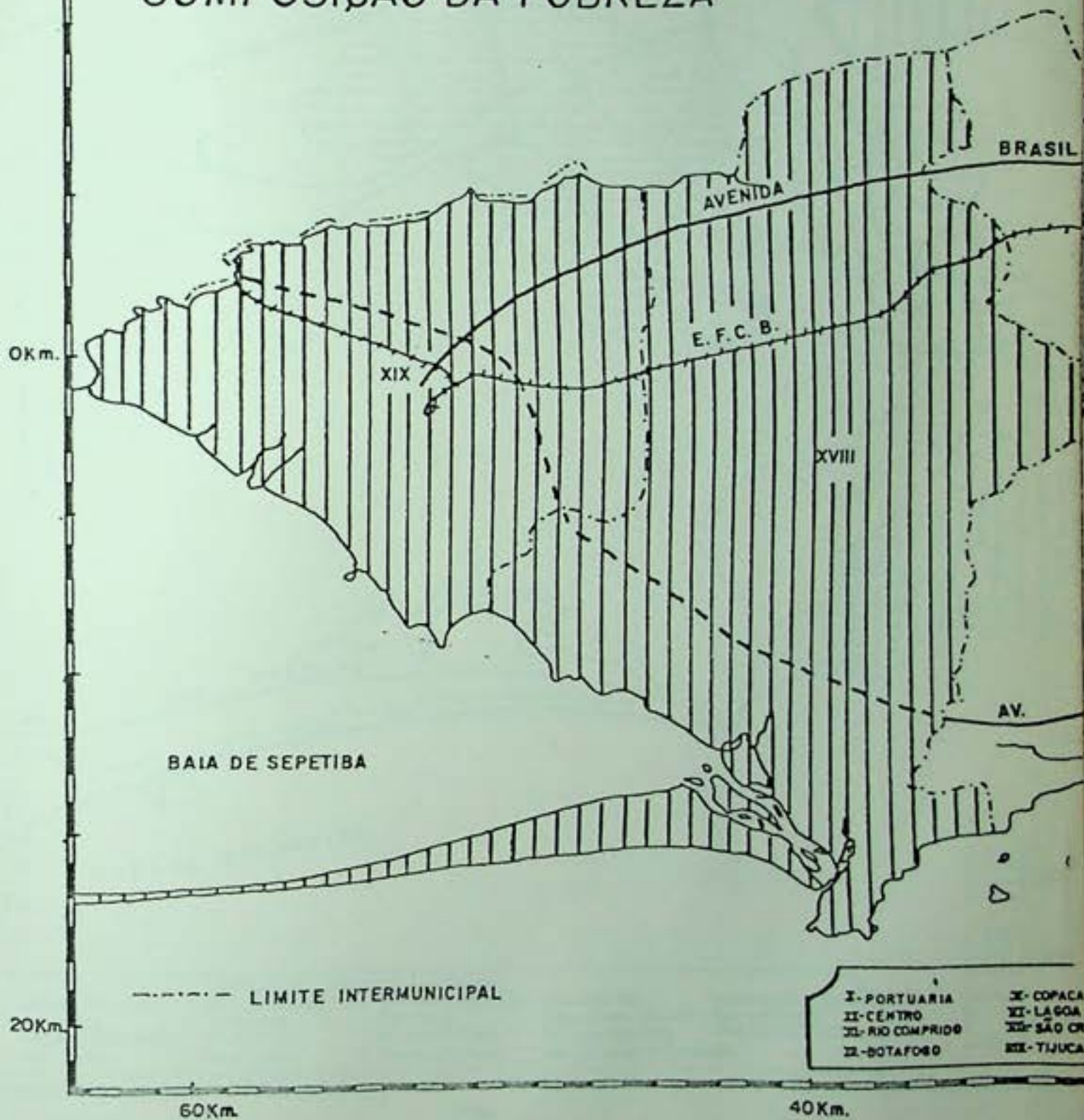
20 Km

0 Km

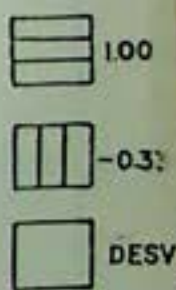
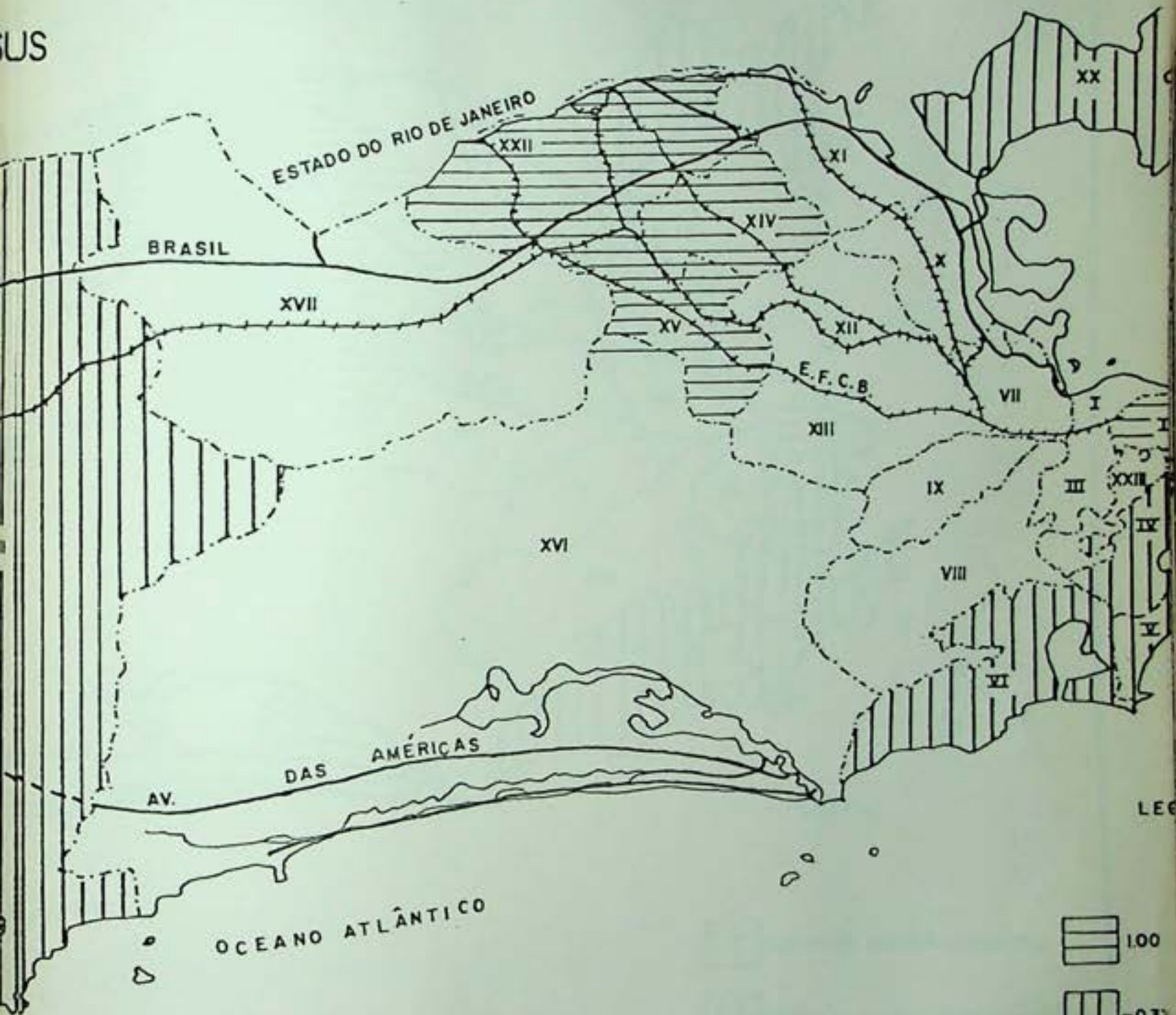
20Km.

MAPA 6

DISTRIBUIÇÃO DOS RESÍDUOS MIGRAÇÃO RURAL-URBANA VERSUS COMPOSIÇÃO DA POBREZA



RIO DE JANEIRO 1970



REGIOES ADMINISTRATIVAS					
I - PORTUARIA	IX - COPACABANA	XIII - ENGENHO NOVO	XVII - BANGU	XXI - ILHA DE PAQUETA	
II - CENTRO	XII - LAGOA	XIV - IRAJA'	XVIII - CAMPO GRANDE	XXII - ANCHIETA	
III - BARRIO COMPRIDO	XV - SÃO CRISTOVÃO	XV - MADUREIRA	XIX - SANTA CRUZ	XXIII - SANTA TERESA	
IV - BOOTAFOGO	XVI - TIJUCA	XVI - JACAREPAGUA'	XX - ILHA DO GOVERNADOR		

20Km.

RIO DE JANEIRO
1970



DEPARTAMENTOS ADMINISTRATIVOS

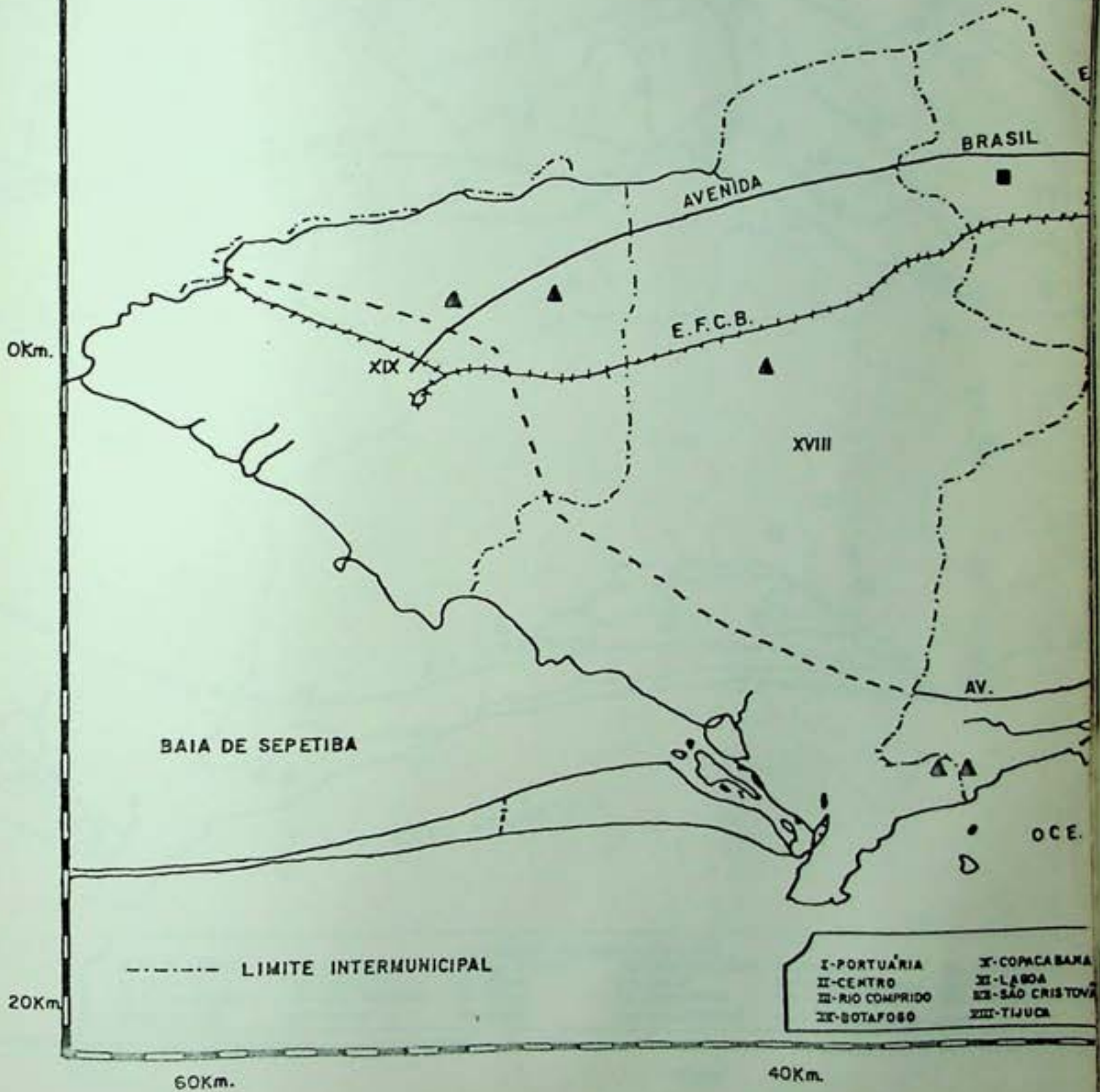
XXIII - ENGENHO NOVO	XVII - BANGU	XXI - ILHA DE PAQUETA
XXIV - IRAJÁ	XVIII - CAMPO GRANDE	XXII - ANCHIETA
XXV - MADUREIRA	XX - SANTA CRUZ	XXIII - SANTA TERESA
XXVI - JACAREPAGUÁ	XX - ILHA DO GOVERNADOR	

20Km.

0Km.

20Km.

MAPA 7 DISTRIBUIÇÃO DE FAVELAS



0Km.

20Km.

RIO DE JANEIRO 1970

LAS

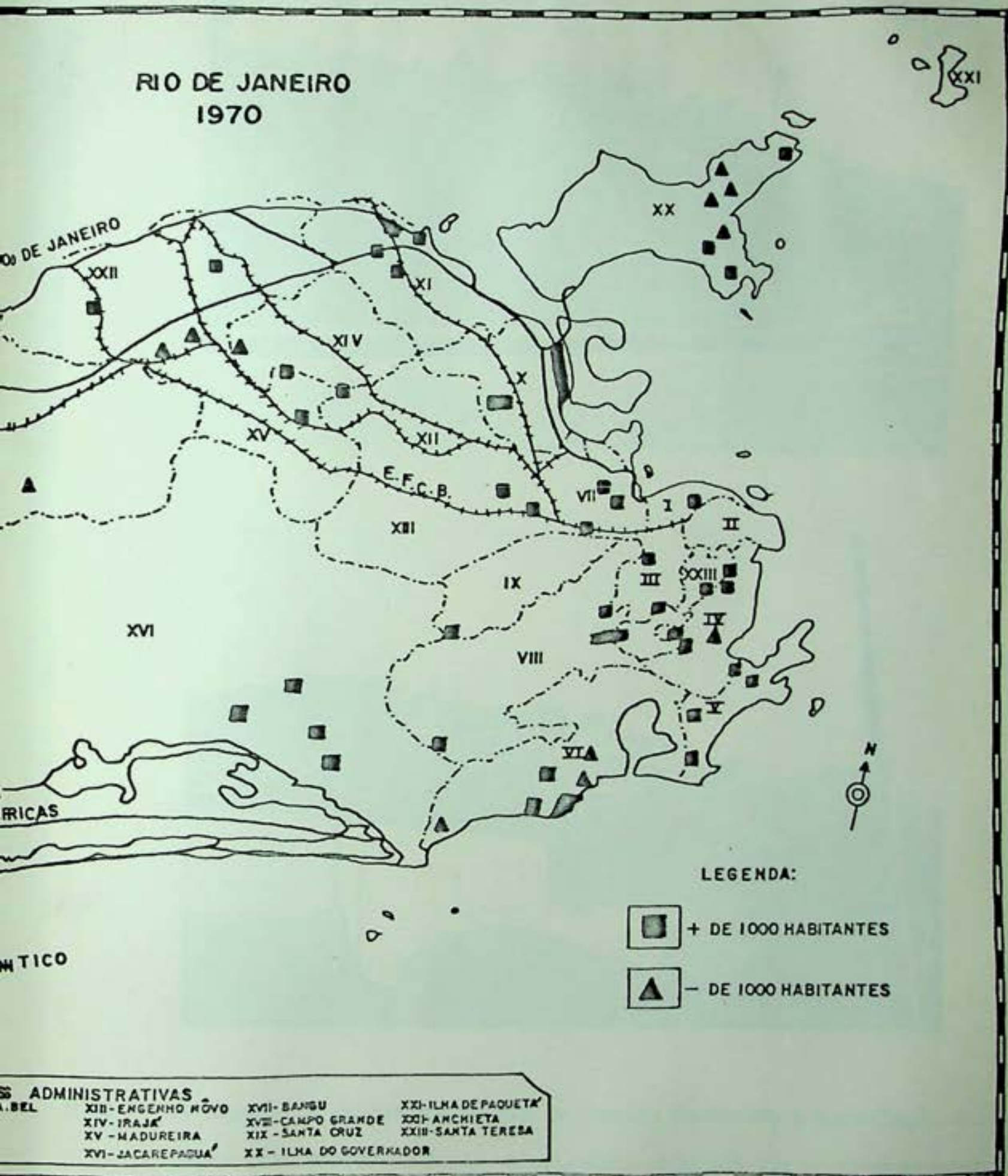


REGIÕES ADMINISTRATIVAS			
I - PORTUÁRIA	IX - COPACABANA	IX - VILA ISABEL	XVII - BANGU
II - CENTRO	XI - LAGOA	X - RAMOS	XVIII - CAMPO GRANDE
III - RIO COMPRIDO	XII - SÃO CRISTÓVÃO	XI - PENHA	XIX - SANTA CRUZ
IV - BOTAFOGO	XIII - TIJUCA	XII - NEIER	XX - ILHA DO GOVERNADOR
		XIII - ENGENHO NOVO	XXI - ILHA DE PAQUETÁ
		XIV - IRAJÁ	XXII - ANCHIETA
		XV - MADUREIRA	XXIII - SANTA TERESA
		XVI - JACAREPAGUÁ	

40Km.

20Km.

RIO DE JANEIRO 1970



LEGENDA:

- + DE 1000 HABITANTES
- ▲ - DE 1000 HABITANTES

DISTRITOS ADMINISTRATIVOS		
XIII - ENGENHO NOVO	XVII - BANGU	XXI - ILHA DE PAQUETA
XIV - IRAJÁ	XVIII - CAMPO GRANDE	XXII - ANCHIETA
XV - MADUREIRA	XIX - SANTA CRUZ	XXIII - SANTA TERESA
XVI - JACAREPAGUÁ	XX - ILHA DO GOVERNADOR	

20 Km

0 Km

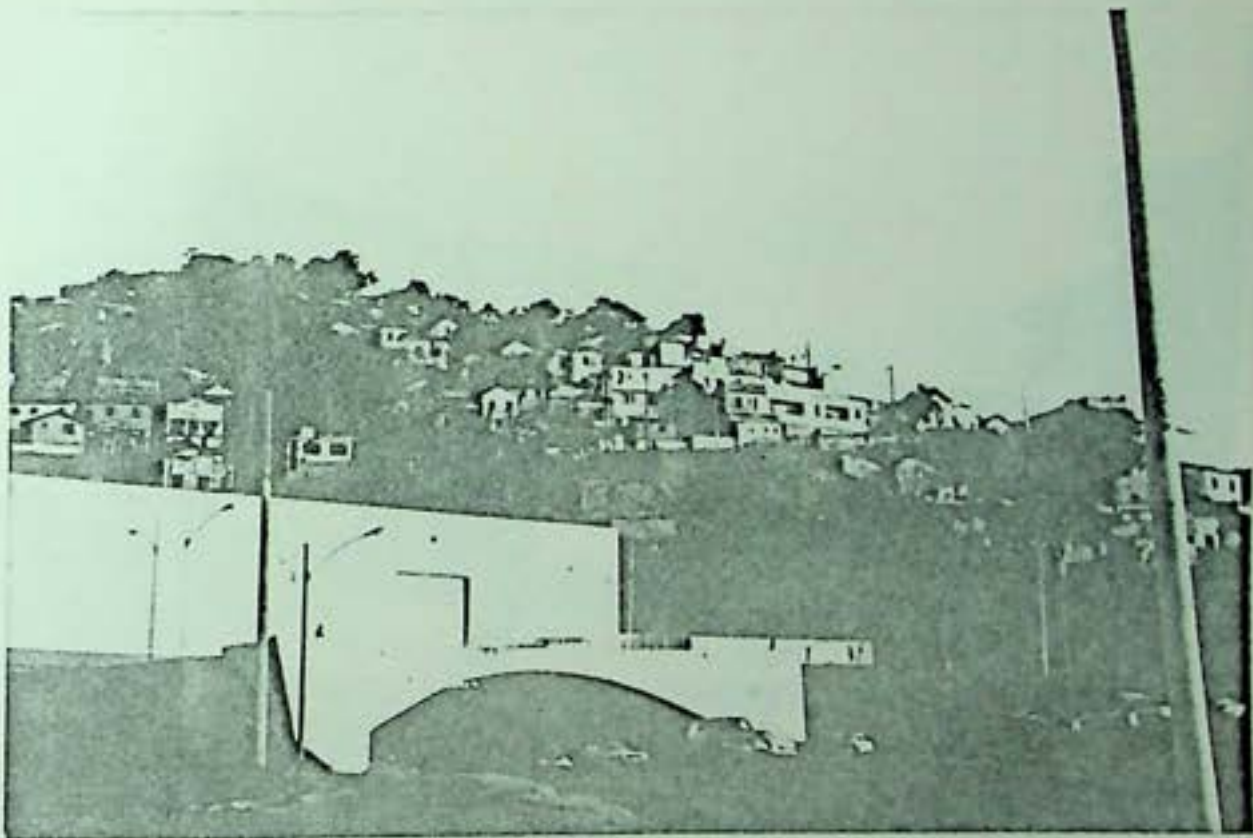


FOTO 1 - A topografia acidentada do Rio de Janeiro favoreceu a instalação das populações pobres em áreas valorizadas, próximas aos centros de maior concentração de emprego e serviços, embora pagando altos custos sociais.

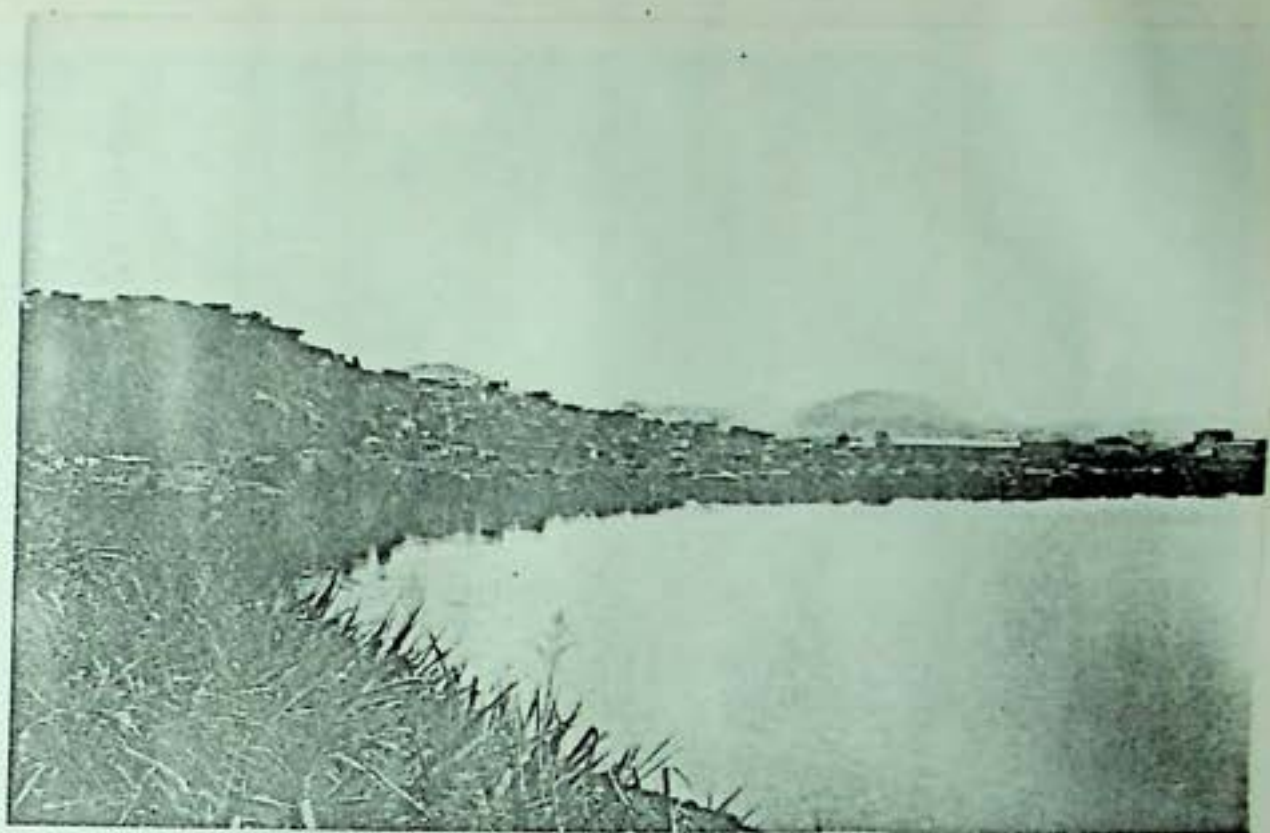


FOTO 2 - As favelas de áreas planas, idênticas às dos morros, ocupam terrenos alagados ou baldios, do Estado ou de particulares, sob a forma de invasão, onde também não há serviços básicos, mas que estão perto dos locais de trabalho.

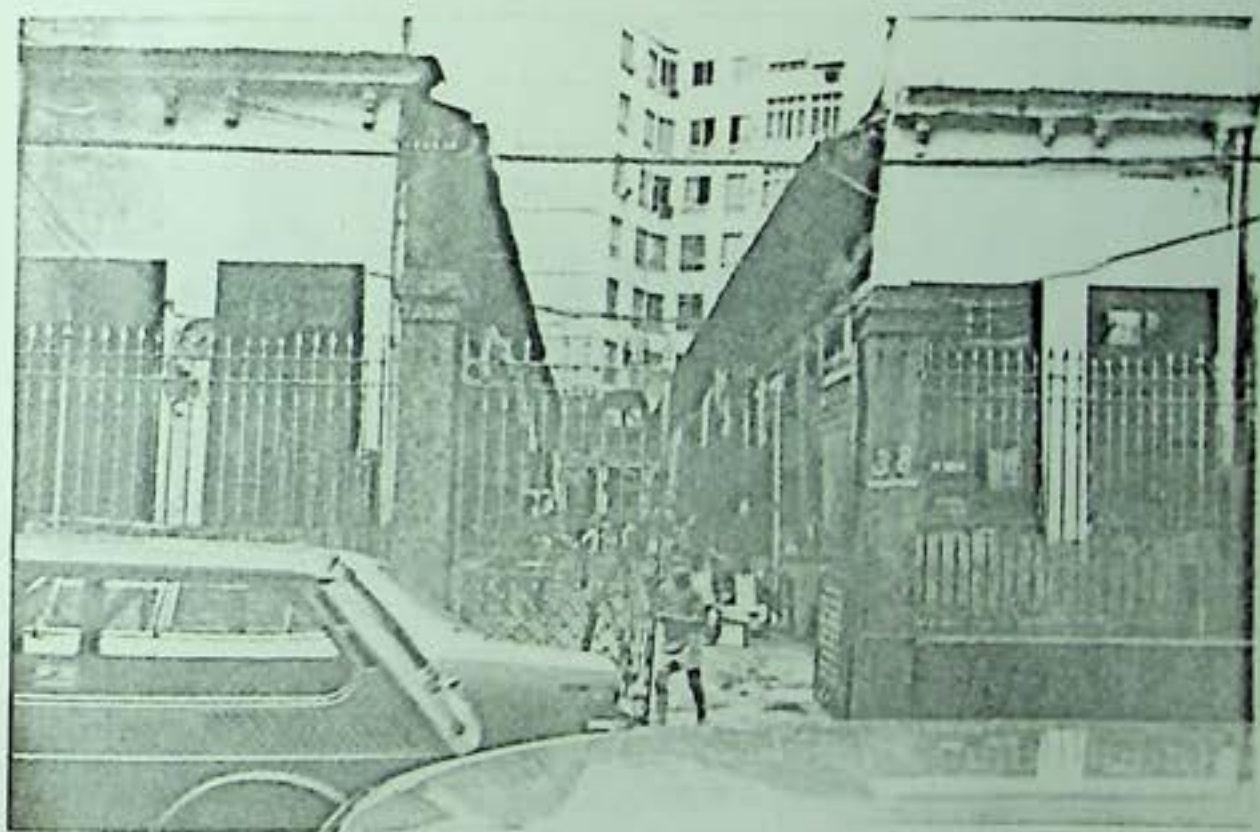
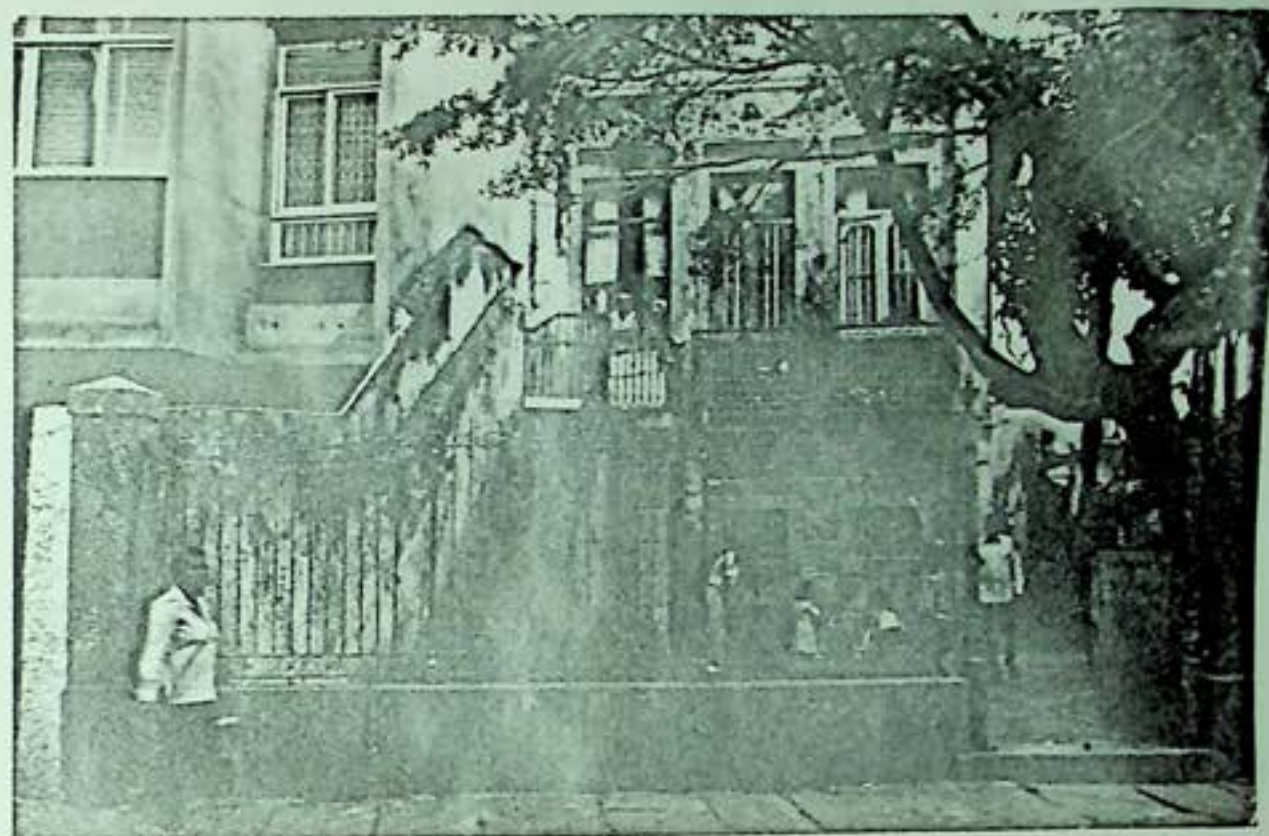


FOTO 3 - As outras formas alternativas de moradia, cabeças-de-porco, vilas, mantêm os pobres nas áreas de solo mais valorizado no Rio de Janeiro, como a Zona Sul, porém por tempo limitado em razão da menor concentração e força política.

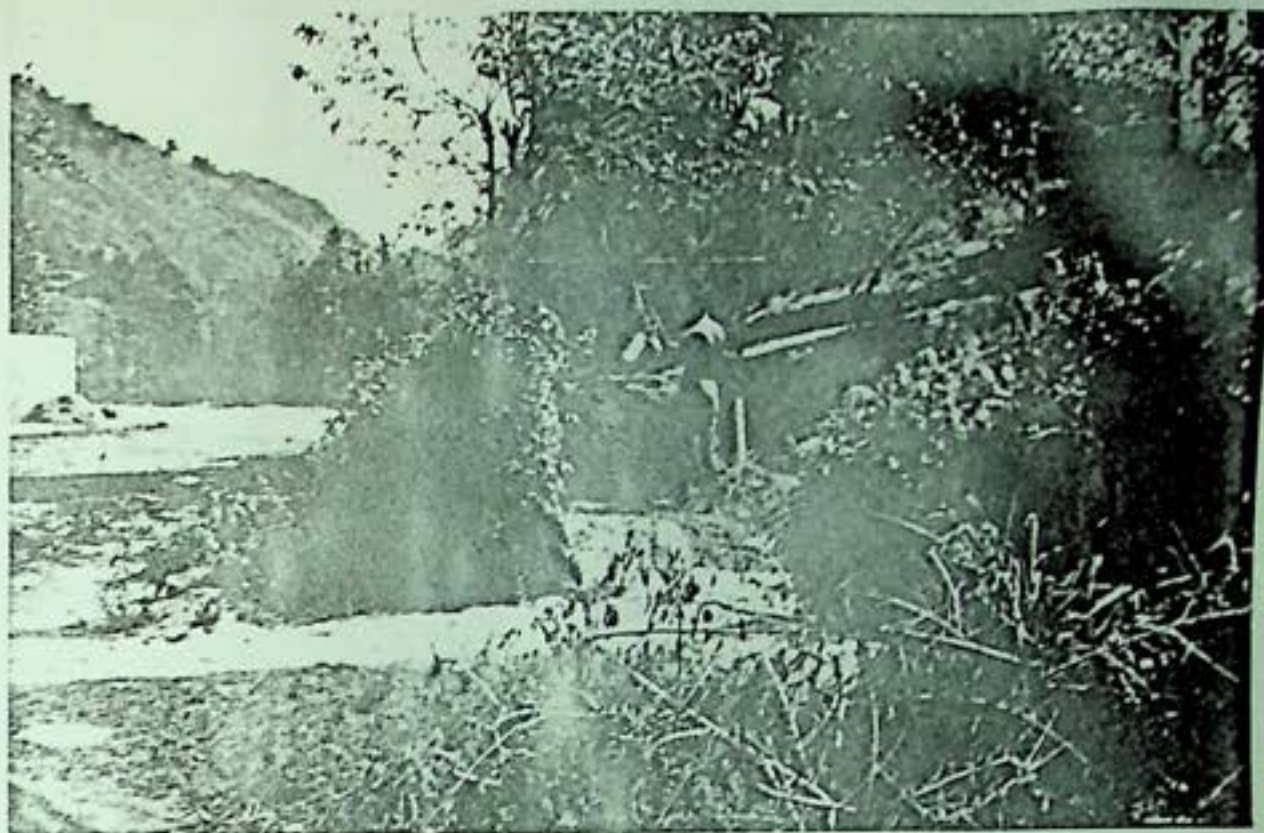


FOTO 4 - Na periferia da cidade, além das maiores distâncias físicas, os residentes pobres estão sujeitos aos mais altos custos sociais, devido à deficiência de infra-estrutura, representada pela falta de redes de água, esgoto, precariedade de energia elétrica e assistência médico-sanitária.